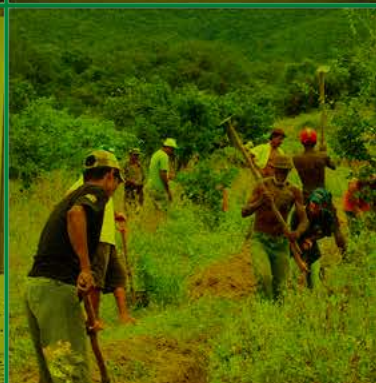
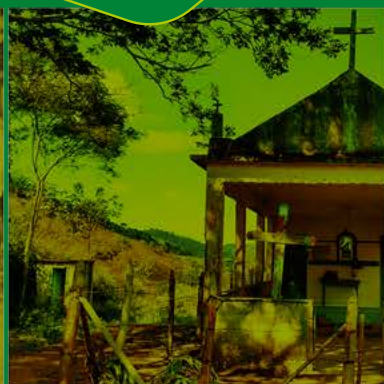
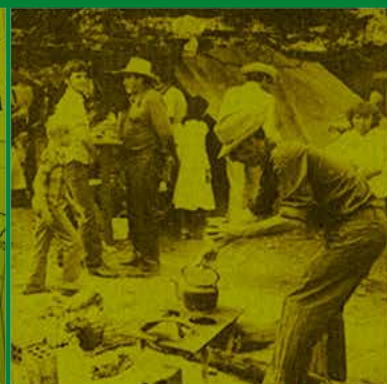




Incra 50 anos

a autarquia sob o olhar de seus servidores



Crônicas

Incra 50 anos

a autarquia sob o olhar de seus servidores

SindPFA Sindicato Nacional dos
Peritos Federais Agrários

sindpfa.org.br

CNASI-AN
Associação Nacional dos
Servidores Públicos Federais Agrários

cnasi.org.br

ENTIDADES

Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA)

Presidente:

Djalmary de Souza e Souza

Vice-Presidente: João Daldegan Sobrinho

Diretor Financeiro:

Milton Santos de Amorim

Suplente: Ricardo de Araujo Pereira

Diretor Parlamentar:

Francisco Miguel Manovel Marote

Suplente: Daniel Barreto Gorelik

Diretor de Política Agrária:

Luiz Fernando de Mattos Pimenta

Suplente: Julio Lizárraga Ramírez

Diretor de Formação Profissional:

Alexandre da Silva Cavalcanti

Suplente: Paulo Heerdt Junior

Diretor Sindical:

Geraldino Gustavo de Queiroz Teixeira

Suplente: Zacarias de Sousa Costa

Diretora Jurídica:

Magda Filomena da Costa Estrela

Suplente: Benjamim Aurélio Mendes

Diretora de Aposentados:

Luber Katia de Oliveira Neto

Suplente: Maria Aparecida Campos

Lucena Dias

Coordenação Executiva:

Kássio Alexandre Borba

Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi-AN)

Diretor de Administração e Finanças:

Reginaldo Marcos Félix de Aguiar

Suplente: João Paulo Ribeiro de Carvalho

Diretor de Formação:

Ronaldo Souza Coelho

Suplente: Roosevelt Motta

Diretor de Comunicação:

Orlando Braz da Cruz Filho

Suplente: José Paulo Pires Perestrelo

Diretora de Articulação e Políticas Sociais:

Marcela do Amaral Pataro Machado

Suplente: Arnaldo José Santa Cruz Júnior

Diretor de Aposentados:

Hebert Pereira Rodrigues

Suplente: José Carlos Gonçalves de Oliveira



Incra 50 anos

a autarquia sob o olhar de seus servidores

2021

Incra 50 anos

a autarquia sob o olhar de seus servidores

Este livro é resultado de uma seleção de crônicas sobre o Incra, por ocasião de seu cinquentenário, uma iniciativa do SindPFA e da Cnasi-AN, entidades de representação de servidores, sem vinculação com instituições públicas.

Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários - SindPFA

Caixa Postal nº 9641 - 70.040-976 - Brasília/DF
(61) 3327-1210 | sindpfa.org.br | contato@sindpfa.org.br
CNPJ: 15.021.685/0001-20

Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi-AN)

SBN Qd 1, Bl D, Palácio do Desenvolvimento,
Sala 1402 - 70.057-900 - Brasília/DF
(61) 3411-7147 | cnasi.org.br | comunicacao@cnasi.org.br
CNPJ: 26.964.452/0001-87

Projeto e edital:

Kássio Alexandre Borba

Conselho Editorial:

Janice Morais Oliveira
Cândido Neto da Cunha
Reginaldo Marcos Felix de Aguiar

Revisão:

Conselho Editorial
Rafael Esteves Ramires
Kássio Alexandre Borba

Projeto gráfico:

Carlos Augusto Moniz de Almeida

Diagramação:

Carlos Augusto Moniz de Almeida

Capa:

Kássio Alexandre Borba

Imagens:

Fornecidas pelos autores,
de arquivo e de divulgação

1ª edição

1ª impressão (2021): 1.500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Incra 50 anos: a autarquia sob o olhar de seus servidores / organização: Janice Morais Oliveira, Cândido Neto da Cunha, Reginaldo Marcos Felix de Aguiar; coordenação: Kássio Alexandre Borba. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários - SindPFA : Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários - Cnasi-AN, 2021. -- (Crônicas)

Vários autores.

ISBN 978-65-80874-01-9

1. Incra - História 2. Reforma agrária - Brasil I. Oliveira, Janice Morais. II. Cunha, Cândido Neto da. III. Aguiar, Reginaldo Marcos Felix de. IV. Borba, Kássio Alexandre. V. Série.

21-70141

CDD-352.81

Índices para catálogo sistemático: 1. Incra: Serviço público: Administração pública 352.81

© SindPFA 2021

© Cnasi-AN 2021

Todos os direitos reservados. Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido sem autorização, exceto pelo uso de citações breves e resenhas sem fins comerciais.

***“A história é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado,
exemplo do presente, advertência do futuro.”***

Miguel de Cervantes

APRESENTAÇÃO

Em 1954, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, que absorveu o pessoal e o acervo da então Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do então Conselho de Imigração e Colonização. Em 1955, foi criado também o Serviço Social Rural (SSR). Em 1962, ambos foram absorvidos pela Superintendência de Política Agrária (Supra) e esta, por sua vez, foi substituída, em 1964, pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), criados com a edição do Estatuto da Terra. Em 1970, enfim, estes dois últimos se fundiram no **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)**, que vigora desde então.

São cinco décadas de história dessa autarquia, de momentos de grande relevância e prestígio, mas também de amargos períodos de desvalorização, escassez de recursos e redução de efetivo, como agora. A jornada do Incra se mistura com a história contemporânea do Brasil, com seus altos e baixos. De protagonista nos esforços governamentais pela integração do país, com reconhecimento tal a representar em si toda a presença do Estado no interior do país, chegou a ser extinto (1987-1989). Restabelecido, coube-lhe fazer cumprir o princípio da função social da propriedade rural, que vai muito além de um gatilho para desapropriações, mas se refere à utilização racional da terra, à preservação do Meio Ambiente e ao trabalho digno, algo com o qual toda sociedade deve se preocupar; afinal, o território é o ativo mais valioso de qualquer nação, e o uso que se faz dele interessa e impacta a todos.

A missão do Incra envolve as belezas e glórias da promoção da justiça social e democratização da terra, mas também os dissabores e dificuldades de um país que ainda resiste a se reconciliar com seu passado, a corrigir os erros relacionados à conturbada ocupação do seu território, que privilegiou poderosos e endinheirados, marginalizando a maioria. Possibilitar o acesso à terra a mais brasileiros, conciliando os direitos territoriais, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico é um desafio permanente do Estado, que precisa conhecer e gerenciar o território do país, fiscalizar a função social e executar políticas como a reforma agrária, a regularização fundiária, o zoneamento rural e a assistência técnica.

Dar acesso à terra não é só distribuir lotes e entregar brasileiros à própria sorte. É garantir estrutura para assegurar a viabilidade dos projetos, promover o crescimento sustentável e agregar interesses comuns, pois o desenvolvimento do país passa pelo campo e os agricultores devem ser incentivados e valorizados, especialmente os de menor porte. É a dignidade do teto e da capacidade de sobreviver e produzir, mas também a cidadania da posse legal, reconhecida pelo Estado, com todos os direitos inerentes. Para ser efetivo, esse trabalho precisa se traduzir em desenvolvimento econômico e social. É aí onde está o Incra e a sua finalidade.

Todavia, não raro, essa é uma tarefa inglória, que sofre de estereotipização, minimalismos e sujeições a interesses políticos e setoriais. Apesar disso, o Incra foi e ainda é, sem dúvida, um órgão essencial ao país, com atividades que repercutem na integração nacional, na segurança jurídica no meio rural, na garantia da soberania do seu território e na segurança alimentar da população. Nesses 50 anos, o trabalho da autarquia impactou a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, defendendo princípios que deveriam ser caros a qualquer um que sonhe com um país livre de mazelas como a pobreza, falta de alimentação e de moradia para grande parte da população. São necessidades permanentes, que não residem somente no passado.

Por ocasião de seu cinquentenário, é salutar lançar um olhar sobre sua história, para entender a atualidade e planejar o futuro dessa autarquia tão importante para o nosso país. Por isso, o Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA) e a Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi-AN), entidades representativas dos servidores do órgão, lançaram mão de uma seleção de textos para compor uma publicação. O resultado está neste livro: são mais de vinte crônicas com alguns dos episódios dessa epopeia, escritas por alguns dos servidores do Incra, do passado e do presente, que ilustram a importância do seu trabalho, os desafios da sua missão, a luta dos que o construíram e as marcas e contribuições que deixaram na vida dos cidadãos e da sociedade.

São histórias que farão você reviver, desde os anos 1960, os hercúleos trabalhos pela integração do país, a luta pela terra e a importância do servidor do Incra retratada em memórias pessoais, antes escondidas e, agora eternizadas neste registro definitivo. As aventuras e as desventuras aqui registradas, porém, são apenas uma amostra de uma infinidade de histórias silenciosas que nos edificaram nesses 50 anos. Trabalhar em um órgão como o Incra, que atua numa importante política afirmativa, inclui também um importante componente de vocação, o que se poderá constatar nos textos desta edição, que surge na expectativa de acender centelhas de esperança, fé e desejo de mudança, que se traduzam em ação visando à sua continuidade e desenvolvimento.

Djalmary de Souza e Souza
Presidente do SindPFA

Reginaldo Marcos Felix de Aguiar
Diretor da Cnasi-AN

PREFÁCIO

Foi com muita emoção que recebi o convite do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA) e da Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi-AN) para escrever o prefácio deste livro comemorativo dos 50 anos de existência do Incra, a autarquia responsável pela reforma agrária e pela gestão de um dos maiores patrimônios naturais do Brasil: as suas terras. Essa missão vem sendo exercida de muitas maneiras e intensidades, ao longo dos anos, com períodos heroicos de persistência diante de dificuldades de todo tipo, e períodos de maior realização e esperanças. Nada melhor que um livro elaborado coletivamente, com relatos de quem viveu e vive a história da autarquia, para homenagear as pessoas – cidadãos, profissionais, lideranças – que fizeram e fazem a política agrária no Brasil.

Formalmente, estive em companhia dos trabalhadores/trabalhadoras e cidadãos/cidadãs atendidas/atendidos pelo Incra por apenas um ano (2015-2016), mas convivi com a questão agrária ao longo de toda a vida, e mais ainda com a questão do planejamento do desenvolvimento em suas escalas nacional, regional e territorial. Impossível dar continuidade ao processo de desenvolvimento sem solucionar a questão da posse e uso da terra, no campo e na cidade (solos urbanos e periurbanos). Posso afirmar que exercer uma profissão como servidor público federal no Incra não é coisa para amadores: exige, como sempre brincam seus funcionários, ao receber um novo colega, “abraçar o Incra com emoção”. A cada dia são experiências emocionantes, perigosas, conflitantes, desafiadoras, gratificantes, frustrantes. Ao passar aquele ano em sua companhia, pude experimentar todo esse turbilhão de emoções e dar meu testemunho também.

O Incra é um sobrevivente de 50 anos de história e seus trabalhadores/trabalhadoras têm muito o que contar nesse “lugar de fala” que representa esse livro. Sua missão técnica complexa é cumprida com uma equipe multidisciplinar – agrônomos, agrimensores, antropólogos, sociólogos, economistas, advogados e muitos mais. A natureza do trabalho expõe sua gente à convivência cotidiana com o olho do furacão da luta de classes no Brasil, conflitos de interesses entre oligarquias locais, regionais e nacionais e os trabalhadores sem-terra, os camponeses, os agricultores familiares. Uma luta entre poderosos e excluídos, que se renova e se moderniza nas formas, mas vem se perpetuando na essência, isto é, um projeto de país que não compartilha um futuro com todo o seu povo, e nisso se perde o conceito de nação. O Incra do futuro é uma organização federal que pode contribuir (e muito) para transformar o Brasil numa nação.

Neste livro estão colecionados textos produzidos por muitos servidores da autarquia, e sem dúvida poderíamos ter mais mulheres escrevendo. Seus relatos e experiências contam o que se sente quando um profissional – e, antes de tudo, um ser humano – desempenha seu trabalho na mais remota vila no interior do sertão, do cerrado, da floresta amazônica, conhece gente simples e valente que luta por sua vida, e depois vem aos gabinetes do poder burocrático e político das capitais explicar o que se passa no chão do Brasil, tentando negociar soluções salomônicas entre Estado, mercado e as comunidades rurais.

O livro está organizado em quatro partes. A primeira delas é “O início do Incra retratado em experiências pessoais” e conta com seis capítulos ou textos; a segunda trata “Os desafios no início dos programas de assentamento” e conta com quatro capítulos; a terceira parte se denomina “Histórias sobre o trabalho no dia-a-dia”

e conta com oito capítulos. Por fim, a quarta e última parte trata de “Símbolos e pessoas deste 50 anos”, com outros cinco capítulos. Em todos os capítulos e relatos encontraremos personagens reais em situações e momentos únicos, inesquecíveis, seja pela sua humanidade, coragem, esperteza, diplomacia, num conjunto impressionante do que é a sociedade brasileira, como nela se exerce o que Michel Foucault chamou a “microfísica do poder”, aquele poder cotidiano do preposto político, técnico, econômico que mantém a sociedade submissa e impotente diante de suas injustiças – mas também onde e como essas injustiças são dribladas, vencidas, superadas por atores cheios de boa vontade, sabedoria e experiência de vida.

Os “Destaques da edição” precedem estas partes, com três capítulos, que são os textos premiados. O primeiro é de autoria de Paulo Araujo, acontecido em São Paulo, sobre um processo de reconhecimento e regularização do Quilombo Cangume, que dura já mais de 15 anos, nos transporta para o interior dessa comunidade quilombola e podemos conhecer pessoas simples e dotadas de grande sabedoria; mas nos leva também para o interior do escritório e aos processos intermináveis, ao diálogo desigual com o Poder Judiciário, à resiliência necessária para aguentar firme ao longo dos anos, colocando a cada folha do processo (kafkiano, sem dúvida) a sua contribuição possível.

O segundo capítulo, de autoria de Julio Ramírez, acontece em Mato Grosso do Sul e Brasília, trata de uma desapropriação de fazenda improdutiva, com empregados sem registro formal e retirada de madeira de mata ciliar, embora nela esteja instalada uma unidade industrial de usina de etanol. A cena de negociação do processo é antológica: envolve diretamente a Presidência da República (governo Itamar Franco) e o perito do Incra, cuja experiência sociológica com o poder político lhe faz propor uma “solução mineira”, isto é, que agrade ao dono da usina, ao retirar a área da fábrica (2 mil ha) da desapropriação, e que faça justiça aos agricultores sem-terra, desapropriando as demais áreas (3 mil ha). No seu caso a negociação foi bem-sucedida, porém muitas vezes a história não tem esse final feliz.

O terceiro capítulo, de autoria de Antônio Pompeu, acontece no Ceará e é um dos momentos mais gratificantes do livro, pois relata a visita pessoal do técnico a um assentamento de reforma agrária em dia de festa e posse de nova diretoria da associação, em 1990. Trata-se de um assentamento muito bem-sucedido e que serve de exemplo para os demais por sua gestão participativa, pela constante capacitação dos agricultores e pelo pacto intergeracional que faz a sucessão sem conflitos de lideranças e de tecnologias. Prevalece a cooperação; e a necessidade da formação de capital social para obter capital econômico-produtivo é clara. Somos informados de que, atualmente, o assentamento continua bem.

A história do Incra e de sua gente, sejam os servidores, sejam os agricultores e famílias atendidas por seu trabalho, é uma história de resiliência e superação cotidiana de obstáculos. Seu futuro está sendo construído hoje e espero que a sociedade brasileira compreenda mais a importância da autarquia e da sua missão. Que a tecnologia mais moderna venha somar produtividade e qualidade a essa resiliência e experiência social e política.

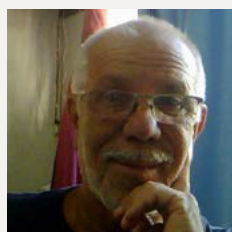
Por fim, parabeno o SindPFA e a Cnasi-AN pela luta e pela iniciativa desta publicação, e todas companheiras e companheiros servidores do Incra na passagem dos seus 50 anos de existência e poderosa resiliência.

Logroño (Espanha), junho de 2021.

Maria Lucia Falcón

Natural de Salvador (BA), Maria Lucia de Oliveira Falcón é engenheira agrônoma, mestre em Economia e doutora em Sociologia. Pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro e visitante na Universidade de Santiago de Compostela; professora associada da Universidade Federal de Sergipe e eventual da Escola Nacional de Administração Pública. Foi assessora da Presidência do BNDES; secretária de Planejamento de Aracaju/SE, de Desenvolvimento Urbano do Estado de Sergipe e Nacional de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, entre outros cargos. Atualmente, atua como pesquisadora na Espanha. Foi a primeira – e, até então, a única – mulher a presidir o Incra, entre 2015 e 2016.

AUTORES DESTA EDIÇÃO



Antonio Fernando Mattza

Nasceu em Recife (PE) e reside no Rio de Janeiro desde 1952. Em 1966, logo após servir ao Exército, ingressou no Ibra. Paralelamente, trabalhou como sonoplasta e iluminador em peças de teatro e discotecário em boates da Barra da Tijuca. Em 1983, foi Destaque Especial do IV Concurso Nacional de Poesias editado pela Revista Brasília, e daí em diante participou de várias antologias e coletâneas poéticas. Em 2019, lançou "Da Terra Nascem Versos" na Bienal do Livro do Rio de Janeiro e, recentemente, lançou "Versos Negros".



Antônio Celso Alves de Faria

Natural de Bambuí (MG), engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Brasília (UnB) em 1984 e pós-graduado em Informática na Agropecuária e Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) em 1998. Ingressou no Incra em 2005 e atua até hoje como perito federal agrário. Já foi produtor rural na região em que nasceu, professor substituto de Administração Rural, Irrigação e Agricultura Geral na Escola Estadual Agrotécnica Afonso Queiroz de Patos de Minas (MG), além de ter ocupado cargo administrativo no Banco do Brasil nos anos de 1982 a 1998.



Antonio Rubens Pompeu Braga

Natural de Maranguape (CE), é sociólogo e servidor aposentado do Incra desde 2010. Ingressou na Regional de Pernambuco em 1966 e atuou como delegado da Cooperativa Integral de Reforma Agrária do Projeto Quatis e chefe do Setor Cooperativismo. Em Fortaleza, foi chefe do Setor de Assentamentos do Incra e superintendente regional entre 1992 e 1994. Em Brasília, foi subcoordenador-geral do Proterra/Funterra e atuou na Assessoria da Presidência do Incra (1994 e 1995). Em 2005 e 2006, foi integrante do grupo de pesquisa Memória Incra e da Comissão Julgadora do Concurso Incra 35 anos, como coordenador do livro e dos trabalhos premiados no concurso.



Cristina Miyuki Sato Mizumura

Natural de São Paulo (SP). Jornalista formada pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela mesma instituição. Atuou na imprensa nipo-brasileira e publicou livros sobre a cultura japonesa, como "Um presente que veio de longe" (2008) e "Lendas Japonesas: Trazidas pelas flores de cerejeira" (2010). Ingressou no Incra em 2004 como técnica de Comunicação Social e atua no cargo até hoje.



Deodato do Nascimento Aquino

Natural de Senador Pompeu (CE), é técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de Iguatu (CE) e engenheiro agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É mestre em Agronomia e doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e cursa especialização em Geoprocessamento pela PUC Minas. Ingressou no Incra em 2007 e atua até os dias de hoje como perito federal agrário. É membro titular do Comitê da Reserva Biosfera da Caatinga do Estado do Ceará e membro do Conselho Interinstitucional de Educação Ambiental do Ceará.



Francisco José Nascimento

Natural de Rio Branco (AC), formado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Ingressou no Incra em 1978 e ocupou diversos cargos de confiança na autarquia, incluindo o de superintendente regional, diretor, chefe de Gabinete e presidente substituto. Atua até hoje como servidor. Possui vários livros de poesia publicados, como "Do outro lado do rio", "O refúgio das águas", "Cantares", "A liturgia da alma", "O inventário das horas", "Diário dos plantadores de sonho" e "Caindo na rede". Como historiador, escreveu e publicou "Reforma Agrária, Incra 20 anos de atuação na Amazônia Ocidental" e "Memória da colonização recente no Estado do Acre". Ocupa a cadeira nº 12 da Litteraria Academiae Lima Barreto, no Rio de Janeiro, e é membro do Primeiro Colegiado de Escritores Brasileiros.



Geraldo Francisco Coelho

Natural de Floriano (PI), é psicólogo pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub), formado em 1980. Pós-graduado em Abordagem Centrada na Pessoa pelo Núcleo de Estudos Internacionais da Abordagem Centrada na Pessoa e em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) com o tema "Contribuição para a Compreensão da Performance do II PNRA". Ingressou no Incra em 1978, atuando no Planejamento Estratégico e em assessoria na sede nas regionais de MS e DF, nas áreas de assistência técnica e desenvolvimento de projetos de assentamento. É autor do Livro "Arte de Ser (IN)feliz", lançado em 2020.



Julio Lizárraga Ramírez

Natural de Cuzco (Peru), é engenheiro agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil (1964) e administrador de empresas formado pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub) em 1980; especialista em Desenvolvimento Agrário na Universidad Agrária de Chapingo, no México, em 1966. Possui mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1972, e doutorado em Sociologia na Universidad Autónoma de Madrid (Espanha) em 2004. Ingressou no Ibra em 1967. Atuou como gestor de diversos departamentos no Incra, foi diretor adjunto de Assentamentos de 1988 a 1989 e diretor de Obtenção de Recursos Fundiários de 1993 a 1994. No Mapa, foi chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais e subchefe de Gabinete do Ministro em 1992. Aposentou-se pelo Incra, em 1996. Atuou ainda como consultor internacional junto ao IICA, FAO, Phud, BIRD, BID em diversos países da América Latina e África de 1998 a 2018.



Marcelo Guedes Dupin

Natural de Itambacuri (MG), é técnico em Agropecuária pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e geógrafo pela PUC Minas. Servidor do Incra, aposentado desde 2016. Também é, desde 2002, servidor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG), cidade onde reside desde 1977 e atua como professor. Foi escalado, em 1983, para conduzir, de Belo Horizonte (MG) a Rio Branco (AC), um grupo de 16 famílias selecionadas para ocupar lotes no Projeto de Assentamento Dirigido Santa Luzia, em Cruzeiro do Sul (AC). Já publicou "A Fábula de Gato Aldo", "A Borboleta Tita" e "O Tempo Chama a Poesia".



Oswaldo Euclides Aranha

Natural do Rio de Janeiro (RJ), é engenheiro agrônomo, formado pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel em Pelotas (RS) em 1962. Ingressou no Inda em 1965. Atuou no Incra do Paraná como chefe da Divisão de Assentamentos, superintendente adjunto e administrador de núcleos coloniais. Aposentou-se do órgão em 1996. Também exerceu atividades como presidente da Associação Paranaense de Suinocultura, jurado internacional de suínos, diretor estadual do Ministério da Agricultura, diretor de Registro Genealógico de Suínos, diretor da Associação de Engenheiros Agrônomos do Paraná e da Comissão Estadual de Sementes. Na área cultural, atuou como produtor musical e fez programas na Rádio Estadual do Paraná, além de ter sido integrante do Fórum das Entidades Culturais do Paraná.



Paulo Cesar Rebello Mendes de Oliveira

Natural de Juiz de Fora (MG), é engenheiro agrônomo, formado pela Universidade de Brasília (UnB) em 1980. Ingressou no Incra em 1981, no Projeto de Assentamento Dirigido Boa Esperança, em Sena Madureira (AC). Trabalhou ainda no Projeto Fundiário Alto Purus, também em Sena Madureira, e no Projeto Fundiário Vale do Guaporé, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). Em Brasília (DF), onde reside, atuou na Diretoria de Recursos Fundiários do órgão, na Diretoria de Assentamentos, na Presidência e na Auditoria Interna. Aposentou-se pela autarquia em 2016.



Paulo Roberto David de Araújo

Natural de São Paulo (SP), é engenheiro agrônomo, formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP) em 1985, mestre em Ciência Ambiental em 1999, também pela USP, e especialista em Agroecologia. Ingressou no Incra em 2005 e atua como perito federal agrário até os dias de hoje. Também trabalhou no Parque Ecológico do Tietê (1987 e 1988), na Secretaria Estadual de Meio Ambiente de SP (1988 a 1998) e no Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) de 1998 a 2005. Ganhou o Prêmio Balanço Ambiental em 2001 e 2002 pela Gazeta Mercantil, o Prêmio Amanco por um mundo melhor 2004 (Instituto Ethos). Compôs e publicou seis álbuns de músicas, além de livros e artigos na área ambiental.



Raimundo José Almeida Batista (Nã Batista)

Natural de Humaitá (AM), é desenhista, artista plástico, radialista, poeta e escritor. Servidor público desde 1982. Autor dos livros "De Coração pra Coração" e "Os Recreios os ônibus da Amazônia". Seu texto "Extratativismo, ainda bem que chegou tarde" foi matéria vencedora no concurso Incra 35 anos. Como radialista, recebeu diversos prêmios. Na pintura, é autor de várias obras em exposição na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro e de artes sacras nas igrejas humaitaenses. É criador do grupo cultural Mocidade Independente de São José. Atua até hoje na Unidade Avançada do Incra em Humaitá.



René Dubois

Natural de Recife (PE), é médico veterinário, formado pela Escola de Medicina Veterinária da Bahia em 1960. Ingressou no Serviço Social Rural (SSR) em 1961. Atuou como coordenador do Centro de Organização e Desenvolvimento de Comunidades Rurais do Sudoeste da Bahia e foi administrador de Núcleos Coloniais. Aposentou-se em 1994. Foi presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV); delegado permanente adjunto do Brasil junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); prefeito municipal de Jaguaquara (BA); presidente da União dos Municípios da Bahia e subsecretário de Educação do Estado. É membro titular das Academias Brasileira e Baiana de Medicina Veterinária.

**Verônica Viana da Fonseca**

Natural de Montes Altos (MA), é licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e mestranda em sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em Imperatriz (MA). Ingressou no Incra de Marabá (PA) em 2007 e voltou ao Maranhão. Ocupou cargos de chefia na Superintendência e na Unidade Avançada de Imperatriz, onde hoje atua como analista em reforma e desenvolvimento agrário.

**Vitor Hugo da Paixão Melo**

Natural de Macapá (AP), é engenheiro agrônomo formado pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) em 1975. Especializou-se em Reforma Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 1987. Ingressou no Incra em 1975, onde atuou na colonização do Acre e ocupou vários cargos de confiança, como assessor da Presidência, chefe e superintendente em diversas regionais como Acre, São Paulo, Amapá, Paraíba, Pernambuco, Pará, Rondônia e Brasília. Aposentou-se em 2010.

**Zenóbio Cruz da Silva Arruda**

Natural de Corumbá (MS). Prestou serviço militar no 6º Distrito Naval da Marinha em Ladário (MS) e depois no Estado Maior das Forças Armadas em Angra dos Reis (RJ), Uruguaiana (RS), Santos (SP) e Brasília (DF). Ingressou no Incra em 1975 e atuou na área de Cartografia em projetos de colonização da Região Norte e em diversos outros projetos fundiários em Mato Grosso do Sul, na área de regularização fundiária e como administrador de projetos. Foi transferido para a Regional do Tocantins para trabalhar com topografia e atualmente exerce cargo administrativo nesta Superintendência.

SUMÁRIO

DESTAQUES DA EDIÇÃO

- 23 **TEMPOS CRUZADOS NO QUILOMBO CANGUME**
PAULO ROBERTO DAVID DE ARAUJO
- 31 **ISSO É UMA SOLUÇÃO MINEIRA, UAI!**
JULIO LIZÁRRAGA RAMÍREZ
- 35 **RECORTES DE UMA VIAGEM AO ASSENTAMENTO SANTANA NO CEARÁ**
ANTONIO RUBENS POMPEU BRAGA

O INÍCIO DO INCRA RETRATADO EM EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

- 45 **O INCRA EM SEUS PRIMÓRDIOS**
OSWALDO EUCLYDES ARANHA
- 49 **LEMBRANÇAS**
ANTÔNIO FERNANDO MATTZA
- 53 **ONDE ENTERREI MEU CORAÇÃO**
FRANCISCO JOSÉ NASCIMENTO
- 57 **UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**
RENÉ DUBOIS
- 61 **SERVIDORAS DO INCRA OU GUERREIRAS DA FLORESTA?**
PAULO CESAR REBELLO MENDES DE OLIVEIRA
- 65 **PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO PAULO DE ASSIS RIBEIRO**
VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

OS DESAFIOS NO INÍCIO DOS PROGRAMAS DE ASSENTAMENTO

- 71 **A CARTA DE CARPINA E A DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA**
VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO
- 75 **ACOLHIMENTO AOS BRASIGUAIOS**
ZENÓBIO CRUZ DA SILVA ARRUDA
- 77 **REFORMA AGRÁRIA EM SÃO PAULO: PROJETOS ITAPETI E PRIMAVERA**
VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO
- 81 **DESCENTRALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**
VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO
- ## HISTÓRIAS SOBRE O TRABALHO DO INCRA NO DIA-A-DIA
- 89 **UM GAROTO PRA CHAMAR DE 'SEU'**
NÃ BATISTA
- 95 **PASSANDO O INCRA A LIMPO**
JULIO LIZÁRRAGA RAMÍREZ
- 101 **BATISMO NA LAGOA VAPABUÇU**
ANTÔNIO CELSO ALVES DE FARIA
- 105 **AH, COMO ERA A NOSSA BUROCRACIA!**
JULIO LIZÁRRAGA RAMÍREZ
- 111 **FORTALEZA DE SANT'ANNA**
ANTÔNIO CELSO ALVES DE FARIA
- 119 **UMA NOITE DE VERÃO NA FLORESTA**
VERÔNICA VIANA DA FONSECA
- 121 **REVISTA EM CÁCERES**
MARCELO GUEDES
- 127 **ANDANÇAS PELOS SERTÕES DAS GERAIS**
ANTÔNIO CELSO ALVES DE FARIA

SÍMBOLOS E PESSOAS DESTES 50 ANOS

- 135 **EU CANTAVA ÀS QUINTAS-FEIRAS, EM BUSCA DE NOSSAS VOZES**
CRISTINA MIYUKI SATO MIZUMURA
- 139 **O PRÉDIO**
ANTONIO FERNANDO MATTZA
- 143 **SACANAGEM**
GERALDO FRANCISCO COELHO
- 147 **ZÉ ALVES, O BAIANO**
ANTONIO FERNANDO MATTZA
- 149 **A CASA DE FARINHA**
DEODATO DO NASCIMENTO AQUINO
- 157 **GLOSSÁRIO**

Destques da edição

TEMPOS CRUZADOS NO QUILOMBO CANGUME

PAULO ROBERTO DAVID DE ARAUJO

A equipe de quilombos do Incra, em São Paulo, fica numa sala do segundo andar do prédio próprio, em Higienópolis, um dos bairros mais valorizados da capital. Agricultores familiares e milionários circulam por ali.

Era 17 de junho de 2013 e eu vinha de uma vistoria. Deixei meus colegas no caminho, adentrei no prédio do Incra e fui estacionar a viatura na garagem do segundo subsolo, abrigo de almas que exalam cheiros embriagantes, emitem sons estranhos e causam calafrios. Tremia! Rezava em silêncio o Pai Nosso repetidamente enquanto estava sozinho naquele local. Era sempre assim. Deixei a luz interna da caminhonete acesa até organizar tudo que eu tinha que carregar para, planejadamente, partir correndo em direção à escada e deixar rapidamente aquele lugar assustador.

Ufa! Atingi o primeiro subsolo e senti-me aliviado ao me deparar com o vigia Adilson. Quando ele me viu, como sempre, provocou a velha conversa sobre a cápsula do tempo que fora enterrada naquele prédio na época da sua inauguração, nos anos 70. Tinha até um exemplar do Estatuto da Terra que foi enterrado junto. Meu Deus! Era uma conversa recorrente com muitos funcionários do Incra São Paulo, já que era de conhecimento de todos que procurei incansavelmente essa cápsula por um bom tempo. Comparei fotos antigas com os espaços atuais, pesquisei com os funcionários mais velhos, observei as irregularidades nos pisos para encontrar o “tesouro perdido” e conversei com muita gente. Mas, enfim, não decifrei esse mistério. Vai ver, é protegido por algum fantasma!

Pedi para o Adilson acender a luz no meu andar para eu deixar as coisas na sala da equipe de quilombos. Larguei o velho processo marcado pelo tempo e manchado de café que meu chefe havia colocado sobre minha mesa alguns dias antes. Olhei de relance e constatei:

*Interessado: Comunidade Remanescente de Quilombo Cangume
Assunto: Reconhecimento e Titulação
Município: Itaoca*

Itaoca era fim de mundo! Antes de ser emancipado, era o mais distante distrito do município de Apiaí, no Vale do Ribeira, região onde resiste a maior mancha contínua de Mata Atlântica do planeta. Para chegar até o Quilombo Cangume é preciso passar pela pequena cidade e seguir mais 10 quilômetros por pequenas estradas. Se hoje é isolado, imagine lá nos anos 60... Sertão!

Dias antes da vistoria, folhee o processo que se iniciou em 2005 e fiquei chocado com o registro deixado por uma juíza no ano de 1966, reproduzido no Relatório Técnico Científico da Fundação Instituto de Terras de São Paulo, de 2003, do professor Arruti, que se referia ao processo de Ação Discriminatória das terras de Apiaí.

***Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
Cartório***

Fatos curiosos e dolorosos pude observar e conhecer através dos contatos que mantive com os posseiros.

As dificuldades que tiveram que enfrentar, por falta de meios de transporte para poderem chegar a Apiaí, dada a distância em que se encontram suas terras, como também a falta de meios pecuniários para se locomoverem. Muitos deles foram obrigados a vender suas colheitas antes do prazo, para obterem o numerário necessário ao pagamento das taxas, como também para despesas de sua viagem, sempre realizada sob as mais precárias condições. Outros, por não terem conseguido dinheiro para transporte, viajaram noite e dia a pé, pois apenas possuíam o necessário para pagar as taxas.

A situação de vida dessa população rural chega a ser chocante e o seu atraso no conhecimento dos seus direitos e obrigações é de merecer compadecimento. Posso citar o caso de uma senhora idosa que, gozando da isenção do pagamento de taxas, julgava que, só porque pagava apenas as estampilhas, teria reduzida as dimensões da área que lhe foi conferida. Também surgiram os espertos que, procurando ludibriar a boa-fé alheia, queriam comprar as propriedades doadas, oferecendo quantias irrisórias.

*São Paulo, 2 de junho de 1966.
Angélica Capasso*

Em 1939, foi iniciada a Ação Discriminatória, que se finalizou em 1968, com a entrega dos títulos. Ela marcou o destino daquela comunidade e interferiu desastrosamente na dinâmica do seu território. Por um lado, a comunidade tinha sua lógica de uso das terras, baseada nas estruturas familiares em constantes deslocamentos cíclicos entre roças de coivara e pousios. Por outro lado, o Estado impôs uma nova lógica e concedeu títulos validando uma “fotografia” que retratou um instante de um processo contínuo, dinâmico e complexo em que fatores ambientais ditavam a lógica imprevisível e descontínua que vigorava no território Cangume.

A ocupação daquele território vigorava desde o século XIX, bem antes da chegada da especulação imobiliária e dos migrantes mineiros que vieram a reboque da nova estrada de Apiaí a Itaoca, no final dos anos 50. A cruel lógica do mercado adentrou naquelas terras e atingiu aquelas pessoas que, até então, quase nem mexiam com dinheiro.

Sempre lia, nos processos de regularização, sobre as origens das comunidades quilombolas e me sentia dentro das histórias, virava personagem. De noite, até sonhava que vivia naquelas épocas de escravidão, de senhores perversos e de isolamento. Viajava no tempo!

Voltemos para o ano de 2013. Naquele dia 17, chegamos ao Cangume, para realizar a primeira reunião com o objetivo de informar a comunidade sobre a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território, principal peça técnica para a regularização do território que fora quase totalmente expropriado pela venda dos títulos emitidos em 1968 na Ação Discriminatória.

As pastagens dominavam a paisagem durante o caminho, mas foi possível sentir o frescor da mata assim que chegamos ao patrimônio do Cangume, pequena porção remanescente do território, onde se encontram as casas da comunidade.

Foi discrepante a diferença entre a atmosfera do Incra em Higienópolis, na capital, e a do Cangume. Não somente no sentido estrito da palavra, mas no sentido místico, pois, ali, uma aura protegia o aroma de fogão a lenha misturado ao das flores da floresta. Uma borboleta que passava ao meu lado... ou seria uma fada?

Vi a escola estadual, que era de alvenaria, com estruturas de lazer, lixeiras e salas de aula bem-organizadas. Crianças colhiam o amarelo intenso de coquinhos de jerivás, que se transformariam em paçoca. Ao me deparar com esse ambiente, lembrei-me de registros de depoimentos da professora Dirce, que foi incumbida de fundar a escola no Cangume, nos anos 60, pela prefeitura de Apiaí.

Diretor:

A Senhora vai encontrar não só criança analfabeta, a Senhora vai encontrar adultos, velhos, que nunca souberam o que é pegar num lápis. A bem da verdade, a Senhora vai encontrar bugres. A Senhora tem coragem?

Professora Dirce:

(...) Então eu desci aquela serra a cavalo [...] e quando eu fui chegando no bairro, de longe assim, que lá é um descidão, um buracão, eu vi aquelas casinhas, igual aquelas casinhas de índio mesmo, tudo de sapé. Parecia um vilarejo de índio mesmo. A primeira pessoa que eu vi foi um negrão, um pretão mesmo, daqueles de amedrontar a gente, sabe. Eu falei, 'ai ai ai, onde é que eu vim parar? (...)

Cangume tem uma história própria de isolamento e de alteridade ligada à raça negra em relação aos povoados da região, que foram avançando sobre o meio rural no século XX. No século XIX, a região era ocupada predominantemente por negros e bugres.

Passamos pela escola, subimos a estreita estrada de terra, rodeamos um pequeno lago e chegamos ao núcleo familiar da Dona Antônia, que nos recebeu com café, no fogão a lenha, em sua cozinha permanentemente em atividade. Mulher forte, com idade avançada e olhar doce. Muitas histórias para contar. Mariana, jovem antropóloga de raciocínio rápido e dedicação invejável, ficava horas conversando com Dona Antônia, falando do passado, dos caminhos, festas, plantações, enfim, uma infinidade de coisas. Enquanto isso, eu acompanhava o Fernando, engenheiro agrimensor, aventureiro e parceiro nas dificuldades das trilhas, e escolhia um local seguro para estacionar os equipamentos da estação total, que nos daria a precisão necessária para medição das áreas. Andamos pelos arredores e fizemos alguns testes. Tomamos mais café.



*Dona Antônia, na Comunidade Remanescente de Quilombo Cangume, em Itaoca/SP, em 2013.
Foto: Mariana Sucupira.*



A reunião foi marcada para o final da tarde, para permitir a participação dos trabalhadores sem que perdessem o dia. As pessoas foram chegando aos poucos e as relações entre os moradores eram notadamente marcadas pela história de resistência e resiliência, apoiada no convívio familiar e no compadrio. Era uma animação só!

Iniciamos a reunião com a apresentação de todos. Havia ansiedade e um pouco de descrédito no olhar daquelas pessoas. Afinal, o processo do Incra fora iniciado oito anos atrás e eles já haviam sido reconhecidos como comunidade quilombola em 2004 pelo governo estadual. Entretanto, como o território estava assentado em áreas particulares, o processo de regularização caberia ao órgão federal. E ali estávamos nós...

Iniciamos os trabalhos e voltamos inúmeras vezes para tomar café na cozinha da Dona Antônia, bater papo, ouvir as canções que seu neto colocava no potente aparelho de som e, principalmente... trabalhar. Notificamos todos os ocupantes do território e é claro que, vez ou outra, sofremos ameaças veladas ao fazer esse trabalho.

A região tinha um relevo de encostas íngremes e morros altos. Com muita dificuldade, percorremos todo o perímetro do território proposto, que tinha mata fechada, principalmente em seus limites na serra em direção ao norte, no sentido do quilombo de Bombas. Seu Oscar nos acompanhou em boa parte dos trabalhos de campo. Era um senhor com mais de setenta anos, que deixava o Fernando e eu no chinelo. Conforme andávamos pelas grotas e morros, ele falava os nomes das pessoas que habitavam e plantavam cada palmo daquele chão nos tempos passados. Também tinha muito conhecimento sobre as plantas e bichos, mas falava pouco. Um dia, na floresta, ele se animou quando mostrei um tronco entrelaçado por cipós que me chamaram a atenção por sua beleza. De imediato ele identificou: unha de gato e cipó amarelinho, para amarrar cercas, e cipó mil-homens, para fazer remédio contra dor de barriga. Seguimos a trilha, ele com o facão na mão.

Tinha uma gleba na serra em que o acesso era bem complicado. Justamente no dia em que fomos levantar aqueles limites, o seu Oscar não podia nos acompanhar e indicou outro morador para a missão. Saímos cedo e começamos a subida da serra, sempre a pé e com os equipamentos nas costas, mais a água e o lanche. Num certo ponto, entramos na mata e fomos seguindo pela meia encosta na curva de nível, sentido oeste. O objetivo seria levantar a gleba limite do território e, para tanto, tínhamos que atravessar a encosta e subir no ponto correto para acessar essa gleba. Caminhamos um bocado pela mata alta e, para nossa surpresa, vimos que, no meio daquela encosta, havia uma grotá enorme, por onde seria muito difícil passar com nossas tralhas. Já tínhamos andado um bocado e voltar para desviar do obstáculo não nos daria a garantia de chegarmos ao ponto desejado. Saudade do seu Oscar! Decidimos enfrentar a grotá numa empreitada que causou vários arranhões e manchas roxas pelo corpo. Nossas roupas ficaram cobertas de barro da grotá úmida e escorregadia, com muitos galhos e espinhos. Sem contar o medo das cobras que circulavam por ali... Os moradores adoravam contar histórias de cobra.

Seguimos mais um trecho pela encosta até o ponto que daria acesso à gleba, que ficava no alto. Subimos e conseguimos chegar ao local desejado. Que felicidade! Nesses momentos, a vida aflora em nossa pele. Valeu o sacrifício! Fizemos um lanche no adiantado da tarde.

Agora, o retorno! Pensar na grotá já dava náuseas, então decidimos voltar pelo alto da serra até chegar à estrada velha, do lado oposto ao que entramos. Ótimo! Só que não havia trilha e a vegetação era de uma capoeira compacta que insistia em ocupar cada centímetro de chão. Mais cobras, mais espinhos e muitos insetos que, àquela hora, já começavam a nos atacar. Quando chegamos à cozinha da Dona Antônia, estavam todos preocupados pela nossa demora. Estávamos exaustos!



Cozinha da Dona Antônia, na Comunidade Remanescente de Quilombo Cangume, em Itaoca/SP, em 2013. Foto: Paulo Araújo.

Pois é... Esse episódio descreveu somente um dia de trabalho e superação de obstáculos que a equipe técnica tem de enfrentar para dar prosseguimento ao processo. Cada dia é um desafio! Cada tarefa traz obstáculos, grotas, espinhos, lama, levantamento topográfico, cadastro das famílias quilombolas, cadastro de terceiros, descrição das benfeitorias, levantamento do uso e ocupação das terras, notificações, trabalhos de escritório, elaboração de mapas, levantamento de sobreposições, ofícios ao cartório, análise documental, enfim todas as etapas necessárias para conseguirmos publicar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação em 25 de junho de 2015. Mariana informava feliz a novidade para Cláudio e Jaime, que eram da Associação. Nesse dia teve festa no Cangume!

Mas a publicação é apenas mais uma etapa do processo. Agora tínhamos que notificar órgãos públicos e todos os ocupantes e vizinhos, oferecendo prazo para contestações. Recebidas e analisadas as contestações, o processo foi para julgamento do Comitê de Decisão Regional, que tem a função de avaliar os recursos em primeira instância nas superintendências do Incra.

Por recomendação da Procuradoria Federal Especializada, o Comitê julgou os recursos improcedentes em 26 de outubro de 2016. Em 2017, outro recurso em primeira instância foi apresentado e julgado improcedente. E o tempo passa! Restava ainda mais uma instância para interpelação de recursos que serão analisados pelo Conselho Diretor do Incra Sede. Atualmente, o processo está nessa etapa e aguarda o julgamento dos recursos em segunda instância. Aliás, o próprio Incra propôs uma auditoria interna para avaliar os procedimentos do processo, para posteriormente prosseguir com o julgamento.

Passada essa fase, caso o território proposto seja mantido, a próxima etapa será o decreto presidencial de reconhecimento do território quilombola. Depois, ainda há as etapas de regularização e desapropriação. Quinze anos se passaram desde que o processo fora iniciado. Trinta e dois anos se passaram após a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu o acesso às terras para as comunidades quilombolas. É muito tempo para reparação de direitos garantidos pela Organização Internacional do Trabalho e pela própria Constituição Federal!

Para comemorar os 50 anos de existência do Incra, gostaria de desenterrar o Estatuto da Terra que ficou preso na cápsula do tempo. Desencapsular o tempo e deixar fluir.

Gostaria que os cangumeiros retomassem seu território! Gostaria de homenagear as comunidades e organizações sociais que sobrevivem às injustiças impostas pelas mazelas do Estado e lutam por seus direitos incessantemente, mesmo sendo a luta agrária uma luta inglória.

Gostaria, também, de homenagear os funcionários, que dão sangue para que a justiça social seja realidade no campo. Aqueles que não medem esforços para cumprir sua missão, enfrentam os perigos do campo (até as cobras), e aguentam as ameaças, mesmo com o coração em pedaços. Aqueles que tiram dinheiro do bolso para realizar suas tarefas no Incra e trabalham noite adentro sem receber hora extra. Que vibram com as conquistas dos agricultores familiares. Que acreditam na causa da autarquia. Autarquia que nada mais é que um grupo de funcionários organizados seguindo regras estabelecidas.

ISSO É UMA SOLUÇÃO MINEIRA, UAI!

JULIO LIZÁRRAGA RAMÍREZ

Nos anos de 1993 a 1994, fui diretor de Obtenção de Recursos Fundiários (DF) do Inbra. Na época, executamos um programa de desapropriações, em que a nossa produção alcançava uma média mensal de 200 mil hectares decretadas. Este fato chamou a atenção em diversas esferas do poder, tais como: ministérios, Congresso Nacional, o Poder Judiciário, assim como na mídia, de maneira geral. Comentava-se que poderíamos estar cometendo equívocos ou exageros, devido ao número de decretos que eram publicados no Diário Oficial da União, semanalmente.

Um dia, bem cedo e para minha surpresa, recebi uma ligação do então ministro da Agricultura, Synval Guazzelli. O presidente do Inbra, Marcos Lins, encontrava-se em viagem e o substituto, Eduardo Freire, estava frequentando um curso na Universidade de Brasília. O ministro, muito preocupado, me diz, ao telefone, que às 17h do mesmo dia teríamos que ir até o Palácio do Planalto para justificarmos, junto ao presidente da República, a desapropriação da Fazenda PAM – localizada no município de Alvorada do Sul, no Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo o ministro Guazzelli, o presidente Itamar Franco foi alertado pelo ministro da Justiça (MJ), Maurício Corrêa, no sentido de ele haver sido induzido ao erro ao decretar a desapropriação da Fazenda PAM. Em correspondência encaminhada pelo proprietário ao MJ, argumentou-se que esse imóvel era produtivo, além da sua importância na região – por ser o único produtor de açúcar e metanol no Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul.

De posse do processo de desapropriação e com o auxílio da minha assessora, a procuradora Maria Brasil, analisamos todo o processo. Destacamos os aspectos que levaram o Incra a propor a desapropriação e preparamos a defesa junto ao presidente da República. Às 17h, o ministro e eu chegamos à antessala do Gabinete Presidencial e lá encontramos dom Mauro Morelli, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que também participaria da reunião, a convite do ministro da Agricultura, como representante dos que reivindicavam a desapropriação.

O ministro Guazzelli e dom Mauro Morelli foram logo convidados a ingressar no gabinete do presidente e depois de 15 minutos fui conduzido ao local. Inicialmente, fiquei impactado com o belo gabinete e por estar diante do presidente da República, pois nunca imaginei que poderia cumprimentar com um aperto de mão e participar de reunião com o máximo mandatário do Brasil. Dentro do gabinete, além do presidente, se encontravam: o ministro da Justiça, Maurício Corrêa; o ministro da Agricultura; dom Mauro Morelli; o chefe da Assessoria Jurídica da Presidência, Gilmar Mendes (hoje ministro do Supremo Tribunal Federal) e mais duas secretárias do presidente Itamar.

De imediato, o ministro Guazzelli, pediu que apresentasse um relato das razões que motivaram para que a fazenda PAM tivesse sido objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. Eu fiz em 7 minutos um relato da situação da fazenda, começando pela caracterização do imóvel como improdutivo e o não cumprimento da função social, segundo a Constituição, tendo em vista que, entre outros, apenas 5% da área do imóvel estava sendo explorada com o cultivo de cana de açúcar e criação de gado. Os índices de produtividade da cana eram muito baixos, a capacidade de suporte da pastagem era muito superior ao gado existente. Existia um processo de retirada da mata ciliar, para madeira, e do Cerrado, para estacas – isto, de forma nada racional. Dos 34 empregados, apenas cinco possuíam carteira assinada. Os empregados não recebiam nenhum tipo de assistência social, moravam fora da fazenda – praticamente numa favela próxima ao imóvel etc. Tudo isso documentado, inclusive com fotografias, anexas ao processo que portava em mãos.

Os participantes ouviram a minha explanação e não questionaram absolutamente nada. Ao término da minha fala, o presidente Itamar diz ao ministro da Justiça: “diante das argumentações do Incra e à luz da Lei, parece que não houve erro na decretação. Portanto, a petição do proprietário da PAM não é procedente, o que nos leva a pensar numa resposta jurídica para esclarecer a questão”. Em seguida, dirigindo-se a mim, perguntou o que ocorreria se o Decreto fosse tornado sem efeito. Eu respondi que não saberia o que ocorreria, por não existir nos registros na história do Incra e dos órgãos antecessores o procedimento de tornar sem efeito um decreto de desapropriação para fins de reforma agrária.

O presidente Itamar e o ministro Corrêa fizeram algumas conjecturas, demonstrando estarem muito inclinados a atender o proprietário e a dom Mauro Morelli – queriam uma saída para o caso. Eu, em determinado momento, solicitei a palavra e disse ao presidente da República: “me permita, Vossa Excelência, sugerir uma solução técnica”. Ele, de pronto, disse: “pois diga, doutor”. Eu expliquei: “manter o decreto de desapropriação e o Incra seria imitado na posse de parte do imóvel, excluindo a usina, a parte explorada e mais uma área para expansão da usina, caso o proprietário assim o desejasse. Mesmo porque os agricultores que reivindicam a terra, considerando o uso potencial da área, planejam plantar alimentos e não cana. Além do mais, a indenização da usina seria muito dispendiosa para o Incra, pois teria que ser indenizada em dinheiro e não em Títulos da Dívida Agrária”.

Os ministros da Justiça e da Agricultura acharam uma solução razoável, desde que o proprietário e os agricultores aceitassem. Após comentários por parte dos participantes aprovando a proposta, o presidente exclamou: “Isso é uma solução mineira, uai”. E determinou aos ministros da Agricultura e da Justiça a efetivação do acordo, conforme sugestão apresentada pelo Incra.

O ministro Maurício Corrêa comunicou ao proprietário que, com muito custo, havia conseguido excluir da desapropriação a usina e mais 2 mil hectares. Os agricultores ficaram com 3 mil hectares. Três anos depois, o proprietário ofereceu ao Incra o restante da propriedade, o que não foi aceito.

Posteriormente, os representantes dos agricultores beneficiados estiveram no Incra em Brasília, para agradecer-me sobre o desfecho do caso e pediram a minha autorização para denominar o Assentamento com o nome de Júlio Ramírez. Eu agradei a intenção da homenagem, argumentando que o Assentamento somente poderia ser batizado com nome de pessoas falecidas e eu gostaria de viver muito mais.



Decretos publicados nos Diários Oficiais da União de 6/9/1994 e 27/12/1994, respectivamente, sobre a desapropriação da Fazenda PAM, em Nova Alvorada do Sul/MS, para reforma agrária. Arte: Kássio Borba.

RECORTES DE UMA VIAGEM AO ASSENTAMENTO SANTANA NO CEARÁ

ANTONIO RUBENS POMPEU BRAGA

O principal motivo da minha viagem era assistir à posse da diretoria da Associação Comunitária do Projeto de Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa, no Ceará, que tem a singular denominação: Associação Geradora de União e Imenso Amor (AGUIA). Os que dela participam poderíamos chamá-los de os “águias”, por várias razões.

Conhecida é a determinação de vencer, de crescer e de ousar dos “águias” de Santana, podendo ser comparada com o voo largo e altaneiro da ave que batiza o acróstico da associação. É curioso como o pássaro águia “ensina”, “treina” o filhote a voar. No alto de um penhasco, ela o prende nos seus pés e alça voo. Lá no alto, solta-o e, se ele não consegue voar sozinho, ela mergulha no espaço em pleno voo e volta a prendê-lo nos seus pés. Este treino é repetido até que o filhote sinta segurança e consiga voar com suas próprias asas.

Afinal, qual a relação disto com a vida dos “águias” de Monsenhor Tabosa? Alguns exemplos podem responder essa indagação. Soube que o presidente recém-empossado foi “treinado” pela diretoria anterior. Foi-me dito por ele, com orgulho, do sucesso da sua recente viagem, como representante de Santana, num encontro de assentados da reforma agrária, no estado do Maranhão: “Fui designado para cumprir uma missão, conhecer experiências e me preparar...”, uma clara referência ao processo de “treinamento” a que foi submetido, como futuro dirigente da Associação.

O Estatuto da AGUIA foi amplamente discutido pela comunidade e funciona como um guia para orientar a organização e o funcionamento da associação. Este tem princípios fundantes baseados na exemplaridade. Participar de todas as atividades do assentamento não é só um direito, mas também um dever de todos, visto que se constitui um espaço de capacitação para o trabalho e de múltiplos aprendizados. Estas deliberações foram aprovadas pela maioria dos associados e vem sendo seguidas pelos dirigentes e demais membros como uma formação em “pleno voo”. O que para alguns, menos avisados, possa parecer uma “camisa de força”, é, na verdade, uma prática que tem gerado bons resultados nos níveis de organização do processo produtivo, e da mudança de comportamento das pessoas que formam aquela comunidade. O núcleo urbano do assentamento está situado num local elevado. Isto me permitiu visualizar, desde a estrada, o clarão da “terra dos águias”, proporcionado pela energia elétrica recém-chegada na área. Era madrugada, mas logo apareceu a responsável pela recepção dos convidados.



Casas multicoloridas do núcleo urbano do Assentamento Santana, no município de Monsenhor Tabosa/CE.
Foto: arquivo pessoal do autor.

A casa de hóspedes, improvisada, era o local da creche onde as mães deixam suas criancinhas quando vão para o trabalho no campo. Lá, isso funciona. Organização, solidariedade e educação caminham juntas. Educação não é só o que é ensinado na escola. Percebe-se uma dimensão mais ampla de educação no processo de organização ali em curso. Esta questão também merece ser estudada e divulgada, para que outros possam compreender as mudanças cotidianas que lá vêm se processando, e em outras áreas de reforma agrária.

Em outra circunstância foi cunhada esta frase: “Em se plantando, tudo dá”, e em Santana ela se materializou. Aconteceu, pois onde são dadas as condições materiais básicas e objetivas, aliadas à base de educação e organização, o binômio progresso e mudança não é uma abstração ou conversa fiada, como alguns antirreformistas dizem, quando se referem às reuniões de trabalhadores, as atividades comunitárias e muitas outras coisas que, em Santana e em outros assentamentos, estão sendo vivenciados.

Logo cedo, recomeçou a movimentação na casa de hóspedes e todos que ali dormimos nos pusemos de pé. O sol já estava alto. Em seguida, no caminho para a vacaria, o que eu vi ao vivo, era preciso estar ali para sentir e até chorar. Eram homens, mulheres e principalmente crianças felizes, levando os seus depósitos com leite. Por que algo tão simples assim é capaz de emocionar? Certamente devido a própria simplicidade e segurança daquelas pessoas carregando seu próprio alimento, o leite lá produzido por vacas a eles pertencentes. As mães tinham a certeza que os seus filhos pequenos tinham o alimento básico para viver e crescer saudáveis, como gente.

Eu vi crianças fortes e alegres, que naquele dia de festa estavam de “folga” da escola. Eu ouvi narrativas de mães, sobre a vida das famílias e, em particular, das crianças, antes de virem morar naquela área de reforma agrária. Falaram da fome, doença e morte, esta, muitas vezes prematura, do trabalho mal pago, da falta de terra para trabalhar, da desolação de não ter para quem apelar. Lágrimas desciam dos seus olhos, mas com um gesto firme as enxugaram e reluzia a esperança que estampava seus rostos, talvez por saber que aquilo era apenas um pesadelo de um passado, que carregariam para sempre em suas mentes.

E saber que para milhares de famílias brasileiras lhes é negado o direito de viver dignamente, ao trabalhador rural o acesso à terra, e às crianças o leite e outros alimentos. Estou convencido que estas conquistas, por si só, justificam a necessidade e a urgência da reforma agrária.

Visitei a vacaria e dois apriscos. Os animais (340 bovinos, 650 ovinos e 850 caprinos), muitos deles de raça, bem tratados. Via-se pelos seus aspectos que possuíam manejo adequado, mesmo considerando a redução da pastagem provocada pela falta de chuva.

Era grande a satisfação dos responsáveis pelo trato dos animais quando falavam do trabalho deles, do crescimento do rebanho e o significado para eles em termos de segurança econômico-financeira, segundo eles era “a poupança viva”. Isto era o resultado dos investimentos realizados de forma comunitária com os pequenos créditos concedidos pelo Incra (alimentação e fomento) transferidos às famílias, quando da criação oficial do Projeto, em janeiro de 1987.

Em setembro de 1988 foi liberada a primeira parcela do financiamento oriundo do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), possibilitando a ampliação dos investimentos produtivos. A segunda parcela não havia sido liberada por força da suspensão temporária das suas atividades. Fala-se até da sua extinção, embora esta seja a principal fonte de financiamento para os projetos de assentamento.

Os assentados de Santana e de outros projetos de assentamento já estão se mobilizando para a obtenção de recursos através do Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste (FNE). Oxalá que eles consigam.

Conheci, também, dois dos sete açudes existentes no Projeto. O maior deles com capacidade de armazenar cerca 2.500.000 m³ de água. Sobre a construção dos açudes, tem uma história que merece ser contada: os recursos destinados pelo Incra eram para construção de apenas dois açudes. A decisão de ampliar o número foi tomada pelos próprios assentados, com o objetivo de levar água para as diferentes localidades da comunidade. Em articulação com os técnicos do Incra, foram preparadas as plantas dos açudes, nos lugares que antes haviam sido identificados e estudados como aptos para suportar e construir barramento. Feito isto, os assentados assumiram o pagamento do combustível e das diárias do tratorista. Trabalharam de domingo a domingo para liberar o trator no prazo concedido pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Seara). Próximo ao prazo da entrega, eles conseguiram uma prorrogação. E o resultado é que, hoje, o Projeto conta com água para o trabalho e consumo em quantidade satisfatória. Os açudes estão povoados de tabaquis e tilápias e as vazantes plantadas.

Vi, naquele dia, as áreas de plantio e o cenário eram de pés e folhas “queimadas” pela inclemência do sol dentro do quadro de estiagem vigente. Isto provocou a frustração da safra. Havia plantado cerca de 150 ha, disse-me um assentado com uma “ponta de tristeza”, pois a estimativa da colheita deste ano seria muito grande! O sertanejo costuma ver a seca como uma fatalidade, mas sempre levanta a mão para os céus na esperança que, no ano seguinte, o inverno seja promissor.



Escola Estadual do Ensino Médio do Campo Florestan Fernandes, localizada no Assentamento Santana, no Ceará. Foto: arquivo pessoal do autor.

Conhecer um Projeto de Assentamento, ou seja, uma propriedade rural produtiva, encravada no sertão semiárido e, ainda, num ano de seca, exige do visitante um conhecimento prévio sobre a cultura, a bravura e a criatividade do sertanejo, do homem nordestino. A terra do sertão hiberna seus nutrientes, o homem resiste e a domina para sobreviver. Na seca a paisagem é sombria, mas não é mórbida. No inverno, com as chuvas, o milagre acontece. A terra se veste de verde, os frutos brotam das plantas e o sorriso no rosto do sertanejo. Quero voltar outras vezes naquela área e revê-la “vestida” do verde permanente da esperança e “banhada” pela água de sistemas de irrigação.

No período que lá estive, um técnico da Seara apresentou aos assentados a proposta para a introdução de um sistema de irrigação flutuante com o motor instalado dentro de um barco. A proposta foi discutida e aceita. Depois soube que haviam sido instalados dois “kits” de irrigação. Esta sim, é uma forma de apoio governamental concreta e não assistencialista, diferente daquelas que reforçam a dependência, a exemplo dos sacolões e dos caminhões-pipa. É sábio o provérbio que diz: “não se resolve o problema da fome dando o peixe, mas ensinando o homem a pescar”.

Vi, ainda, a horta, a bodega, a lavanderia e o armazém comunitários, o apiário, a fábrica de queijo, o criatório de aves e a escola. Soube, por um dirigente da Associação, que a prefeitura de Monsenhor Tabosa mantém professoras, embora com baixo salário, e paga a luz da Escola. Disse-me, ainda, que estão reivindicando a ampliação do número de matrículas; abrir novas classes, para que todos em idade escolar pudessem concluir o primeiro e o segundo grau lá mesmo. E, também, a instalação de turma de alfabetização e educação de adultos.

O prédio da escola foi o principal cenário da festa. Na parte externa foram montados: o tablado, para o conjunto musical, e uma “pista de dança”, construída especialmente para aquele dia, além de barracas para venda de comidas regionais. A festa foi organizada e executada diretamente pelos assentados. Desta vez, os técnicos não foram solicitados a participar.

Nosso olhar se perdia na amplidão do núcleo urbano, encravado em terreno elevado, com as 70 casas construídas em regime de mutirão. O Incra concedeu a cada assentado um pequeno “crédito habitação”, que foi por eles administrado. A distribuição das casas foi através de sorteio. Primeiramente para as famílias que vieram de outras localidades e lá viviam em habitações precárias. É preciso entrar nas casas, sempre de portas abertas, para sentir a felicidade dos seus ocupantes. Eles têm um teto próprio! Diferente é a situação de milhares de trabalhadores no campo e nas cidades que não têm onde morar com dignidade!

Foram-nos mostrados os locais onde pretendem construir o posto de saúde, a igreja e a unidade de beneficiamento do leite. No pátio da escola, foi realizada pela manhã uma cerimônia religiosa. Na ausência do padre, a reunião foi dirigida por um trabalhador. Leituras bíblicas, comentários, depoimentos, preces e cânticos foram a forma encontrada por eles para louvar a Deus naquele dia. A simplicidade e a participação dos assentados naquele ato, como expressão da auto-organização, era a expressão do estado de espírito das pessoas ali presentes, protagonismo, confiança e esperança, nas coisas da terra e na proteção dos céus.

O almoço foi um verdadeiro banquete, com comidas saudáveis, variadas e saborosas, tudo preparado com esmero por um grupo de mulheres da área. Os convidados para o almoço, em torno de 70 pessoas, eram os músicos, jogadores de times da região, trabalhadores de outras localidades e técnicos. Para o sertanejo, festa é sinônimo de partilha, alegria e fartura. Como de fato aconteceu!

A presença de visitantes no Projeto Santana tem sido frequente. Por lá têm passado assentados e técnicos de dentro e fora do estado. Segundo depoimentos dos visitantes e assentados, os intercâmbios de experiências têm sido muito proveitosos para o crescimento e fortalecimento dos trabalhos de organização dos assentamentos. Esta atividade de capacitação vem sendo patrocinada pelo Incra, via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (Papp) e Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Ceará. Este, certamente, é um dos instrumentos de apoio mais positivos ao processo de organização e capacitação dos assentados.

Às 13:30h, do dia 19 de junho de 1990, teve início a atividade mais importante daquele dia: a transmissão de cargo da 1ª para a 2ª diretoria da AGUIA. A solenidade foi presidida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa. Faziam parte da mesa os antigos e novos dirigentes, um representante de outra área de reforma agrária e técnicos representantes de órgãos que atuam na área.

Os dirigentes da primeira diretoria falaram sobre as dificuldades enfrentadas, dos erros e acertos, das conquistas e dos resultados do processo de organização e funcionamento de atividades e serviços de apoio à produção e da vida social da comunidade. Agradeceram o apoio recebido e desejaram sucesso aos que estavam assumindo o “poder comunitário”, segundo a expressão usada por um dos oradores.

Os técnicos que usaram da palavra, todos conhecedores da realidade da área, reafirmaram o apoio institucional aos trabalhos ali em andamento. Falaram, também, da satisfação pessoal de estarem ali presentes, como convidados, e do significado da experiência de Santana para os trabalhos institucionais em outras áreas de assentamento dentro e fora do estado.

A cerimônia foi encerrada com a fala do novo presidente. Ele é um sertanejo típico, nos traços fisionômicos, no falar sério e na voz pausada. Seu discurso foi objetivo, firme e claro nas ideias sobre o que pretendia realizar. Agradeceu a confiança nele depositada, disse que tudo faria para defender o que foi conquistado e construído e que lutaria com todas as forças para desenvolver e trazer novas atividades e serviços necessários ao crescimento e desenvolvimento do Assentamento. Como legítimo porta-voz do pensamento da comunidade, falou como um líder, na condução da caminhada rumo ao desenvolvimento integral da área. Não se esqueceu de lembrar o compromisso de participação de todos e que ele iria cobrar, pois entendia ser isso de sua responsabilidade. Falou, ainda, da importância da colaboração recebida de órgãos dos governos municipal, estadual e federal. Conclamou para que não deixassem morrer a semente que lá foi plantada. E, digo eu, que já floresceu e está dando bons frutos!

A cerimônia foi encerrada com a assinatura dos atos de posse. Em seguida, num clima de entusiasmo, ocorreram os cumprimentos dos presentes aos novos dirigentes. As saudações eram carregadas de alegria e sinceridade, porque estavam ali os legítimos representantes de uma coletividade.

Uma característica comum às duas diretorias era a juventude de seus membros. Em conversa com dois anciões da área, pude entender melhor a importância e o significado da ascensão do “poder jovem”. De um deles, ouvi depoimento emocionado, ao falar, com um olhar brilhante, das mudanças ocorridas na vida deles, devidas ao acesso à terra e às condições básicas de trabalho. Tudo isto possibilitou o aumento da produção, melhoria da renda familiar e o surgimento daquele povoado, em um local que antes era um “carrasco brabo”. Falou ainda do exemplo de organização e articulação das pessoas daquele lugar.

Ainda na conversa com os anciões, foi dito por um deles que os jovens tiveram papel decisivo na luta pela terra e nas conquistas posteriores. Afirmaram que o tempo deles tinha passado, haviam trabalhado muito e pouco haviam conseguido acumular em termos de bens materiais. E, que agora, continuavam trabalhando com outras motivações, participando das comissões de trabalho que funcionam no projeto, apoiando o trabalho da associação e repassando suas experiências.

As comissões de trabalho, em número de quatro (agricultura, pecuária, construções e instalações de saúde e educação), têm um papel relevante na administração do projeto, atuando como colegiado, através dos seus representantes, junto à diretoria da associação.

A programação festiva seguiu com um torneio de futebol entre times da sede do município, um time de outra área de assentamento e o de Santana, que, por sinal, foi o vencedor, com direito a troféu. Este não foi o primeiro torneio promovido pela AGUIA. Também o setor de lazer está presente no processo de desenvolvimento e integração social dos assentados de lá.

A noite foi chegando, o conjunto musical local fazia o ensaio final, o qual, segundo informações, era o melhor da região. A festa dançante iria em breve começar, prenunciava ser animada e isto se confirmou. A comissão organizadora tomava as últimas providências. Os rapazes e moças da área foram chegando “prontos e perfumados” como o momento exigia. Outros convidados da sede do município e da região lá estavam: o prefeito de Monsenhor Tabosa, um vereador, moças e rapazes filhos de proprietários de fazendas vizinhas e outros trabalhadores rurais da região. Ao todo estiveram presentes cerca de 600 pessoas. A dança rolou entre 21:00h do dia 19 às 05:00h do dia 20. Os comentários gerais foram de que tinha sido uma das maiores festas da região. Alegria e ordem caminharam juntas, como, aliás, já é de praxe nas festas que lá aconteceram.

Terra, trabalho, educação, produção e autonomia, este é o lema daquela gente. O que isso significa para aqueles trabalhadores, só eles são capazes de responder. Como produtores proprietários estão construindo e definindo suas próprias vidas e descobrindo-se como cidadãos brasileiros, livres e conscientes dos seus direitos e deveres. Eles lutaram e conquistaram o direito de trabalhar e viver dignamente, estão prontos para lutarem, defenderem suas conquistas e darem exemplo para outros trabalhadores reivindicarem “terra para quem nela trabalha”, a reforma agrária.

Quando se fala em projeto de assentamento, onde se desenvolve um processo de gestão participativa, com sistema de exploração misto na agricultura e pecuária, muitas perguntas são feitas e muitos querem ouvir “receitas” sobre organização, divisão do trabalho e dos resultados da produção. Outras questões são também levantadas, tais como, “quais os resultados concretos?”, “onde pretendem chegar?”, “qual o aumento da produção e da produtividade?”, “qual a importância do projeto para a economia da região, do estado?”, “qual a relação custo/benefício?” e outras da mesma linha quantitativa.

No entanto, é válido também se questionar sobre quais e como os serviços de apoio governamental são levados aos projetos de assentamento, particularmente nos setores do crédito, assistência técnica, armazenamento, comercialização, educação e outros. Em função disto, poder-se-á melhor responder àquelas indagações.

É importante e necessário que os chamados indicadores quantitativos sejam complementados com os indicadores sociais, quando se for “medir” a viabilidade econômica e o grau de eficiência dos projetos de reforma agrária.

Em Santana, problemas e dificuldades existem, os assentados sabem identificá-los e não escondem suas deficiências. O importante é o esforço concreto para enfrentá-los e superá-los, o que vem sendo empreendido por eles. Nesse processo, os assentados vêm contando com o apoio de entidades de trabalhadores e técnicos, comprometidos com a sua proposta de trabalho. Sabe-se que a adoção e implantação deste processo participativo, comunitário e educativo, não tem sido fácil, conflitos e resistências internas existem e continuarão existindo, mesmo porque, estes são os elementos básicos e indispensáveis para que haja uma tomada de consciência coletiva e ocorram mudanças significativas, isto é, também sinônimo de democracia.

Se hoje destaco com ênfase os aspectos e resultados positivos alcançados pelo sistema de gestão coletiva, é porque considero serem os acertos maiores que os erros. É imperativo repensar o enfoque dos relatos e das avaliações burocráticas comumente feitos, quando são mais sublinhados os aspectos negativos dos assentamentos, muitas vezes sem referências às reais causas determinantes dos mesmos. Um dos argumentos largamente utilizados pelos antirreformistas é que os trabalhadores rurais não sabem o que querem, não são capazes de planejar, e muito menos gerir um projeto. O técnico é quem deve definir e decidir o que é melhor para eles!

As avaliações e resultados positivos alcançados em antigos projetos de assentamento, onde foi adotada pelo Incra a metodologia participativa de implantação de projetos, necessitam ser resgatadas e divulgadas, não como “lições de verdade” ou “receitas de organização”, mas para servirem de exemplo.

O que eu vi, senti e aprendi foi além do que eu esperava. Trabalho, organização, autogestão e determinação lá se materializam em gestos, atos e fatos. As famílias que lá vivem e trabalham estão construindo sua própria história, discutindo, descobrindo, definindo e decidindo seu próprio destino.

O que eu não vi: desânimo nos adultos, criança com fome, conflitos entre assentados. Ouvi relatos de bom relacionamento dos assentados com políticos da região e proprietários rurais vizinhos. Na festa, não vi policiais; a segurança ficou por conta de equipes de assentados. Bem diferente do quadro que os antirreformistas insistem em dizer existir nos assentamentos: preguiça, desordem e “pregação ideológica”. Essa é a visão dos que não aceitam a democracia e a inclusão social e condenam levemente os que não rezam pela cartilha da União Democrática Ruralista (UDR).

O que eu vi, outros visitantes poderão um dia ver e, certamente, encontrarão mudanças nas estruturas físicas e produtivas e no processo organizacional e, digo, quem o fizer não se decepcionará. Como eu vi, esta sim é uma visão particular e pessoal, porque eu vi com os olhos da minha consciência, fundada em concepções, crenças e valores que tenho sobre o processo de mudança social, em especial a reforma agrária, onde o homem é o fim e o sujeito desse processo. Este homem situado e datado é o trabalhador rural sem-terra, que almeja trabalhar e viver dignamente na sua terra a partir de seu trabalho. Esta realidade eu vi no trabalhador assentado de Santana.

Eu vi uma lição de trabalho, de vida e de esperança que ali a reforma agrária estava sendo construída pelos seus protagonistas. Sonhos e utopias se transformam em energia que move aquela gente. Bem-aventurados os que não viram e creram. Bem-aventurados os “águias” de Santana, que nunca tinham ouvido falar de um projeto de assentamento, mas creram neles e, a partir dali, estão plantando a reforma agrária dos trabalhadores.

Foi assim como eu vi o Projeto de Assentamento Santana, polêmico, desafiante, envolvente e, por que não dizer, misterioso. É o ninho dos “águias”, lutadores, conquistadores, construtores e atores de uma peça, chamada reforma agrária em construção, que constitui um dos pilares de um país democrático e com justiça social.

Nota 1: No ano de 1990, o superintendente do Incra no Ceará, aliado do então presidente Collor de Mello, havia proibido as viagens institucionais do autor deste artigo para os assentamentos rurais. Fiz a viagem por conta própria, num fim de semana.

Nota 2: no ano de 2021, o PA Santana continua prosperando firmemente nos setores educacional, social e produtivo, além de outras conquistas.

O início do Incra retratado em experiências pessoais

O INCRA EM SEUS PRIMÓRDIOS

OSWALDO EUCLYDES ARANHA

Eu “vi” o Incra ser criado, há pouco mais de cinquenta anos. Explico: o órgão nasceu da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), este último onde trabalhei por cinco anos. Quando houve a fusão do Inda com o Ibra, para a criação do Incra, queriam me transferir para a Amazônia, por problemas políticos, onde havia até malária. Eu não poderia sacrificar minha família e meus filhos, que já estavam em idade escolar. Afastei-me do órgão por alguns anos, mas quando houve a anistia, tive a honra de ser reintegrado ao Incra e ocupei as funções de chefe da Divisão de Assentamento e superintendente adjunto. Hoje, estou aposentado.

Em fins de 1965, fui contratado, pelo Inda, no Rio de Janeiro, como engenheiro agrônomo. Pouco tempo depois, fui designado como assessor do administrador do Núcleo Colonial General Osório e do Núcleo Colonial de Andrada, com sede em Francisco Beltrão, no Paraná. Alguns meses depois, o administrador pediu demissão e eu, sem muita vivência do interior paranaense, assumi a responsabilidade maior pelos referidos núcleos.

A parte administrativa e as casas dos funcionários ficavam em Beltrão, mas meu trabalho de campo ficava a três, quatro horas de jipe, já que precisávamos atravessar o rio Iguaçu, de balsa. Da nossa subsede, em Aparecidinha (hoje Bela Vista da Aparecida), em diante, não havia mais estradas.

Para se ter uma ideia de como era a situação dos colonos, das primeiras vezes que fui não consegui encontrar ninguém. Com medo dos jagunços, que agiam com violência, eles se escondiam na mata. Tive que solicitar gente do Exército para me acompanhar, pois estes gozavam da confiança dos colonos. Logo, pude dispensar a escolta e fui ganhando o respeito deles.

Em Beltrão, quando conseguimos uma verba, pudemos mandar consertar o maquinário e começar as reformas, muito necessárias, nas casas dos funcionários. A amizade com estes começou a acontecer, quando ficou, de praxe, que cada funcionário que tivesse sua casa pronta, desse uma festinha para um grupo, quando minha esposa e eu sempre éramos convidados.

Havia dança, comes e bebes. Quando chegou a vez da reforma da casa do administrador (hoje Museu da Colonização, desde 2004), tivemos que aproveitar o aniversário de três anos do nosso filho, em junho, para darmos uma enorme festa à caipira, com todos os funcionários e suas famílias, no grande gramado à frente da casa. Os funcionários foram decisivos para ajudarem na organização e a festa foi um momento de união, que se consolidou com o Natal, onde pudemos dar presentes para cerca de cento e cinquenta filhos dos funcionários.

Trator arrumado, iniciamos a abertura de estradas. Nossas viagens eram, muitas vezes, uma aventura. Certa vez, uma estrada aberta recentemente estava muito escorregadia, pois havia chovido. Para chegarmos até a balsa, havia uma descida, e a solução foi amarrarmos o jipe com uma corda, passarmos a mesma à volta de uma árvore e soltando o carro aos poucos, para não irmos parar dentro do rio.

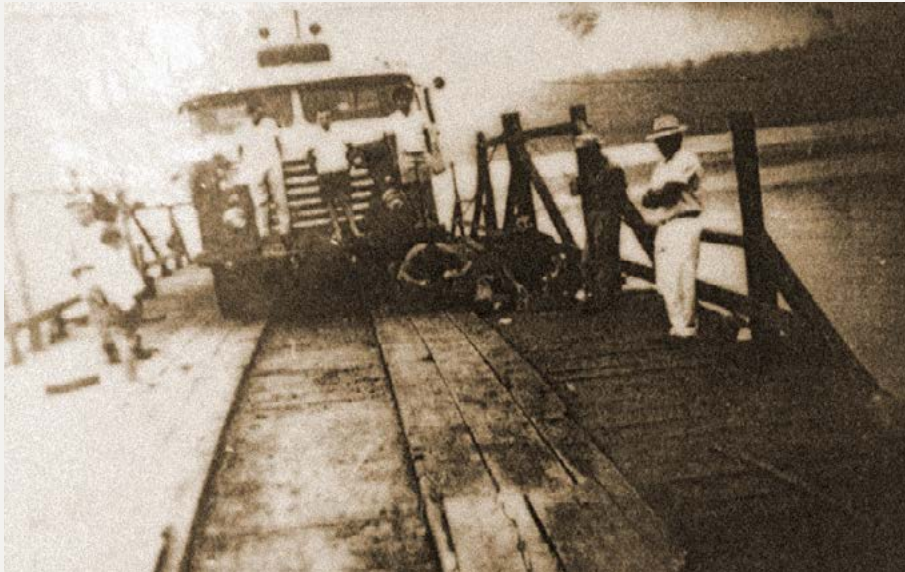
A área total da gleba era de aproximadamente 80 mil hectares e grande parte não tinha acesso nem por jipe. Minha esposa iria ao Rio, com nosso filho, e eu resolvi aproveitar para percorrer toda essa área. Convoquei um guarda-florestal e um técnico agrícola e conseguimos nosso intento, andando a cavalo durante duas semanas. Houve um dia em que só conseguimos comer pitanga e mamão verde. Em um lugar de mata muito fechada, vimos que uma tempestade se aproximava. A casa em que pedi pouso só tinha duas peças, sendo uma o quarto e a outra servia de cozinha e sala e eu tive que dormir em cima de uma mesinha, para não repartir o chão com os porquinhos que eram recolhidos à noite, porque até onça havia. Quando voltei a Beltrão, soube do nascimento da minha filha, uma semana antes – havia me perdido no tempo.

Além dos funcionários efetivos, havia os contratados, como dois dentistas, um médico, um biólogo e um enfermeiro, entre outros, cujos trabalhos muito contribuíram para levar condições de saúde para os colonos, inclusive vacinando a população em lugares remotos, a cavalo ou de lancha. Além disso, promovíamos palestras, tanto de higiene como de orientação na agricultura, ministradas pelo engenheiro agrônomo e pelos técnicos agrícolas. Incentivamos também a produção de suínos, o que alavancou a receita dos colonos.

A evolução era visível, mas as crianças não tinham escola. Depois de fazermos um levantamento sobre a quantidade delas em idade escolar e avaliarmos as diferentes áreas em que viviam, chegamos à conclusão que seriam necessárias vinte e cinco salas de aula. Vi que contávamos com verba para aquisição de material, mas não para mão de obra. Depois de expormos nosso intento aos colonos, ficou acertado que uns trabalhariam na construção das escolas e outros ajudariam no trabalho de campo dos companheiros. Um funcionário contratado, bom carpinteiro, passou a percorrer, de jipe, os diversos locais, dando instruções. Escolas prontas, tivemos algum trabalho, mas conseguimos professoras para todas! Foi uma bonita parceria entre funcionários e colonos, podendo estes, participar da educação dos seus filhos.

Oito guardas-florestais atuavam na imensa área, preservando a mata e a enorme quantidade de palmito, mas diversas vezes eu era chamado, no meio da noite, para resolver problemas envolvendo a retirada dele ou de madeira, ilegalmente. Havia sempre muita tensão, inclusive enfrentando jagunços armados e, por duas vezes, tentaram me matar.

Os quase cinquenta funcionários foram decisivos para eu poder desenvolver um trabalho do qual muito me orgulho, porque sinto que pude transformar a vida de muitos colonos e promover o desenvolvimento de uma área, desde a abertura de estradas até construir vinte e cinco salas de aula em um ano. Hoje, a área comporta quatro municípios: Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia, Boa Vista da Aparecida e Três Barras.



*Transporte de um trator de Curitiba/PR para a área dos núcleos coloniais General Osório e Andrada, em Francisco Beltrão/PR.
Foto: arquivo pessoal do autor.*



*O trator TD18, então recém-reformado na Cia. Olsen, utilizado para a abertura de estradas nos núcleos coloniais em Francisco Beltrão/PR.
Foto: arquivo pessoal do autor.*

LEMBRANÇAS

ANTÔNIO FERNANDO MATTZA

No Incra há, entre o passado e o presente, um desfile de fatos que reluzem na memória. Historicamente, em 1962, a Superintendência da Reforma Agrária (Supra) dividiu-se em duas autarquias, a saber: o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra). Daí veio a fusão, anos mais tarde, que fez nascer o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Logicamente, o novo instituto absorveu servidores dos órgãos antecessores, os quais foram distribuídos de acordo com os cargos e funções que ocupavam. O fato é que o Incra nacional, então com endereço na Rua Santo Amaro, 28, no Rio de Janeiro, fervilhava em favor das ações agrárias. Por outro lado, nunca se viu tanta gente caindo de paraquedas nos gabinetes e salas entre os andares do belo imóvel. Nunca se viu tantos assessores e gestores espalhados para comandar. O casarão despontava não mais como a sede do Ibra, órgão vinculado à Presidência da República, mas a fabulosa sede da autarquia, num ambiente festivo e pleno de servidores altaneiros que tinham estampado em seus semblantes o orgulho de ali trabalharem.

O Incra, no período de 1970 a 1980, tinha escopo. Em sua estrutura havia consultório médico e dentário num imóvel à parte, em frente ao casarão. Havia também um maravilhoso plano de saúde, a Fassincra, que com o tempo foi sendo engolido por planos de saúde particulares. Havia também órgãos associativos, tais como Associação dos Servidores do Incra (Assincra) e a Cooperativa dos Servidores do Incra (Cossincra), que eram socialmente importantes para os servidores.



O servidor Antonio Mattza em atividade pelo Incra no Acampamento Irmã Dorothy, em Quatis/RJ, em ação do Programa Fome Zero, na década de 2000.
Foto: arquivo pessoal do autor.

Por outro lado, o Incra tinha todo tipo de serviços e servidores a eles inerentes. Por exemplo: copeiros, zeladores, motoristas oficiais, mecânicos, pintores, frentistas, telefonistas, datilógrafos, agentes de vigilância e agentes de portaria, todos eles vinculados ao Setor de Serviços Gerais. Já os administrativos se dividiam entre o Recursos Humanos (RH), o Almoxarifado, a Contabilidade e o Setor de Finanças, inclusive nas unidades avançadas de São José da Boa Morte, Marubai e Santa Cruz, bem como o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Santa Alice, áreas de trabalho em municípios agrários distantes, que costumeiramente refletiam a sede e detinha em seus postos não apenas a guarda rural e tratoristas, mas também motoristas de caminhão e pessoal administrativo.

No período entre 1980 e 1990, veio a defasagem provocada pela disponibilidade remunerada e aposentadorias precoces. Aí, as demandas agrárias passaram a exigir o apoio de todos. Por isso, tornou-se comum que servidores de nível médio e auxiliares pudessem atuar não apenas na Administração e Finanças (e RH), mas também na Divisão de Cadastro Rural, na Divisão de Recursos Fundiários, na Topografia e na Procuradoria. O importante era agir ativamente em favor do órgão entre suas superintendências regionais. Ainda assim, em 22 de outubro de 1987, não se evitou transferir as funções do Incra para o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Depois o Incra voltaria, mas enfraquecido, por causa dos contingenciamentos impostos, ano a ano, pelos ditames do governo federal.

Apenas para ilustrar, havia (e ainda há) no Incra do Rio de Janeiro, outros imóveis, inclusive urbanos, os quais, em certa época, foram devidamente utilizados. O prédio de dez andares, antes pertencente ao Inda, situado na Rua Barão de São Felix, 110, no Centro da Cidade, encontra-se atualmente ocupado por um grupo de sem-tetos. Já a garagem situada na Rua Costa Ferreira, 137, rua próxima a Central do Brasil, no Centro, transformou-se em depósito de material em desuso. Destaque-se que, de maneira autônoma, há intercomunicação entre os dois imóveis. Registre-se que, no passado não tão longínquo assim, nesta enorme garagem hoje abandonada, atuavam mecânicos, eletricitas, pintores, frentistas, todos sob a égide do Setor de Serviços Gerais. Hoje em dia, ainda é possível ver resquícios da oficina, do galpão, da bancada de consertos variados, do espaço de manutenção, do elevador automotivo, do guincho hidráulico, do posto de combustível (diesel e gasolina) e dos setores de serviços mecânicos e troca de pneus.

Registre-se, ainda, que em tempos passados, o Incra do Rio de Janeiro detinha, em galpões situados no bairro Benfica (Rua Prefeito de Melo, 902), aeronaves avariadas. Isso ao lado de caminhões quebrados e viaturas de passeio desmanteladas. Além de mesas, cadeiras, armários e estantes em estado precário. Mas, quando a fase romântica do Incra nacional no Rio de Janeiro transferiu-se para Brasília, não deu para esconder certo ar de decepção. A carranca de insatisfação fechou-se e muitos servidores bradaram opiniões contrárias à mudança da sede do Rio de Janeiro para Brasília. Mas a decisão já estava tomada. Contudo, a relevância do Incra e seus 50 anos é um apreço aos seus servidores do passado, do presente e do futuro.

ONDE ENTERREI MEU CORAÇÃO

FRANCISCO JOSÉ NASCIMENTO

Quem passa hoje pelo grande Palácio do Desenvolvimento, onde funciona o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, não imagina os caminhos que foram trilhados, ao longo de cinquenta anos, por esse órgão que tem sido tão importante para milhares de trabalhadores rurais. Contar um pouco dessa trajetória composta por servidores, colaboradores e beneficiários da reforma agrária é uma tarefa prazerosa, principalmente para mim, que nos confins da Amazônia, ousei acreditar que iríamos fazer a diferença. Infelizmente, as ciladas impostas pela vida vão corroendo o que temos de melhor, e, por vezes, conseguem aniquilar até os nossos sonhos, na medida em que as portas de bronze e as correntes de ferro forjadas, impiedosamente, nos impedem de continuar na nossa lida diária.

Na década de 70, a política agrária estabelecida pelo governo militar para a Amazônia, denominada Colonização Dirigida, chega ao Acre tardiamente. Essa política dirigida a vida dos servidores e de centenas de pessoas, moradoras de outras regiões do país, trazidas para a fronteira acreana para serem assentadas nos projetos de colonização que passaram a ser implantados. O tempo exalava dureza e somente os servidores mais resilientes conseguiam trabalhar em situações tão insalubres e desafiadoras. Mas o pior esperava pelos que vinham na esperança de conseguir um pedaço de terra em que pudessem sobreviver com as suas famílias. Grande parte dessas pessoas vieram atreladas às propagandas do governo federal que tinham como único objetivo atrair mais trabalhadores rurais dentro do contexto da Reforma Agrária Ocidente, política adotada pelos militares para o caso específico da fronteira do Brasil com os países da Bolívia e Peru.

Hoje, diríamos que eram fake news, pois os filmes-propagandas mostravam uma Amazônia idílica, com terras férteis, muita chuva, onde a riqueza só dependia da vontade de quem quisesse lavar e plantar.

Em meados de 1981, no pátio do Incra, em Rio Branco, no Acre, chegavam ônibus com dezenas de famílias, após uma viagem de 21 dias, desde a cidade de Santa Helena, no Paraná. Os migrantes desembarcavam cobertos de lama, o que nos dava uma ideia do tamanho das dificuldades que haviam enfrentado nessa via sacra, que eles mesmo chamavam de “viagem ao fim do mundo”. Mesmo assim, demonstravam alegria, embora cansados pelos dias que passaram para conseguir romper os cerca de 5 mil quilômetros que separavam as duas cidades – a maioria dos trechos sem asfalto. Essas famílias foram desalojadas de suas posses no Paraná, porque o lago da Usina de Itaipu começou a encher antes do prazo que o governo tinha acertado com os moradores.

Sem terem para onde ir, a maioria aceitou o convite de vir para o Acre, convencidas pelas promessas oferecidas pelo Incra, que nunca foram cumpridas. Traziam consigo os pertences pessoais, alguns documentos, disposição para o trabalho e a lembrança daquilo que ficou para trás, que agora jaziam submersas pelas águas do imenso lago. Receber essas famílias que migraram compulsoriamente não foi uma missão fácil. Sim, uma missão, devido às dificuldades enfrentadas tanto pelos servidores, quanto pelas famílias que chegavam. Não havia um planejamento amíúde. As coisas eram improvisadas e dependiam da boa vontade e solidariedade dos servidores e seus familiares. Todos acabavam se envolvendo para ajudar essas pessoas que chegavam, famintas, sujas e, não raramente, muito doentes. Cada um contribuía com o que podia. As crianças eram as que mais sofriam num ambiente novo e totalmente diferente daqueles que habitavam.

Assim que desembarcaram em Rio Branco, as famílias eram alojadas em tendas improvisadas, cedidas pelo Exército Brasileiro. Em poucas horas estava montado um arraial de adaptação, onde podiam fugir do sol e da chuva, e se alimentar. Até serem levadas para seus lotes ou parcelas, ainda tinham que cumprir uma série de burocracias e papeladas – nada tão diferente do que é feito hoje. A maioria das pessoas tinha a pele branca, cabelos loiros, olhos azuis – biotipo típico das regiões europeizadas do Sul do país. Contrastavam com o moreno acobocladado dos acreanos. Logo ficaram conhecidos como os “paranaenses”. Aquele tratamento era uma maneira carinhosa dos acreanos dizerem para eles “sejam bem-vindos”. Eles nem imaginavam que iriam desbravar parte da Floresta Amazônica, abrir caminho na mata arriscando suas próprias vidas e virarem estatística perversa diante de uma reforma agrária que foi comparada a “campos de concentração”.

E chegou o grande dia em que receberiam os seus lotes. Ainda bem cedo, foram colocadas em cima de caminhões e, após percorrerem centenas de quilômetros, por estradas enlameadas, pois era o período das chuvas, chegaram aos lotes. Quando não havia estrada aberta, o que não era exceção, tinham que ir caminhando, enfrentando varadouros abertos com terçados para poderem chegar até o destino. Ali, deixados com alguns utensílios necessários para a abertura do lote, montagem de uma cabana de pau-a-pique e um pouco de alimento para os primeiros dias, estavam entregues à própria sorte. No momento em que eles conquistavam um pedaço de terra, nem imaginavam que ali mesmo iriam enterrar seus entes queridos e seus sonhos. A mata escondia sua defesa entre os ramos das árvores centenárias. A malária e o tifo iriam ceifar a vida de muitos, pois eles eram indefesos a essas doenças que proliferavam nos ambientes insalubres amazônicos. Suas realidades eram completamente diferentes do que eles vivenciavam agora. No período das chuvas, corriam o risco de passarem fome, já que as estradas cobertas de lama não permitiam que se deslocassem para nenhum lugar e viam suas colheitas apodrecerem sem conseguir vender. Durante a estiagem, não conseguiam plantar, pois eram meses sem chover sobre uma terra imprópria para a lavoura. Viam, então, as sementes morrerem antes mesmo que brotassem. Dura realidade.



Eixos estratégicos de desenvolvimento delimitados pelo Plano de Integração Nacional (PIN), os quais deveriam receber os projetos de colonização. Fonte: Incra, 1972. Arte: Kássio Borba.

Essas famílias foram assentadas, ou melhor, jogadas em vários projetos de colonização criados ao longo de estradas que ainda não haviam, sequer, saído do papel. Eram projeções que, passados quarenta anos, ainda não foram concluídas. As famílias que vieram da cidade de Santa Helena, no Paraná, e que foram assentadas nos Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs) Humaitá e Santa Luzia, me colocaram frente a essa dura realidade. Nós, servidores, submissos à rigidez daquele momento, obedecíamos cegamente às determinações superiores, sem questionar, sem polemizar, sem retrucar. Sabíamos, no fundo de nossa alma, que no momento em que deixássemos o parceiro em seu lote, sua sorte estava selada e, talvez, não o víssemos nunca mais. Sua chance de sobreviver àquelas intempéries eram mínimas. Pobres migrantes que foram esquecidos para sempre em lugares difíceis de sobreviver até para os próprios nativos.

Poucos meses depois que assentamos parte das famílias de Santa Helena, no PAD Santa Luzia, em Cruzeiro do Sul, li, num jornal local, uma reportagem que me deixou profundamente chocado. Dizia a manchete: “Filha de assentado do Incra morre de inanição”. Uma coisa indescritível, triste e deplorável. A mãe e o pai faleceram de malária e a filha pequena, sem ter como sair do lote para buscar por socorro, morreu de inanição. Só foram descobertos por que um vizinho que morava distante do local foi visitá-los para saber se estavam precisando de alguma coisa. Já era tarde. Mesmo diante da repercussão do caso, o Incra continuou com a sua política de trazer famílias de outras regiões para assentar na Amazônia.

A Colonização Dirigida foi cruel com as famílias que vieram do Sul do país. Arrancar pessoas de uma região e levar para outra completamente diferente é desumano. Essa prática acabou por ceifar a vida de centenas de pessoas. Por outro lado, o mesmo não se pode dizer com relação às famílias abonadas que se deslocaram com dinheiro. Essas foram logo abraçadas pela “reforma agrária dos ricos”, como se dizia dos lotes que eram distribuídos a quem pudesse comprar em leilões de terras públicas, cujo leiloeiro era o próprio Incra. Nesses leilões, se ofereciam as melhores glebas, as que estavam bem localizadas e possuíam terras férteis.

Os ganhadores assinavam o Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP), tinham seis anos para começar a explorar o lote, além de receberem uma série de benefícios da União. Para esses, a realidade foi completamente diferente. O poder público foi benevolente e não deixou que quase nada lhes faltasse. Ainda hoje, esses lotes de CATP, como ficaram conhecidos, ainda são uma encrenca insolúvel, pois muitos continuam inadimplentes. O Incra batizou esse programa como “Amazônia: terras à venda” e cada interessado recebia uma cartilha de como participar.

A Colonização Dirigida no Acre foi tardia e danosa. Mas, também, foi recheada de aventuras que são peculiares aos territórios não desbravados. Esse foi um capítulo especial para os servidores que, como eu, ajudaram a implantar os pilares do Incra na região. Fincamos os esteios de um órgão forte. O Incra, em certo momento, chegou a ser mais importante que o próprio Executivo estadual. Como dizia um falecido colega de trabalho, “pintamos até o sete”, pois tínhamos que fazer de tudo um pouco. Além de nossas atividades diárias, alguns tiveram que fazer partos, no meio do mato; dar a extrema-unção aos moribundos, mesmo sendo ateu; enterrar defuntos e, só depois beber, beber muita cachaça para esquecer as agruras do cotidiano. Não nos deixamos corromper, não vendemos nossa dignidade, doamos nosso sangue e a nossa vida pelo bem-estar dos trabalhadores rurais. Comemos o pão que amassamos junto com o nosso suor e quase nunca somos reconhecidos. A escola Incra forjou pessoas capacitadas e comprometidas.

O tempo passou rápido. Cinquenta anos foi logo ali. Muitos colegas tombaram pelo caminho por não suportarem as provações e as extenuantes jornadas de trabalho. Outros, preferiram caminhos mais brandos. Não os reprovoo, pois o caminho da reforma agrária é mesmo perverso e até inglório. Mas tiveram aqueles que permaneceram em seus postos, mesmo cambaleantes, debaixo do sol forte. Mesmo injustiçados e perseguidos. Mesmo ignorados e humilhados. É nessa lista que quero me incluir. Somos fadados a conviver com mentes orgulhosas e doentias. Fanfarrões que procuram a fama onde não contribuíram com nada. Fujo desses. E mesmo quando me vejo impedido de seguir fisicamente pelos caminhos que ajudei a construir, olho para o passado e me reconheço, pois foi ali, naqueles momentos de tantas dificuldades, que enterrei o meu coração.

UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

RENÉ DUBOIS

A minha história começa bem antes do nascimento do Incra. Graduado pela Escola de Medicina Veterinária da Bahia em 1960, canudo de papel embaixo do braço, um montão de sonhos na cabeça, parti para enfrentar a vida. Selecionado para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), quase um ‘superministério’ à época, o melhor salário das oportunidades que me foram oferecidas, excelente ambiente de trabalho na capital pernambucana, acabei, em pouco tempo, pedindo demissão, seduzido pelo fascínio que sempre me despertou a agricultura familiar. Fui trabalhar na Superintendência da Política Agrária (Supra), em ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com um salário ligeiramente inferior à metade do que ganhava no primeiro emprego, mas com atividade que me proporcionou melhor satisfação pessoal.

Surgiram reformas institucionais. A Supra fragmentou-se em duas novas entidades: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra). Fiquei no Inda e logo fui designado Administrador do Núcleo Colonial de Jaguaquara (NCJ), localizado nas montanhas do Sudoeste da Bahia, no município de mesmo nome.

Aí começa a história que pretendo contar. O nosso Incra não possuía ainda ‘certidão de nascimento’, eis que estava em gestação, mas o seu DNA já indicava o destino. Inicialmente denominadas colônias agrícolas, os núcleos coloniais localizavam-se em diversos pontos do país, cada um com suas características próprias, alguns somente com colonos nacionais e outros possuindo também parceiros estrangeiros. Neste caso, teria de ser observada a chamada

“Lei dos dois terços” (Decreto-lei nº 22.239, de 1932) que obrigava a existência de, no mínimo, dois terços de brasileiros em todas as unidades de colonização.

Rapidamente me integrei à comunidade dos administradores de núcleos coloniais, não obstante ser uma espécie de ‘estranho no ninho’: era um jovem de 29 anos no meio de “cinquentões” e o único veterinário junto aos demais colegas agrônomos. Aos poucos, fui sendo aceito na ‘confraria’. Em nossas reuniões de trabalho, o companheirismo foi se intensificando e transformando-se em sólida amizade. Conheci então o heroísmo dos servidores dos núcleos coloniais que, longe da civilização, tinham de enfrentar condições adversas, não raras vezes arriscando a própria vida e a dos seus familiares. Mas este é assunto para outras histórias.

Assumi a administração do Núcleo Colonial de Jaguaquara (NCJ) em 1965. Sede muito bonita: um casarão construído no final do Século XIX, construção principal da fazenda que foi desapropriada para fins de assentamento, restaurada pelo administrador que me antecedeu, tendo ao lado escritórios, casas para funcionários, uma oficina mecânica, galpão para as máquinas pesadas. O casarão, bastante amplo, era a residência do administrador e casa de hóspedes, onde se alojavam as diversas delegações do Departamento de Colonização do Inda que frequentemente visitavam as unidades. Faltavam escolas, imediatamente colocadas em nosso plano de trabalho e construídas logo no ano seguinte, com salas de aula bem equipadas, biblioteca, parque, recreio coberto e ao ar livre, cozinha, refeitório.

Das cinquenta famílias de assentados, quarenta e oito eram italianas e apenas duas brasileiras. A “Lei dos dois terços” jamais foi ali observada, o que não fez falta, porque no entorno existiam quase mil minifúndios habitados por agricultores familiares que praticavam uma agricultura primitiva de subsistência e, aos poucos, foram se apropriando da tecnologia agrícola mais evoluída dos italianos.



Planta do Núcleo Colonial de Jaguaquara (NCJ). Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Arte: Kássio Borba.

A rotina de atividades era muito dinâmica. Havia reuniões de trabalho com as diversas equipes – de educação, de saúde, de assistência técnica, de infraestrutura etc. – e todos participavam delas com entusiasmo. Muitas vezes, os encontros com os colonos terminavam em festa. Os italianos são festeiros por natureza. Traziam sempre o garrafão de vinho. No final das reuniões, éramos brindados com a confraternização típica dos camponeses peninsulares.

Mas nem tudo era festa. Conflitos entre vizinhos, vez por outra, acabavam no gabinete do administrador e quem passava por perto se assustava com a gritaria, que poderia parecer ‘briga de foice no escuro’. Falavam alto e gesticulavam mais ainda, mas tudo acabava em paz. Era a forma de ser, típica da cultura deles. Aos poucos fui me acostumando com o jeito de ser daqueles camponeses europeus, refugiados da Segunda Guerra Mundial e oriundos da região de Pescara.



Como o Decreto-lei nº 22.239 não foi respeitado, sentimo-nos no dever de prestar assistência aos pequenos agricultores familiares que habitavam o entorno do Núcleo Colonial. Seus filhos passaram a frequentar as nossas escolas, junto com os filhos dos colonos. As famílias eram convidadas a participar das reuniões junto com os colonos oficialmente assentados. As máquinas destinadas aos serviços internos da unidade passaram a abrir estradas e construir pequenas barragens, muito além da área física do Núcleo. Centenas de quilômetros de estradas foram abertas, permitindo a chegada dos insumos e o escoamento da pequena produção de cada agricultor familiar, cujo somatório passou a se tornar cada vez mais significativo. Estradas simples, mas capazes de permitir o trânsito dos jipes, caminhonetes e pequenos caminhões. Na época das chuvas, os atoleiros eram vencidos com criatividade. Braços humanos se uniam às ‘juntas de bois’, que permitiam uma renda extra aos seus proprietários. Nas regiões do entorno foram criadas associações de trabalhadores rurais. Com rapidez impressionante, os agricultores familiares foram transformando a sua técnica primitiva.

À medida que a produção aumentava, começaram a aparecer os ‘intermediários’, também chamados de ‘atravessadores’. Vendiam fertilizantes e defensivos agrícolas para serem pagos

com a produção futura. Reinava um clima de euforia, as máquinas não paravam de abrir estradas. As equipes técnicas, oriundas do Departamento de Colonização que, na época, ainda era sediado no Rio de Janeiro, passaram a intensificar as visitas, trazendo sempre ideias inovadoras. Reinava um ritmo desenvolvimentista integrado naquela unidade de colonização. Todos os servidores estavam entusiasmados e trabalhavam com dedicação e amor.

Implantamos um projeto de educação para o desenvolvimento – inspirado nos princípios da pedagogia dos professores Anísio Teixeira, Paulo Freire e Afro do Amaral Fontoura –, que tinha como principais objetivos: a) elaboração de uma metodologia renovada, que proporcionasse à criança uma educação integral; b) concentração de crianças de todas as classes sociais (filhos dos colonos, dos agricultores familiares, dos trabalhadores rurais) na mesma escola, promovendo a integração social; c) utilização de recursos audiovisuais e atividades tendo em vista a vida moderna, com afirmação de atitudes e comportamentos saudáveis; d) processo de ensino-aprendizagem que abordava o duplo aspecto de atividade de instrução (o trabalho tradicional de classe) e de educação como atividade socializante.

Reunimos uma equipe de professores que dava tempo integral às nossas escolas. Atendiam aos alunos pela manhã, planejavam o trabalho no período da tarde e, às vezes, os assistiam em algumas atividades extraclasse. Muitas crianças andavam longo percurso para chegar à escola. Lanchavam então à chegada e almoçavam antes da saída. Espontaneamente traziam alimentos produzidos nas suas glebas, o que enriquecia o cardápio.

Além das atividades rotineiras de sala de aula, recebiam aulas de música, com ênfase ao folclore local, além de artesanato e práticas esportivas. O gosto pelas atividades do campo era estimulado no 'Clube Agrícola'. Enfim, a vida nas escolas do NCJ era uma permanente festa, tal a euforia dos educadores e dos educandos, ante a concretização de um processo educacional inovador.

Outro diferencial no NCJ foi a educação sanitária. Além do atendimento ambulatorial, havia aulas de higiene e puericultura, campanhas de vacinação, profilaxia das doenças, educação alimentar etc. Uma vez por mês, realizavam-se reuniões de pais e mestres, onde se avaliavam as atividades escolares, discutiam-se os problemas, trocavam-se sugestões e confraternizavam-se.

A ênfase ao trabalho educacional inspirava-se na certeza de que "É com os pés da criança que a Pátria caminha". Com o passar dos anos, todo o município passou a desenvolver a olericultura e o número dos agricultores dedicados a esse mister cresceu progressivamente, espalhando-se pelos municípios de toda a região.

Na década de 1970, o Núcleo Colonial de Jaguaquara foi emancipado. Os colonos receberam os títulos definitivos dos respectivos lotes. As máquinas foram transferidas para outras unidades, os servidores efetivos também. Os imóveis foram doados ao Sindicato Rural.

Na mesma década foi construída a Central de Abastecimento de Jaguaquara, que foi ampliada várias vezes, sendo hoje administrada pela Secretaria Municipal de Agricultura, de onde saem diariamente toneladas de produtos hortícolas para abastecimento de grande parte do Brasil.

Eis uma das sementes plantadas por um dos órgãos antecessores do Incra. O Núcleo Colonial de Jaguaquara transformou a economia de toda a região. A conquista de maior magnitude foi sem dúvida a semente plantada na mente e no coração da juventude que passou por aquelas escolas.

SERVIDORAS DO INCRA OU GUERREIRAS DA FLORESTA?

PAULO CESAR REBELLO MENDES DE OLIVEIRA

Nos cinquenta anos do Inbra, sempre é bom destacar o trabalho realizado pelos seus servidores ao longo desse tempo, materializado em inúmeras conquistas, algumas frustrações, muitas alegrias, algumas tristezas, amizades formadas e consolidadas no decorrer de vidas profissionais, em todos os rincões desse imenso país chamado Brasil – dentre eles, a imensa região Amazônica.

Imagine, caro leitor, o que era o Brasil no início da década de setenta – ano de criação de nossa autarquia. Um país imenso territorialmente, economicamente concentrado em algumas capitais do Sudeste e do Sul, com uma vasta extensão de área desabitada e inexplorada, situada nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Essa região foi alvo de políticas públicas do governo federal, voltadas à expansão da fronteira agrícola e ocupação territorial, considerados critérios de desenvolvimento e segurança nacional. É nesse contexto que se inicia e se consolida a ação do Inbra na Amazônia Legal.

Todo esse prefácio acima é para contar a história de quatro mulheres, servidoras do Inbra, que atuaram na região amazônica ao longo de suas carreiras profissionais e cujas vidas se entrelaçaram e guardaram pontos em comum: Maria Amália Ferreira, maranhense de São Luís; Maria de Lourdes Cortez Oliveira, potiguar de Caicó; Maria Aparecida Campos Lucena Dias, paraibana de Patos; e Edila Ferreira Duarte Monteiro, paraense de Belém. Todas ingressaram na instituição ainda na década de setenta, em unidades do Inbra na região Norte: Amália, Lurdinha e Aparecida em Rondônia e Edila no estado do Amazonas.



A assistente social Maria Amália Ferreira e as engenheiras agrônomas Maria de Lourdes Cortez Oliveira, Maria Aparecida Campos Lucena Dias e Edila Ferreira Duarte Monteiro, respectivamente. Todas servidoras do Incra aposentadas.
Fotos: SindPFA/arquivo pessoal.

Amália é assistente social de formação e as outras três são engenheiras agrônomas. Todas solteiras, no início de suas vidas profissionais, com sonhos e aspirações frente ao imenso desafio que era viver e trabalhar em uma região ainda inexplorada, inóspita, carente de infraestrutura básica e dominada pelo universo masculino – amplamente machista, dominador e até misógino, às vezes.

Amália entrou no Incra em 1972, no Projeto Integrado de Colonização (PIC) Sidney Girão, no município de Guajará Mirim, no então Território de Rondônia, região fronteira com a Bolívia. Lurdinha entrou em 1976, no Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra, município de Ariquemes/RO. Aparecida também ingressou em 1976, no Incra em Porto Velho/RO, à época subordinada à Coordenadoria do Acre – CR (14)/AC. Finalmente, Edila teve seu primeiro contrato assinado em 1980 para o Projeto Fundiário Humaitá/AM, passando posteriormente para o Projeto Fundiário Benjamim Constant, na fronteira Oeste do Brasil com a Colômbia e Peru.

Para aqueles que não estão familiarizados com a geografia da região Amazônica e suas condições de acessibilidade, só para exemplificar, observa-se que a distância de Manaus a Benjamim Constant é de aproximadamente 1120 km, em linha reta, com acesso somente via aérea ou hidroviária. No caso de Manaus a Humaitá, a distância é de aproximadamente 600 quilômetros, com estradas precárias. Isso atualmente, imagine então há quarenta anos. Da mesma forma, as distâncias e condições de acesso nos estados de Rondônia e do Amazonas são fatores que dificultam a execução de trabalhos como os do Incra, notadamente o assentamento de famílias. São essas as condições viárias que as servidoras enfrentaram quando ingressaram no Incra.

Todas as servidoras enfrentaram trabalhos de campo e executaram ações diversas nos projetos em que trabalharam, seja na área técnica, como vistorias e avaliações no bojo de processos discriminatórios, que culminaram em arrecadação de terras devolutas e respectiva incorporação das mesmas ao patrimônio da União, seja na área socioeconômica, com ações de identificação e seleção de famílias, assentamento de colonos, concessão de crédito produção – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá) e crédito instalação, voltado ao fomento, alimentação e habitação, ações de saúde, saneamento básico, alfabetização de jovens e adultos, organização da produção, cooperativismo, comercialização etc.

O trabalho desenvolvido naquelas regiões foi muito além do requerido em suas formações profissionais. Muitas vezes, as servidoras desempenharam papel de enfermeiras, professoras, psicólogas, sociólogas, entre outras, nas atividades cotidianas da colonização oficial. Amália relata que somente no PIC Sidney Girão registrou 1004 partos, realizados com sua ajuda e com ajuda do auxiliar de enfermagem local, evitando-se assim perdas de vidas de mães e filhos recém-nascidos.

Todas as servidoras moraram em alojamentos do Incra no início de suas carreiras. Quem já trabalhou por aquelas bandas sabe da precariedade das instalações, a falta de energia elétrica constante – movida por motores a diesel –, a falta de água corrente, obrigando todos os servidores a fazer sua higiene pessoal em rios e igarapés, na maior parte das vezes, o que para as mulheres era bem mais complicado do que para os homens.

Também se destaca a incipiência ou inexistência de uma rede de comunicação consistente, a ausência de uma telefonia confiável – em certos lugares havia total inexistência de Discagem Direta à Distância (DDD). Em determinados projetos a comunicação somente era feita por radiotelegrafia e a documentação impressa somente chegava aos servidores e parceiros, via malote do Incra, trazidos em aviões monomotores e/ou embarcações de pequeno porte. Lembremos que à época não existia internet nem redes sociais.

Todas as quatro servidoras ingressaram no Incra ainda jovens. Na instituição fizeram e consolidaram suas carreiras profissionais, vencendo desconfianças e desafios, à custa de muita perseverança e determinação. Todas venceram pela capacidade técnica e competência, sendo que após décadas de trabalho deixaram seus nomes registrados nos anais do Incra.

Amália conhece de cor e salteado todos os projetos de colonização de Rondônia. Se bobear, conhece ainda todos os parceiros desses projetos. Lurdinha conhece a realidade fundiária de todos os municípios do estado de Rondônia, bem como o processo de transformação do território em estado. Aparecida, além do conhecimento primoroso de Rondônia, sabe tudo sobre titulação em terras da União e de reforma agrária, além de ser profunda conhecedora dos processos discriminatórios em terras do Amazonas. E Edila, ah! Edila, ninguém como ela para desvendar a realidade e a governança fundiária dos estados do Amazonas e do Pará, além de ser uma exímia mediadora de conflitos fundiários.

Seriam as quatro servidoras do Incra ou guerreiras da floresta? Acho que ambas definições são corretas e pertinentes. Há que se reconhecer o heroísmo dessas e de várias servidoras do Incra, que carregam em si a garra e tenacidade de Ana Terra, personagem marcante da trilogia “O tempo e o vento”, de Érico Veríssimo, aliados à coragem e valentia da Teresa Batista, aquela mesma, cansada de guerra, com que nos brindou Jorge Amado.

Para essas quatro servidoras e outras do mesmo naipe que abrilhantaram o nome do Incra com seus trabalhos e dedicação, minha sincera admiração e meus agradecimentos.

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO PAULO DE ASSIS RIBEIRO

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

Após participar do curso “Capacitação e Gerência para Administradores de Projetos” em julho de 1976, realizado em Brasília, fui nomeado pelo presidente do Inbra – o engenheiro agrônomo Lourenço Vieira da Silva – para exercer o cargo de executor do Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro (PIC-PAR). Esse curso foi promovido por experientes técnicos do Inbra e professores da Fundação Getúlio Vargas, sendo executado pelo chefe de Pessoal do Inbra, à época, Joaquim Lucas Furtado.

Enfrentei os 800 quilômetros de barro, lama e areia que separavam Porto Velho de Colorado do Oeste, sede do projeto, então parte do município de Vilhena/RO. O PIC-PAR, como era chamado, foi criado em 1973 e vinha sofrendo instabilidades na sua administração devido à animosidade entre o executor, o técnico agrícola Paulo Ventura Brandão (conhecido como Paulinho), e a comunidade. Essa animosidade resultou numa rebelião, chegando o executor e outros funcionários a serem, literalmente, presos pelos revoltosos na sede do projeto. Foi nesse clima que cheguei ao Colorado.

O nome Colorado foi dado à localidade provavelmente pelos paranaenses vindos de região homônima e que iniciaram a colonização da área, mas existem outras versões para a origem do nome. A área da gleba onde estava o Projeto era de aproximadamente 400 mil hectares. Área tão imensa que era possível a criação de novos projetos caso fosse necessário. Os lotes de colonização eram de aproximadamente 100 hectares.

Para lá, se dirigiam centenas de famílias que chegavam diariamente em ônibus e caminhões. Existia uma linha de ônibus exclusiva para transporte dessas famílias denominada “viação Colorado”. Aqueles que não tinham destino certo ficavam em uma localidade na BR-364, próximo à entrada de Vilhena, que funcionava como posto de triagem para a destinação destas pessoas. A maioria chegava sem a certeza de ser assentada, submetidas aos atravessadores de lotes – urbanos e rurais. Alguns pagavam, para pessoas inescrupulosas, por lotes que acabavam não recebendo.



A primeira escola construída pelo Incra no projeto. Hoje chamada Escola Estadual Paulo de Assis Ribeiro. Foto: arquivo pessoal do autor.

Durante o tempo que ali passei, combati obstinadamente essa prática. Isso quase me fez um executado e não um executor do projeto. Fui ameaçado várias vezes e numa delas cheguei a ter um cano de revólver encostado à minha cabeça. O fato ocorreu no início de uma noite de dezembro de 1977, quando eu estava de saída para Vilhena. Ao sentar no banco do motorista de um Gurgel, um homem apareceu por trás do carro, à minha esquerda, encostou um revólver em minha cabeça, e com voz firme me intimou a deixar o projeto imediatamente, sob pena de não ter uma segunda chance. A partir daquele momento, passei a providenciar junto aos meus chefes em Porto Velho (Assis Canuto, Galvão Modesto e Bernardo Martins Lindoso) a minha transferência para outra localidade. Em janeiro de 1978, eu já estava em Rio Branco, Acre.

Os executores de projetos do Incra, de um modo geral, eram as únicas autoridades nas áreas de abrangência desses empreendimentos federais. Imagine-se administrar um projeto com essa extensão, em mata fechada, com estradas carroçáveis e precárias, tendo ainda que enfrentar o desmatamento indiscriminado e o furto de madeira dos lotes. A madeira era a maior riqueza do projeto e era visada pelos colonos e pelos madeireiros. A cerejeira era a espécie de maior interesse econômico, tanto que quando o colono recebia o lote já saía imediatamente para conferir e marcar as árvores para exploração. Na tentativa de combater essas práticas, mandei colocar correntes para fechar a estrada na primeira ponte de saída para Vilhena. Contudo, por diversas vezes, as correntes foram cortadas.

Além disso, todas as pendências da comunidade deviam ser resolvidas pelo executor e sua equipe, desde pequenos roubos, brigas de casais e vizinhos, até crimes como estupros e assassinatos. Nosso “agente de segurança” era o técnico agrícola Carlão. Em uma ocasião, tive que mandar prender um senhor que foi denunciado pela própria esposa por ter estuprado as filhas. Tivemos que mantê-lo sob custódia até a chegada da polícia de Vilhena, para evitar um linchamento.

Em Vilhena havia o Hotel Colorado, de propriedade do sr. Nunzio Grasso, italiano radicado na cidade, e Dona Maria Ingrid Elias Grasso, sua esposa. Havia ainda um restaurante pertencente ao gaúcho, com cobertura de palha e em formato circular, lembrando a arquitetura indígena de uma oca. Apesar de ficarem um pouco distantes um do outro, estas estruturas eram os pontos de apoio a todos os viajantes que chegavam por aquelas bandas. O Hotel Colorado foi minha pousada por muito tempo, com minha esposa Elimar de Souza Melo e onde nasceu meu primeiro filho, que, com 15 dias de nascido, morreu no hospital de Vilhena, acometido por pneumonia.

A maioria dos servidores que vinha de fora morava em alojamento. Na sede do Projeto tinha uma residência para o executor. Outras casas ainda estavam em construção. Os serviços de apoio como banco, lojas, polícia etc. ficavam todos na sede do município de Vilhena, o que obrigava a termos que nos deslocar semanalmente, quase sempre empurrando o carro por serras, atoleiros e bancos de areia. Nestas viagens, muitas vidas foram perdidas, devido às serras íngremes e as estradas perigosas. O carro que mais suportava essas viagens era o Gurgel.

Não tivemos grandes problemas com malária, como ocorria em outros projetos, como em Ouro Preto e Ji-Paraná. No Colorado, nosso maior problema foi com o “fogo-selvagem”, o pênfigo. O único hospital que tratava da doença ficava em Cuiabá, no Mato Grosso, para onde semanalmente mandávamos a ambulância cheia de pessoas contaminadas, vindo muitas delas, crianças e adultos, a morrerem.

Muitos colegas se dedicaram na construção de Rondônia: Bernardo Martins Lindoso, Reinaldo Galvão Modesto, capitão Sílvio, Hélio Palma de Arruda, Assis Canuto, Paulinho, Carlos Cavalcanti Catão, Eugênio, Enauto (Mineiro) e outros. Sobre Enauto, vale recordar que, logo que chegou ao projeto, foi designado para compor uma equipe de vistoria para a entrega de lotes. Após três dias do início da viagem, a equipe retornou sem o Enauto. Foi necessário mandar uma nova equipe com animais para trazer o nosso amigo de volta, todo estropiado, com as pernas inchadas. A viagem a pé era massacrante e a volta se deu no lombo de um burro.



Almoço na Cantina do Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro. À mesa estão Vitor Hugo, Caxias, Sales, Julio e outros colegas. O dono da Cantina está em pé. Foto: arquivo pessoal do autor.

No projeto fizemos farta distribuição de sementes de café a todos os interessados. A maioria das famílias tinha experiência com a cultura. Para tentar diversificar a agricultura, convidei o chefe da Embrapa, de nome Cristo, para instalar uma estação experimental da cultura do cacau, mas com a minha saída do projeto não fui mais informado se foi implantada. Em 1977 providenciei junto à Gerência do Banco do Brasil de Ouro Preto os primeiros financiamentos para os assentados.

O primeiro aeroporto oficial do Colorado do Oeste foi construído pelo sr. Walter Longo, a partir de contrato firmado com o Inbra de Rondônia. Este senhor era um paulista de Ribeirão Preto e foi um dos pioneiros na construção de infraestrutura na região de Vilhena. Aliás, quase toda infraestrutura rural do ex-território foi construída pelo Inbra. Antes da construção do aeroporto, fazíamos uso de um trecho de uma travessa que ficava por trás da área urbana. Para isso, foram derrubadas algumas árvores de maior porte, facilitando assim, o pouso de aeronaves pelos pilotos mais hábeis. Entre estes pilotos estava um senhor conhecido pelo apelido de Bisurdo. Dizia-se na época que ele teria sido o piloto que levou o presidente João Goulart para fora do Brasil, mas não havia confirmação. Em algumas ocasiões, o nosso amigo Bisurdo fazia voos para levar alimentos às equipes de topografia. Para isso, retirava as portas do monomotor e lançava os sacos com alimentos em pontos previamente acertados com os servidores do Inbra de cartografia. Bisurdo morreu quando levava seu avião para uma revisão. Caiu na BR-364.

Num segundo momento, passamos a usar como pista de pouso a estrada da linha principal, na entrada da área urbana do Colorado, chamada de Área Industrial, por haver algumas madeiras. Alargamos e colocamos proteção lateral na estrada, mesmo assim fui testemunha de um quase acidente fatal envolvendo o avião do sr. Walter Longo. Fui fazer um sobrevoo no aeroporto em fase de conclusão. Na volta, no momento da aterrissagem, um cavalo atravessou a pista depois de pular a cerca de arame farpado. O avião foi arremetido providencialmente pelo sr. Walter. Alcançamos o final da pista que terminava em uma “pirambeira”. Escapamos por pouco.

Toda semana surgiam novas necessidades de ampliação de ruas. O projeto possuía uma patrulha mecanizada própria para atender essas demandas, inclusive para a abertura de estradas vicinais diante de urgências. Nossos funcionários fizeram um grande trabalho. Havia tratoristas, mecânicos, meleiros, motoristas, serventes de limpeza, ajudantes e outros profissionais. Um de nossos tratoristas foi baleado dentro do alojamento, com tiro de espingarda partindo de uma mata que ficava na lateral do alojamento (local projetado para ser um cemitério). O rapaz foi atingido nas costas. O Inbra deu todo apoio ao servidor. Como o fato se deu após a ameaça que sofri para deixar o projeto, deduzimos que esse tiro possivelmente foi dirigido a minha pessoa, inclusive devido à aparência física entre nós. Ficamos na dúvida.

Hoje, somos questionados pelo que fizemos. Em uma ocasião, em Brasília, ouvi de um pesquisador e conferencista em um encontro promovido pelo Inbra e pela Confederação Nacional das Associações de Servidores do Inbra (Cnasi), que a colonização de Rondônia tinha sido um verdadeiro fracasso social e humano. Questionei o expositor da seguinte forma:

— Caro senhor, se os trabalhos desenvolvidos pelo Inbra naquele estado não tivessem dado certo, vossa senhoria não estaria aqui dissertando sobre nossas ações. Vossa senhoria também é fruto dessa migração que deu certo. Rondônia é um estado pujante, com excelente infraestrutura, boas faculdades, com a melhor base fundiária, calcada na agricultura familiar. Ninguém faz uma ação dessa envergadura com cem por cento de acerto. Como ainda está em construção, muito pode ser melhorado.

Nada mais foi dito nem me foi perguntado.

Os desafios no início dos programas de assentamento

A CARTA DE CARPINA E A DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

No Curso de Formação de Especialistas em Projetos de Reforma Agrária realizado em Carpina, Pernambuco, em 1987, tirei uma foto em que estavam Ivan Ribeiro, Marcos Correia Lins e o engenheiro agrônomo Júlio Lizárraga Ramirez. Foram professores do curso, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Paulo Roberto Beskow, Roberto José Moreira, Beatriz Herédia, Guilherme de Jesus Palácio Y Olivares, Jorge Oswaldo Romano e Regina Angela Landin Bruno.

Poucos dias após este evento, Ivan Ribeiro estava em viagem com o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, e o então presidente do Inbra, José Eduardo Vieira Raduan, ao estado do Pará. Compunham a comitiva ainda: Dirceu Pessoa, Amauri Teixeira Cavalcante, José Coelho Teixeira Cavalcanti, tenente coronel aviador Wellington Rezende, capitão Aviador Jorge Shimomura e o terceiro sargento Carlos Alberto da Silva. Conforme relatos da época, logo após a decolagem o avião explodiu no ar, próximo à Serra de Carajás. Todos os integrantes da comitiva vieram a óbito.



Recorte do Jornal do Brasil de 9/9/1987. Imagem: divulgação.

Durante o curso, Ivan Ribeiro me relatou que havia sido anistiado há pouco tempo. Antes, durante o período em que era refugiado político, havia vivido em diversos países do Leste Europeu. Dessa experiência, disse que desejava ver alguma coisa ser aplicada no meio rural brasileiro. Em Brasília, ele havia contribuído na formatação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). Gostava de se vestir de branco, visto que seria comum pessoas trajarem terno branco e gravata e defenderem a reforma agrária, segundo ele.

Marcos Correia Lins estava no curso representando o ministro da Reforma Agrária. Também ele foi um profissional exemplar, vindo a presidir o Incra no período de 18 de março de 1994 a 12 de maio de 1995.



*A foto, já deteriorada, é do encerramento do Curso de que fala o texto, em 1987. Nela está Ivan Ribeiro (segundo da esquerda para a direita), que morreu, dias depois, em acidente aéreo. Também estão na imagem Marcos Correa Lins (ao centro) e Julio Lizárraga Ramirez (à direita).
Foto: arquivo pessoal do autor.*

Júlio Lizárraga Ramirez atuou no curso na parte prática. Um mestre, dentro e fora do Incra. Foi depois diretor Fundiário, entre outras funções institucionais. Na sua gestão, a Diretoria Fundiária do Incra primou pela agilidade nos processos de desapropriação. Foram criados os “mutirões de processos”, enquanto parou com

as “viagens” ou “passeio de processos”, que levavam muito tempo entre as superintendências e Brasília. A partir desse momento, o técnico responsável ia junto com o processo para participar da análise em conjunto com a comissão de Brasília. A complementação documental ou formal tornou-se ágil.

No final do curso, os alunos produziram uma carta aberta intitulada “Carta de Carpina”, com a finalidade de demonstrar o apoio ao Programa Nacional de Reforma Agrária que estava nacionalmente em discussão em função da possibilidade de inclusão na nova Constituição. Com a luta de todos – movimentos sociais, universidades, Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais e muitos outros – foi incluída a reforma agrária na Constituição como um dever do Estado.

Assinaram a “Carta de Carpina” os seguintes participantes: Alberico Pinheiro Rodrigues; Cléa Maria de Oliveira Lopes; Cleonice Maria de Sousa; Clésio Pereira de Melo; Fernando Antônio Barbosa Cavacanti; Genival Pinto Ramalho; Gilberto Alves de Lisboa; Hildemário Pereira Viana; José Geraldo Lopes de Melo; Lauro Mendes Filho; Luciano Cavalcanti Palmeira; Lucíolo Tigre Paes Galindo; Milton Veloso da Cruz Gouveia Filho; Múcio F. Castor Nóbrega; Vitor Hugo da Paixão Melo; Elizabeth Maria Sousa Santana; Itamar Olímpio de Vasconcelos Maia; Luiz Andrade Gomes; Maria Amélia Ferreira da Silva e Maria Auxiliadora Torres.

O Brasil vive a sua mais grave crise econômica política e de credibilidade. O esforço e a luta travada pelo povo mais espeznhado deste país conquistaram a anistia, a constituinte e quebraram o traço de autoritarismo que marcou a nação nas últimas décadas. Conquistou o povo o que Tancredo Neves chamou de Nova República, acreditando na construção de uma nação livre, soberana e democrática. Nesse bojo, os trabalhadores rurais associados a tantos outros que constroem a riqueza da nação e dela continuam marginalizados, apostaram nos compromissos assumidos pelo Governo da Nova República para a implantação da Reforma Agrária, entendendo ser, entre outras reformas, o passo fundamental a consolidação de um novo Brasil onde a miséria social, como a fome endêmica e a descidadania não tenham mais lugar nas estatísticas do subdesenvolvimento.

Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte vislumbra-se uma luz de esperança a garantia de que os direitos mais elementares do cidadão brasileiro seja configurado como determinante da justiça social e de equidade econômica. Neste contexto, a Reforma Agrária se traduz indispensável à integração da massa de trabalhadores ao usufruto do produto do seu trabalho.

Infelizmente, o Governo preconizado por Tancredo Neves foi desfigurado na essência dos compromissos estabelecidos em praça pública, menos por responsabilidade dos trabalhadores, e sim pela sua vulnerabilidade às forças conservadoras que lhe dão sustentação. A Nova República como propugnou T.N. não poderá ficar mais a mercê do Projeto político e econômico das multinacionais, das oligarquias e da burguesia brasileira. As transformações econômicas e sociais exigidas pela sociedade civil não serão realizadas enquanto os trabalhadores não participarem de forma efetiva das decisões que marcarão os destinos da nação.

Conscientes, portanto, de que os trabalhadores rurais cumprem a sua parte na construção de um País livre e independente e, muitos se sacrificaram por este grande latifúndio, nós que hoje concluímos o 2º Curso de Formação de Especialistas em Re-

gados técnicos e poucos políticos na luta pela Reforma Agrária, ao tempo em que repudiamos todo e qualquer tipo de violência e intervenção anti-reforma, principalmente por parte dos latifundiários representados pela UDR e dos setores mais conservadores e reacionários ainda incrustados na Administração Federal.

Cumpramos como missão histórica associarmos-nos a todos que direta ou indiretamente lutam pela consolidação de uma Reforma Agrária ampla e massiva apontando alguns aspectos de natureza política, técnica e administrativa que emperram a implantação do PNRA e que requerem decisão política determinada de Governo para sua solução.

Entendemos que, politicamente, a Reforma Agrária continua a ser a indisposição política para sua efetivação, tanto a nível Federal como Estadual e Municipal.

Por essas razões e considerando a gravidade de um possível retrocesso na implantação da Reforma Agrária é que registramos aqui algumas medidas que devem merecer a consideração do poder público.

- 1- Estabelecimento de compromissos claros e instrumentos legais quanto à dotação de recursos orçamentários e financeiros, por excelência, destinados ao PNRA;
- 2- Mobilização dos meios de comunicação de massa no sentido de ampliar a divulgação dos objetivos e importância econômica e social da Reforma Agrária à luz dos interesses dos trabalhadores;
- 3- Mobilização dos recursos interministeriais no sentido de descentralizar responsabilidades e ações e promover a integração dos serviços nas várias instâncias institucionais envolvidas no processo, seja a nível Federal, Estadual e Municipal;
- 4- Exercer esforço concentrado tanto para viabilização do PNRA, sem prejuízo dos seus objetivos e metas, como na reestruturação de Projetos de Assentamento "frustrados" a exemplo de Caxangá, em Pernambuco;

- 5- Aparelhamento técnico e administrativo do MIRAD e INCRA visando reduzir a vulnerabilidade às pressões de natureza política contrárias ao PNRA;
- 6- Definição clara nas políticas agrícolas dos mecanismos da interação com a política agrária;
- 7- Definição clara dos compromissos a serem assumidos pelo poder público nos projetos de assentamento, a exemplo do Ministério da Agricultura através do SIBRATER e EMBRAPA, entre outros Ministérios e Instituições afins;
- 8- Introdução nos currículos escolares dos cursos de Ciências Agrárias de disciplinas que tratem especificamente da Questão Agrária Brasileira;
- 9- Promoção sistemática de processos de capacitação técnica, incluindo debates regionais sobre as experiências de assentamento no âmbito do PNRA.

Finalmente, entendemos que todas essas ações são imprescindíveis e inadiáveis e implicam uma postura política do governo que se autoqualifica de social com a responsabilidade histórica de resgatar sua dívida para com a nação ou passar para história como mais um Governo de intenções.

Carpina, 24 de julho de 1987.

O acidente que vitimou toda a cúpula da reforma agrária brasileira, além de matar importantes lideranças do governo, acabou por dificultar os trabalhos dos constituintes, especialmente na introdução de artigos na carta que obrigassem o Estado brasileiro a implantar uma ação de reestruturação do solo voltado para atender às famílias sem-terra, causa que eles defendiam com vigor.

Após o “5 de outubro de 1988”, foram necessários mais cinco anos de intensas gestões políticas e sociais para edição da primeira regulamentação dos artigos da Constituição referentes à reforma agrária, com a edição da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.

Sabemos que, para qualquer centímetro de caminhada avançado, sempre foram impostos quilômetros de atraso. Hoje, temos a reforma agrária como uma ação política de governo. Porém, apenas a introdução de mecanismos técnicos e de bons profissionais não é suficiente. Neste momento, cabe aos gestores políticos dos organismos gerenciais dos servidores do Incra e adjacências, agendarem ações para formação profissional de caráter político em defesa da reforma agrária. Muitos profissionais de excelentes qualidades nas ações de caráter eminentemente técnicos, que são necessários, precisam de outra formação para o avanço do Programa Nacional de Reforma Agrária, necessitando, portanto, de formação específica sobre o tema.

Há 34 anos, a defesa pela reforma agrária via como um bom caminho, que ela tivesse um lugar na Constituição brasileira. A luta dos que a defendiam sempre esbarrava no caráter inconstitucional da matéria. Esse empecilho foi removido com a Constituição de 1988. Porém, sabemos que ainda não é suficiente. Com a gigantesca desocupação dos trabalhadores brasileiros, por diversas razões, fatalmente em breve um governo será chamado para oferecer um novo caminho ao desemprego. O novo rumo será o campo. O Incra precisa se preparar para o futuro breve.

Aqueles que sempre labutaram pela reforma agrária no Brasil têm absoluto entendimento de que não se trata de uma ação que pode ser executada por alguns, mas é dever de todos. No curso em questão, estavam presentes agentes que tinham ação em organismos estaduais e federais: Emater, órgãos estaduais de terra, (além de convidados independentes) de forma que pudesse atender pessoas que disseminaram a ideia por todo o Brasil. Assim foi feito.

ACOLHIMENTO AOS BRASIGUAIOS

ZENÓBIO CRUZ DA SILVA ARRUDA

Em 1980, fui designado para auxiliar administrativamente um acampamento, que posteriormente passaria a ser denominado Projeto de Assentamento São José do Jatobá, formado por brasiguaios, como eram apelidados os brasileiros que eram produtores em terras paraguaias, e que foram expulsos do Paraguai no governo ditatorial do presidente Alfredo Stroessner. Após essa expulsão, esses agricultores receberam o acolhimento do governo brasileiro e foram tomadas as providências nas divisas dos municípios de Sete Quedas e Paranhos, no Mato Grosso do Sul, com a desapropriação de um imóvel e a criação do Projeto de Assentamento.

Ao ser designado, passei a exercer as atividades administrativas com o aval do superintendente regional, buscando gerar desenvolvimento. Nesse sentido, atuei junto aos municípios de Amambaí, Tacuru, Sete Quedas e o recém-criado município de Paranhos, todos no Mato Grosso do Sul.

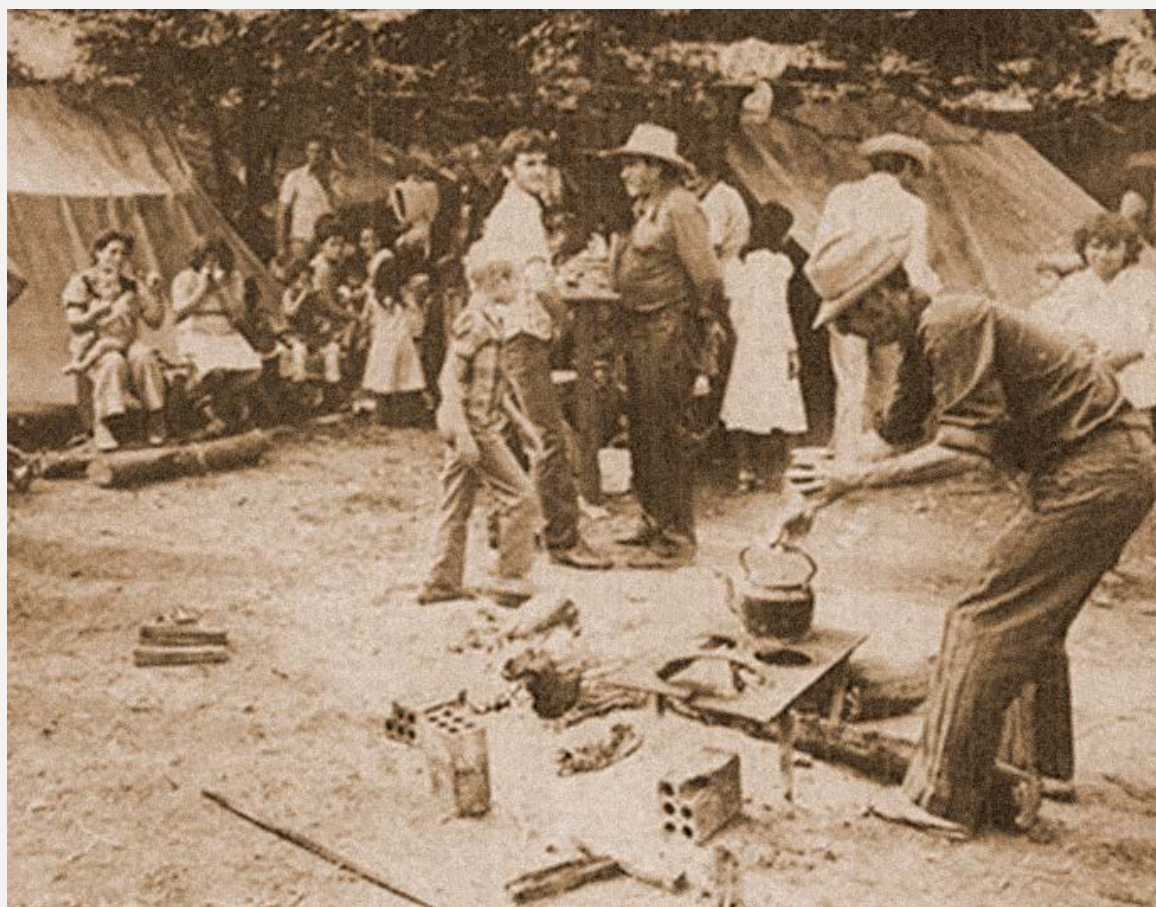
Surgiram problemas de saúde e busquei a parceria do Exército Brasileiro (17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, RCME), que imediatamente nos socorreu, remetendo médicos, enfermeiros e odontólogos em uma unidade móvel que foi um sucesso. Consegui fazer um convênio com a Central de Medicamentos (Ceme), que prontamente encaminhou os medicamentos emergenciais para nos socorrer no dia a dia, com kits para partos normais, na intenção de atender aquele povo sofrido e carente, com serviços orientados pelos prefeitos.

Fiz também o encaminhamento de um ofício à Cúria de São Paulo, passando a receber apoio da Igreja Católica por meio de Dom Paulo Evaristo Arns. Por meio da Santa Sé, foram enviadas máquinas para beneficiar arroz e um moinho para fazer fubá de milho. Providenciamos, junto com as lideranças dos parceiros que nos apoiaram plantando árvores, a construção de galpões para abrigar os maquinários, construção de cercas e de suportes para as caixas d'água, a fim de irrigar um viveiro de mudas de plantas frutíferas, visando à formação dos pomares para produção de frutos, e, também, emergencialmente, uma horta comunitária para auxiliar na alimentação do povo carente.

Então, oportunizamos e empreendemos a construção da escola e, mais uma vez, busquei o apoio dos municípios para a sua construção e contratação de professores e demais funcionários, para que dessem funcionamento à escola, que recebeu o nome de Marcos de Barros Freire.

Recebi ajuda incondicional do governo do estado do Mato Grosso do Sul, que me enviou uma patrulha mecanizada, que nos alavancou a abertura de estradas, além de aplainar as áreas do viveiro e do galpão, onde foram instaladas as máquinas beneficiadoras.

Após o término dessas construções, em 1989, mudei-me para o estado do Tocantins, onde vivo até hoje. Acredito ter contribuído para o desenvolvimento de política compartilhada, dando-a àquele povo, banido e humilhado pelo país vizinho. Com meu trabalho, tive a oportunidade de elevar as estimas. Essa é a nossa pátria amada brasileira, em que tudo pode melhorar. Aos que irão ler essas breves narrativas, que Deus os abençoe; e assim seja.



Acampamento Mundo Novo (atual Novo Horizonte), em 1985. O registro do assentamento, que atualmente conta com mais de 700 famílias, remonta ao início do movimento dos brasiguaios.
Foto: Arquivo da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Sul/MS.

REFORMA AGRÁRIA EM SÃO PAULO: PROJETOS ITAPETI E PROJETO PRIMAVERA

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

Quando saí da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre (Colonacre), em Rio Branco, Acre, fui trabalhar em São Paulo, para onde me mudei com minha família: Elimar, minha esposa, Fabrício, meu filho e Fabíola, minha filha. Pouco tempo depois, nasceu mais um filho, Fabiano. Começava mais uma aventura para um amapaense.

Em São Paulo, fui contratado pelo Incra. Na época estava como superintendente o engenheiro agrônomo Giovani Anísio Alves. Era um excelente profissional, dos quadros do Incra e um dos pioneiros de Brasília. Foi diretor, assessor de presidentes, superintendente, entre outras funções que exerceu com muita dignidade e sempre com grande dedicação.

A Superintendência do Incra à época tinha um quadro de servidores muito reduzido, principalmente na área técnica. Quando lá cheguei, havia apenas um engenheiro agrônomo. Ao passar a compor esta equipe, tínhamos que nos desdobrar, eu e o colega Arilzo Forte.

Minha primeira atividade foi na Colônia Itapeti. Formada a partir de descendentes de japoneses, a ocupação original das terras tinha se iniciado há mais de 30 anos, no município de Mogi das Cruzes, São Paulo. Após intensas lutas pessoais e jurídicas entre os ocupantes e os proprietários, o imóvel foi desapropriado pelo Incra e criado o Projeto de Assentamento Itapeti.

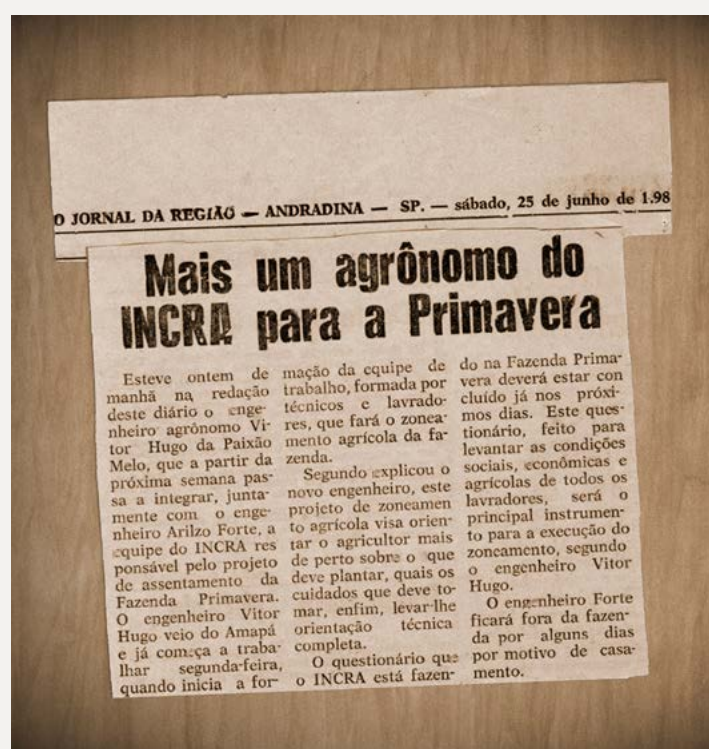
A principal atividade no imóvel, realizada pelos antigos proprietários, era a exploração de areia para a construção civil em São Paulo. Os ocupantes, por outro lado,

eram agricultores que produziam laranja, poncã, macaxeira, carne, ovos de codorna, cactos em vaso e outros produtos que eram comercializados na Central de Abastecimento de São Paulo (Ceasa/SP).

Nessa época, ocupava a Presidência do Incra o dr. Paulo Yokota, que muito se empenhou para a solução desse conflito. Diversos ocupantes não sabiam falar português. Tínhamos que andar com intérprete. Para isso, muito colaborou o Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, à época dirigido pelo sr. Jungi Abe.

Nosso trabalho culminou na desapropriação da fazenda, sendo adotadas todas as medidas necessárias para a regularização das famílias. Estas foram assentadas e, devido à capacidade técnica e gerencial que já possuíam, foram rapidamente tituladas.

Em seguida, fui designado para atuar no Projeto Primavera, no município de Andradina, em substituição temporária ao colega Arilzo Forte.



Recorte de O Jornal da Região, de Andradina/SP, nos anos 1980.
Arquivo pessoal do autor.
Arte: Kássio Borba.

famílias, criou-se um movimento em prol dos ocupantes que acabou chegando na intervenção federal na área, com a desapropriação do imóvel e a legalização dessas famílias através do Programa Nacional de Reforma Agrária. Um dos líderes desse movimento era o sr. Valdeci, com sua família. Após a criação do Projeto, diversas ações de apoio aos agricultores foram desenvolvidas: assistência técnica, financiamentos, aquisição de máquinas e equipamentos.

Foi uma curta passagem por São Paulo, porém muito gratificante profissionalmente. Ali, pude aprender muito com os seus servidores altamente competentes e dedicados às causas do Incra. Faço referência especial às servidoras Dona Clara (Clara Suzano Jorge), com larga experiência em assentamento de famílias, e Wilma Kumel, com os seus conhecimentos sobre regularização fundiária e legislação de estrangeiros, que muito contribuíram na solução dos problemas fundiários.

A fazenda Primavera pertenceu ao Grupo Lundgren, com raízes no atual município de Rio Tinto, na Paraíba, onde detinha uma agroindústria de algodão e diversos outros empreendimentos, sendo o mais conhecido delas as “Casas Pernambucanas”, com pontos comerciais de tecidos espalhados por todo o Brasil.

Os posseiros da fazenda Primavera, em sua maioria, provinham do Nordeste, principalmente do estado de Pernambuco, com a finalidade exclusiva de produzir algodão para essa indústria. Em princípio, os ocupantes eram arrendatários e, aos poucos, foram se tornando ocupantes legais. Após diversas tentativas de expulsar essas

Outros colegas de trabalho deste período que ainda me recordo: na Cartografia, nosso amigo Osmar de Goes Teles Filho; no Direito Agrário, minhas muitas dúvidas eram sanadas pelos advogados Victório Giuzo e Maria Cecília Ladeira de Almeida; os colegas Labate, Osvaldo Batelote, Fernando Pinheiro (faleceu em Recife), Arilzo Forte e o caro chefe Laerte. Lamento apenas não ter guardado o nome de todos, mas registro o meu muito obrigado a todos e a todas.



A foto, já deteriorada, é de uma cerimônia de entrega de títulos de propriedade na Colônia Itapeti, em 1982. Nela estão o então presidente do Incra, Paulo Yokota, o superintendente do Incra em São Paulo, Giovani Anísio Alves, o chefe da Divisão Técnica do Incra, José Carlos Palma, além de outras autoridades do governo paulista. Foto: arquivo pessoal do autor.

DESCENTRALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

No início de outubro de 1996, exercendo a função de assessor da Superintendência do Incra no Pará, em Belém (SR-01), participei de uma reunião em Brasília com o dr. Marcos Correia Lins, assessor do Incra, e Ronaldo Giusti Abreu, advogado e executor da Unidade Avançada de Marabá, Pará. Essa reunião foi para uma análise conjuntural daquela Superintendência Regional e para a discussão da possibilidade de criação de uma nova estrutura do Incra em Marabá.

Desde o dia 17 de abril daquele ano, quando ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, na Curva do “S”, o governo federal e o estadual do Pará vinham sendo submetidos a uma verdadeira tempestade política, com cobranças veementes dos movimentos sociais, igrejas, organismos internacionais e da sociedade organizada em geral. Exigia-se uma ação proativa do governo para conter a onda de revolta causada por esse fatídico evento. Na reunião, fizemos algumas considerações de caráter técnico. Ao retornarmos para as nossas bases, estava ciente de que essa mudança poderia demorar.

Não foi o caso. Poucos dias depois, foi assinada a Resolução nº 83, de 17 de outubro de 1996, pelo presidente do Conselho Diretor do Incra, Raul Belens Jungmann Pinto, o ministro extraordinário de Política Fundiária, consolidando a criação da Superintendência Regional do Sul do Pará, em caráter especial (SR-27E), com jurisdição nas unidades avançadas de São Geraldo do Araguaia, São Félix do Xingu, Conceição do Araguaia, Tucuruí, Tucumã e a própria Unidade Avançada de Marabá, que seria a sede e atuaria em 39 municípios daquela região.



Servidores do Inca em meio a trabalhadores rurais na área da SR-27 do Inca, em Marabá/PA, em 1997. Na foto, estão o assistente do Inca Ruberval Gomes da Silva (camisa quadriculada), o assessor do Inca Vitor Hugo da Paixão Melo (de óculos, ao centro) e o superintendente regional Marcelo Afonso Silva (com caderno à mão).
Foto: arquivo pessoal do autor.

Pela primeira vez na história do Incra, foi criada uma superintendência fora de uma capital de estado ou seu entorno. O primeiro superintendente foi o procurador do Incra, Petrus Emile Abi Abib, nomeado pelo presidente Nestor Fetter. Petrus passou a administrar uma ex-unidade avançada, com suas deficiências de pessoal e material, com a responsabilidade de dar vazão às demandas de assentamento de milhares de famílias que chegavam em Marabá de todas as regiões do Brasil, além de iniciar a organização administrativa da nova regional, incluindo o projeto de construção de uma nova sede para o órgão.

Em novembro de 1997, assumiu a Superintendência o engenheiro agrônomo Marcelo Afonso Silva, que, logo em seguida, pediu transferência para outra regional. Nesse momento, como assessor da Superintendência, passei a responder interinamente. Em março de 1998, com Ruberval Gomes da Silva, como substituto, passei a ocupar a titularidade da SR, nomeado pelo presidente do Incra, Milton Seligman.

Naqueles anos iniciais, tínhamos a consciência que era necessário consolidar essa regional. Inicialmente, foi implantado um regime de mutirão nacional em apoio às ações em Marabá. As demais regionais do Incra liberaram servidores para o mutirão, bastava que solicitássemos. A diretoria do Incra deu todo apoio. A chefe de Gabinete, a sra. Márcia Neves, era nosso contato permanente e fazia a intermediação com as diretorias, quando necessário. Depois foi a sra. Maria Oliveira, que procedeu da mesma forma. Para amenizar o esforço nacional, fiz uma proposta audaciosa à Presidência: liberação ex-officio de servidores que se dispusessem a se transferir para Marabá por no mínimo dois anos, tendo o direito de retornar a sua origem nas mesmas condições. A proposta foi aceita e vários colegas se transferiram dessa forma, o que possibilitou a fixação de uma lotação mais próxima da ideal.

Com isso, avançamos nas desapropriações e na criação de projetos de assentamentos. Em 1997, assentamos aproximadamente 11 mil famílias; em 1998, foram aproximadamente 14 mil famílias; e em 1999, foram 13 mil. Garantimos o cumprimento de todas as metas estabelecidas nas programações operacionais da regional e contribuímos com as metas nacionais de mais de 100 mil famílias por ano no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram criados, nesse período, 198 projetos de assentamentos, além dos 96 existentes antes da criação da SR-27.

Naturalmente, a pressão social era mantida pelos interessados e pelos contrarreformistas. Diversas vezes, tivemos servidores mantidos como reféns. A sede em Marabá foi ocupada pelos movimentos sociais diversas vezes. Em diversas ocasiões, fui ameaçado de morte por telefone em minha residência. Nada disso impediu o avanço da reforma agrária no Sul do Pará. Avançamos sempre rumo ao atendimento das necessidades das famílias que ali chegavam pelo trem da Vale, embarcados no estado do Maranhão, com passagens sem volta.

Em documento intitulado "Relatório de violações dos direitos humanos e do Estado democrático de direito", produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e publicado em abril de 2000, estão relacionados todos os momentos em que houve violação de direitos dos servidores públicos do Incra, com destaque para Marabá, conforme trecho a seguir:

Relação de autoridades que foram mantidas presas na sede do Incra em Marabá por ocasião da ocupação da sede de 26 de abril a 10 de maio de 1999: Reféns: Vitor Hugo da Paixão Melo – Superintendente da SR(27); Ruberval Gomes da Silva, Superintendente Adjunto; Maria de Oliveira, Chefe do Departamento de Conflitos Agrários do Incra/DF; Raimundo de Araújo Lima, Assessor do Presidente do Incra; Wandenkolk Gonçalves, Secretário de Agricultura do Estado do Pará; Adelina Braglia, Assessora do Governo do Estado do Pará e interlocutora do Incra junto ao Governo do Estado do Pará; Dulce Leoncy, Presidente do Instituto de Terras do Pará e ex-servidor do Incra; Guido Neri, Técnico da Secretaria de Agricultura; Rubens Cardoso, Diretor Técnico da Emater/PA; Luiz Euclides Feio, Supervisor do Banco da Amazônia S.A; Juno Brasil, jornalista e Assessor de Imprensa do Incra/Marabá (SR-27).



Coletiva de imprensa em Marabá/PA, em 1997. Da esquerda para a direita, o superintendente regional do Incra em Belém/PA, Hermes Miranda, o diretor Fundiário do Incra, Luiz Pimenta, e o superintendente do Incra em Marabá, Vitor Hugo da Paixão Melo. Devido à ocupação da sede da Superintendência à época, as reuniões estavam sendo feitas em uma sala alugada em um hotel da cidade. Foto: arquivo pessoal do autor.

Considerando o volume de trabalho e a superação de todas as metas estabelecidas nas programações operacionais, determinei a publicação, em Boletim de Serviço, de elogio a todos os servidores da Superintendência, fato inédito no âmbito do Incra e possivelmente em todo o governo federal, que não tem o salutar costume de premiar aqueles servidores que apresentam desempenho funcional relevante. Em geral, o elogio alcança apenas os chefes. Consideramos que a Superintendência de Marabá estava definitivamente consolidada como a primeira superintendência no interior do Brasil. Muito me orgulha ter participado desses eventos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Após a criação da SR-27, por razões de interesse público naquele momento, esta passou a integrar um projeto de governo capitaneado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário intitulado “Gestão de Áreas Especiais”. Conforme o documento, elaborado por assessores da Presidência do Incra, datado de 6 de abril de 2000, a SR-27 passou a integrar o quadro de áreas de tensão no interior do Brasil, figurando ainda: a Zona da Mata dos estados de Pernambuco e de Alagoas; a região do denominado Polígono Legal (chamado também de Polígono da Maconha), no Médio São Francisco; o Triângulo Mineiro; parte do estado de São Paulo; parte do estado do Paraná; parte do estado do Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal e seu entorno.

Deslocar servidores para o interior do Brasil continua sendo um grande problema para o serviço público federal. No Incra, uma vez que as sedes das superintendências sempre foram instaladas nas capitais dos estados ou próximas a elas, os servidores, de um modo geral, sentem as dificuldades naturais de adaptação às regiões que apresentam todas as dificuldades de infraestrutura social.

Mesmo assim, a partir dos anos 2000, foram criadas a Superintendência no Distrito Federal e Entorno (Goiás e Minas Gerais), a SR-28; a Superintendência com sede em Petrolina e abrangência no estado da Bahia e de Pernambuco, a SR-29; e a Superintendência com sede em Santarém, no Pará, a SR-30. Como vemos, a interiorização da reforma agrária, discutida desde o encontro de planejamento realizado em Belém do Pará, no ano de 1994, coordenado pelo colega Milton Amorim e com minha participação como relator, passou a ser uma realidade.

Hoje, há necessidade de dar mais ênfase à reforma agrária brasileira. Tem-se a ciência de que, à medida que se promove intencionalmente a represagem desta ação, só aumenta a demanda de famílias sem-terra, principalmente na atual crise de desemprego que assola o país. Quando isso ocorre, deve-se utilizar a válvula do campo, que pode gerar produtos alimentares e industriais, com ocupação de mão de obra a custo compatível com a crise instalada. O patriarca da nossa independência, José Bonifácio, já mantinha, entre os pontos a serem implementados no primeiro momento de um governo liberto do jugo dos portugueses, a reforma agrária já!

Quero, por fim, deixar aqui a minha homenagem aos companheiros e amigos Hugo Herédia, Raimundo João Amorim Pereira (in memoriam) e José Vaz Parente, que, por mais de três décadas, lutaram pela organização social e política dos servidores do Incra. Agradeço também a todos os demais companheiros que participaram da resistência em defesa da reforma agrária e do fortalecimento do Incra, dando o suporte para alcançar estes 50 anos. A eles, meu muito obrigado.

Histórias sobre o trabalho do Incra no dia-a-dia

UM GAROTO PARA CHAMAR DE ‘SEU’

NÃ BATISTA

Após algumas horas de viagem no sinuoso e estreito igarapé dos Baêtas, acompanhada de enormes jacarés e encalhando em tapagem de matupás, a equipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) no Amazonas chega ao destino denominado Lago do Baêtas, para mais uma proposta de criação de um novo projeto de assentamento agroextrativista (PAE).

Após vencer a tensão, vem a recompensa: o encantador Lago dos Baêtas. Continua-se a viagem por mais alguns minutos e, nessa hora, se aproveita para exaltar a beleza das águas negras, a vegetação verde que contrastava somente com as flores amarelas e brancas dos ipês, que transbordavam soberbos ao se sentirem mais importantes e belos. As gaivotas nos veem como inimigos e cantam repudiando presenças estranhas. Ao encostar a voadeira à margem esquerda do lago, somos recepcionados por todos os moradores que nos apreciavam com vista privilegiada de cima do barranco.

Quase todos estáticos, apenas observam a nossa chegada. Todos, menos um garoto de mais ou menos sete a oito anos de idade. E que correu, desceu o barranco escorregando na escadaria de barro que estava bastante molhada da chuva da noite anterior. Atolando seus dedinhos dos pés para evitar os tombos, tática aprendida com os mais velhos, foi logo gritando para calar o motor que ainda dava seus últimos gemidos após o sacrifício de viagem.

Pegou a corda da proa da voadeira e perguntou:

— Posso amarrar, ‘Seu’?

— Sim pode. — Imediatamente lhe foi respondido.

Com uma habilidade extrema, o menino apanhou a corda molhada pelos respingos de água e amarrou no tronco da árvore mais próxima.

— Pronto, 'Seu'. Avisou o menino quando o nó estava concluído.

Localizado à margem esquerda do rio Madeira, no município de Manicoré, Baêtas já foi um lugar muito importante, no início do século XX, pois era o único local daqueles interiores onde havia um cartório, que realizava registro de nascimento, certidão de casamento e outros serviços. As pessoas viajavam dias para fazer esses serviços.

As pessoas dali produzem farinhas de qualidade e bastante concorridas no mercado. Os receios são os compradores do produto. Porém, a maior economia do lugar é a pesca, tornando-a o produto mais valioso do local.

Visualmente, é um local espetacular, onde a natureza foi generosa. A visão de cima do barranco nos mostra que Deus caprichou ao fazer aquele lugar. Era época de cheia e as águas negras subiam até perto dos jirais das casas, deixando os troncos das árvores submersos, ficando apenas suas copas, que servem de trampolim natural para os meninos peraltas demonstrarem suas habilidades nos saltos ornamentais.

As águas do famoso lago estão sempre em movimento, devido ao grande fluxo de barcos-rabetas, bordando as águas e criando uma imagem indecifrável, como uma tela de pintura moderna. O lugar inspira romantismo e paixões inexplicáveis. Conta-se, na região, a história de um jovem casal, que, após dois anos de casamento, a esposa viajou para Porto Velho, em Rondônia, e não voltou mais.



*Viagem para entrega de crédito fomento e alimentação no Lago do Baêtas, no município de Manicoré/AM.
Foto: arquivo pessoal do autor.*

O marido enlouqueceu e passou oito anos construindo um barco de quinze metros, totalmente de gravetos, para ir buscar e trazer de volta seu grande amor – o que nunca aconteceu. O barco, ao adentrar na água, afundou e levou para os fundos dos Baêtas a esperança de reconciliação. Fora literalmente por água abaixo, um drama sem final feliz.

Aquele termo, “Seu”, é incomum para a equipe, ainda mais com membros de locais diferentes. Rapidamente o menino foi indagado:

— Por que chama todo mundo de ‘Seu’?

E ele prontamente respondeu:

— Quando não sabemos o nome da pessoa, chamamos de ‘Seu’. E como vocês não sabem o meu nome, podem me chamar de ‘Seu’ também, assim fica mais fácil.

Que belo ensinamento aquela criança deu à toda equipe. Dessa forma, não havia preocupação em decorar o nome das pessoas daquela região. Todos se tratam por ‘seu’, crianças e adultos. Foi decidido por unanimidade que ‘Seu’, o menino, seria o guia da equipe na comunidade. Antes da reunião de trabalho, apreciamos um café na casa do presidente da comunidade, que todos chamam de ‘Seu’.

O café foi servido na cozinha de uma casa extremamente comprida, com um corredor que termina no início de uma passarela, que eles chamam de passagem. Um pouco de precaução não faz mal a ninguém. É preciso ter cuidado ao pisar nas tábuas aparentemente soltas.

Café com gosto de “café da vovó”. Tipicamente um café regional, mas nosso guia, o ‘Seu’, não quis e alguém perguntou:

— Você não gosta de café?

E ele respondeu:

— Não. Eu gosto é de bombom.

Um membro da equipe falou:

— Qual o seu time, ‘Seu’?

Imediatamente ele respondeu:

— Sou Flamengo, ‘Seu’.

— Lhe dou dez reais para comprar bombom se você mudar para o Vasco.

— Mudo na hora, ‘Seu’.

Respondeu o garoto com olhos brilhantes.

Ao receber o dinheiro, ‘Seu’ saiu em disparada para o único e pequeno comércio da comunidade. Em poucos minutos, ‘Seu’ retorna com os bolsos cheios de bombom, e afirmando que agora era vascaíno. Alguns minutos mais tarde, começou a reunião para a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Baêtas (PAE Baêtas). Os membros da equipe compuseram a mesa e, em uma cadeira ao lado, nosso guia sentou-se como se fosse autoridade. ‘Seu’, no alto de seus oito anos, depois confirmado pelo seu pai, era o astro do evento.



Pintura do menino, feita pelo autor Nã Batista.

O ‘Seu’ chupava um bombom após o outro. Alguém, em tom de brincadeira fala:

— Acho que vamos levar nosso guia para Manaus para tomar remédio para vermes.

— Você vai, ‘Seu’?

— Na hora, ‘Seu’; respondeu o menino sem pensar.

‘Seu’ transbordava alegria e felicidade de criança. Vivia com sua avó, em uma casa simples, sem quaisquer confortos, na vida pacata de um menino nascido e criado no beiradão. Seu passatempo predileto era jogar uma pelada no campinho de grama castigada da comunidade e pular nas águas escuras do lago dos Baêtas.

Após a reunião, com aprovação da criação do PAE Baêtas, todos se direcionaram para o almoço – jatuarana assada na folha de bananeira, acompanhada da famosa farinha do Baêtas, uma delícia para os visitantes. O ‘Seu’ não quis almoçar, segundo ele já não aguentava mais comer peixe, queria mesmo era “conserva” e logo providenciaram uma lata para aquele menino, que por alguns momentos teve uma vida de príncipe. Toda equipe gostou dele, pois se percebia o bom menino que ele era.

Após o almoço, era hora de partir. A cidade de Manicoré está a três horas e meia, numa lancha rápida. A maior preocupação era a tempestade do final da tarde. Tempestades no rio Madeira, em época de cheia, eram um perigo iminente. Principalmente ao anoitecer. É mais prudente evitar viajar nesse horário, principalmente em barcos pequenos.

Todos estavam prontos para a partida. As pessoas da comunidade já estavam saudosas, porém o menino, o ‘Seu’, estava muito triste e ainda chupava seus últimos bombons. E, ao ganhar mais alguns reais, ficou feliz e saiu correndo para o pequeno comércio.

Todos já estavam se despedindo quando ‘Seu’, com os bolsos cheios de bombons, novamente ao ver a equipe, corre para desamarrar o nó que ele mesmo havia feito. Joga a corda para dentro do barco e todos se despedem daquele garoto maravilhoso, cheio de vida e feliz com o pouco que tinha.

Quando alguém pergunta em forma de despedida:

— ‘Seu’, qual é mesmo seu time?

Ele sem cerimônia nenhuma, responde:

— Eu sou vascaíno, mas eu gosto mesmo é do Flamengo...

Todos sorriem e partem para a sede do município, a Terra da Melancia, deixando para trás aquele menino esperto, que ensinou às pessoas da equipe do Inkra que a simplicidade é a forma mais verdadeira de conquistar o ser humano.

O ‘Seu’ ficou em seu mundo, mas deixou um ensinamento que “ninguém compra ninguém, pois a confiança é conquistada”. O mundo do ‘Seu’ não será mais o mesmo depois da visita do Inkra. Seus pais e outras famílias da comunidade terão direitos às políticas públicas do governo federal, como créditos fomento, alimentação e habitação, auxílio-doença, auxílio-natalidade, além do mais importante, o direito à aposentadoria como agricultores – sem precisar mendigar atrás de antigos seringalistas para lhes dar uma declaração que lhes prestaram serviço a vida toda, uma verdadeira humilhação.

‘Seu’ ensinou também que, quando não se sabe o nome de alguém, esse pode ser chamado de ‘Seu’. E quando alguém lhe chama de ‘Seu’ é porque a pessoa não sabe seu nome. Dessa forma, é melhor lhe chamar de ‘Seu’ do que chamar o nome errado.

PASSANDO O INCRA A LIMPO

JULIO LIZÁRRAGA RAMÍREZ

Em outubro de 1980, eu passava férias em Roma, na Itália. O hotel em que estava hospedado ficava a meia quadra da sede da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

Um dia, fui até lá para conhecer e, se possível, conversar com alguns conhecidos que prestavam serviços a essa organização, mas não sabia em que setor poderia encontrá-los. Na recepção, ao me identificar, disse que gostaria de conversar com algum técnico brasileiro que trabalhasse como assessor de programas de reforma agrária na América Latina, porque eu trabalhava com reforma agrária no Brasil, junto a uma instituição chamada Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). De imediato, a recepcionista me encaminhou para a Divisão de Capacitação em Reforma Agrária, com uma papeleta dirigida à secretária da tal Divisão. Para minha surpresa, o chefe da Divisão tinha sido meu professor na Escola Nacional de Agronomia (ENA), da Universidade Rural do Brasil/RJ. Tratava-se do professor Petzval O. da Cruz Lemos. Ele, muito cordial, embora não se lembrasse de mim, atendeu-me e conversamos um pouco sobre os tempos da ENA. Ele também era engenheiro agrônomo, especialista em solos.

O meu objetivo era obter novidades sobre reforma agrária na América Latina e na África, nos últimos 10 anos – principalmente descritas em documentos, publicações, revista e outros materiais, que inclusive eu pudesse adquiri-los. Nesse sentido, indaguei sobre a existência e possibilidade de obtê-los. O professor Petzval me disse que a grande novidade sobre reforma agrária na última década era

um documento produzido no Brasil e me mostrou a publicação em espanhol denominada: *Metodologia para la Programacion Operacional de Projectos de Asentamientos Rurales*. Quando olhei o documento, eu disse: "Esse documento eu o conheço muito bem, porque sou um dos autores da sua produção". Ele, de imediato, olhou a contracapa e viu que meu nome constava como coautor e exclamou: "Parabéns pela coautoria deste documento, que hoje está nos servindo como guia para a capacitação de técnicos em diversos países do mundo. Inclusive, o documento foi traduzido ao espanhol, italiano, francês e inglês. Houve uma tiragem de apenas dois mil exemplares, que, infelizmente, estava esgotada e, quem tem um exemplar, o guarda como relíquia. Nós brasileiros estamos orgulhosos por este trabalho" e complementou: "Gostaria de compartilhar a minha alegria de ter a sua visita com mais brasileiros que trabalham nesta Divisão". E chamou três técnicos brasileiros. Entre eles, estava Ivan Ribeiro, que posteriormente trabalhou no Incra em 1986 e veio a falecer no acidente aéreo no ano de 1987 (que vitimou também o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, o então presidente do Incra, José Eduardo Raduan, e outros). Também estiveram presentes Carlos Alberto dos Santos (médico veterinário, contemporâneo e amigo dos tempos da Universidade Rural do Brasil) e a socióloga acreana Tereza Maia Rocha.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA											
ESTRUTURA DA PROGRAMAÇÃO DAS OPERAÇÕES EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE AGRICULTORES											
UNIDADES DE TRABALHO		SUBUNIDADES DE TRABALHO		P R O G R A M A S			ATIVIDADES ESTRATÉGICAS				
N O M E	OBJETIVOS	N O M E	OBJETIVOS	Nº	N O M E	NATUREZA	Nº	N O M E			
ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA	DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA DAS TERRAS E DELIMITAÇÃO E LOCAÇÃO DOS ELEMENTOS REPRESENTATIVOS DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA DAS TERRAS PARA POSTERIOR ALIENAÇÃO	1	DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS	EXECUÇÃO DETERMINADA	1.1	OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS			
							1.2	AVALIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS			
							1.3	TITULAÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA			
	REPRESENTATIVOS DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	TOPOGRAFIA	DELIMITAÇÃO E LOCAÇÃO DOS ELEMENTOS REPRESENTATIVOS DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	2	ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	EXECUÇÃO DETERMINADA	2.1	LOCAÇÃO DOS ELEMENTOS FÍSICOS DO PROJETO			
							2.2	DEMARCAÇÃO DAS PARCELAS			
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS DA COMUNIDADE	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	3	ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO	EXECUÇÃO DETERMINADA	3.1	INSTALAÇÕES			
							3.2	APARELHAMENTO ADMINISTRATIVO			
							3.3	SISTEMA DE FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO			
							3.4	INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL			
							4.1	INDICAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO OU SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS			
							4.2	LOCALIZAÇÃO			
							4.3	SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL			
							4.4	TREINAMENTO			
							7.1	LEVANTAMENTOS PRELIMINARES			
							7.2	EQUIPAMENTOS			
						7.3	ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DIDÁTICO				
						7.4	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA				
						8.1	LEVANTAMENTOS PRELIMINARES				
						8.2	ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO				
						8.3	IMPLANTAÇÃO DO PLANO				
						9.1	LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES				
						9.2	EXECUÇÃO DE OBRAS				
						5.1	DEFINIÇÃO E ESTABELECIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS				
						5.2	ASSESSORIA TÉCNICA				
						6.1	TRABALHOS PRELIMINAR				
						6.2	IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA				
						10.1	LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES				
						10.2	CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA				
						10.3	INSTALAÇÃO DA EMPRESA				
						11.1	LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES				
						11.2	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CRÉDITO RURAL				
						12.1	LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES				
						12.2	EQUIPAMENTOS				

Matriz do documento *Metodologia para a Programação Operacional de Projetos de Assentamentos Rurais*.
A foto é cópia do original.
Arte: Kássio Borba.

Foi uma conversa bastante animada. Eles não mediram esforços para elogiar o trabalho e reconhecer que o Incra contava com profissionais competentes e capazes de produzir um documento de tamanha envergadura, que estava contribuindo com a implementação da reforma agrária na América Latina, no Caribe e na África. Durante o decorrer da conversa, surgiu a ideia de que eu pudesse fazer uma palestra, em espanhol, desde que tivesse tempo disponível, já que eu estava de férias, para um grupo de 25 a 30 técnicos da FAO. A ideia era contar o histórico do processo de produção do documento e a sua aplicação desde a publicação em 1971 até 1985, com os possíveis entraves e respectivas soluções. Eu concordei e a palestra foi marcada para o dia seguinte.

Na noite do mesmo dia, preparei um Álbum Seriado, na época não existia o Power Point. Comprei 20 lâminas de cartolina e quatro pincéis atômicos e, com o auxílio da minha esposa, preparei a palestra, conforme solicitado. Na hora marcada, eu estava presente na Divisão de Capacitação, conforme combinado, mas a reunião havia sido transferida para o auditório central da FAO. Isso mesmo! Lá onde se realizam as conferências mundiais da FAO. Inicialmente fiquei preocupado, porque o número de pessoas assistindo poderia ser muito maior que o previsto – e realmente foi. Eram mais de 150 pessoas, dada a importância que o tema despertara entre os técnicos das várias áreas, entre elas: educação, saúde, moradia, organização social etc, bem como a boa divulgação interna na FAO. A palestra começou pontualmente, na hora marcada. O professor Ptezval abriu o evento me apresentando. Ele enfatizou que eu era um dos autores da Metodologia e que esta estava em pleno uso no Brasil e muitos países pelo mundo. Disse ainda que aquela era a oportunidade de conhecer como surgiu e como foi elaborado esse documento, tão bem sistematizado, pois era uma verdadeira receita de como implantar assentamentos de agricultores em áreas de reforma agrária e colonização.

Com o auxílio do Álbum Seriado, comecei a palestra inicialmente falando do Incra – sua missão, estrutura organizacional, representação nos estados, funções das diretorias e os trabalhos que vinham sendo feitos nas várias áreas. Isso de forma muito resumida, pois o tempo previsto para palestra era de 60 minutos e 30 minutos para perguntas e respostas.

Após esta introdução, passei a falar sobre a elaboração da Metodologia, justificando que, segundo a Lei (Estatuto da Terra), todo assentamento antes de ser implementado teria que possuir um projeto técnico e que, no Brasil, esse procedimento se tornava muito oneroso e moroso. Mesmo porque, na época, não existiam empresas de planejamento especializadas nesse tema. Exemplifiquei que os Projetos de Assentamento de Papucáia, no estado do Rio de Janeiro, Caxangá, em Pernambuco, e Alexandre Gusmão, em Brasília, foram elaborados, após Concorrência Pública Internacional, por uma empresa argentina ganhadora chamada Escritório Técnico Argentino Solaris (ETA Solaris S.A.), sendo o tempo gasto para elaboração de mais de 2 anos.

Esse fato fez com que se procurassem procedimentos menos onerosos, mais práticos e de execução imediata e que tivessem também a participação dos beneficiários, das prefeituras municipais, dos órgãos estaduais e federais nas suas respectivas áreas de atuação. Nesse sentido, em dezembro de 1968, o diretor da Diretoria de Projetos e Operações do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), engenheiro agrônomo Dryden Castor Arezzo, mentor da proposta metodológica, organizou uma equipe interdisciplinar para orientar a implantação de um assentamento com 1.200 agricultores no distrito de Mundo Novo, no município de Iguatemi (hoje Mato Grosso do Sul) denominado Projeto de Assentamento Iguatemi.

Em janeiro de 1969, ainda no Ibra, deu-se o início da implantação do Projeto a partir de uma tentativa de programação operacional em que estava prevista a realização de 12 atividades típicas, integradas e dependentes, assim organizadas: 1) Obtenção dos recursos fundiários: incluindo as

formas de aquisição; 2) Organização territorial: incluindo a elaboração do plano de loteamento, contendo as unidades de produção, previsão das vias de comunicação, localização dos centros urbanos e diversos equipamentos comunitários; 3) Administração do Projeto: prevendo o mínimo de pessoal técnico e de apoio necessários para implantação do projeto, incluindo a participação dos assentados; 4) Assentamento dos agricultores: que prevê a seleção e a localização dos agricultores em seus respectivos lotes, bem como a organização social dos mesmos; 5) Unidades agrícolas: que contém a previsão das atividades agrícolas a serem realizadas e respectivo plano de assistência técnica; 6) Infraestrutura física: contendo a abertura de estradas dentro do projeto; 7) Educação: contendo o plano de educação e construção de escolas isoladas; 8) Saúde: prevendo o plano de saúde para os assentados; 9) Habitação: indicando o plano para construção de moradias dos beneficiários; 10) Empresa cooperativa: prevendo a organização e instalação de cooperativa dos assentados; 11) Crédito: prevendo as necessidades e tipos de crédito necessários para o desenvolvimento das atividades agrícolas dentro do projeto e 12) Comercialização: contendo o plano de comercialização dos produtos obtidos pelos assentados. Estas 12 atividades foram organizadas na metodologia com o nome de programas.

A realização das ações inerentes a cada programa foi registrada minuciosamente e avaliadas as suas alternativas de melhor execução para serem sistematizadas e organizadas em forma de procedimentos mais adequados e, finalmente, organizadas em forma de uma Metodologia. Dessa forma, cada programa prevê as atividades estratégicas, com as respectivas tarefas essenciais e a sistemática de ação, ou seja, como executar.

A palestra durou aproximadamente 70 minutos e, em seguida, começou uma verdadeira avalanche de perguntas. Felizmente, eu estava preparado e respondi com argumentos sólidos. A palestra teve que ser suspensa, pois havia transcorrido mais de 3 horas desde o início e o auditório estava reservado para a realização de um outro evento. Os organizadores da palestra, bem como muitos participantes, não pouparam elogios ao Incra e seus técnicos pelo documento produzido em forma de Metodologia e a sua utilização de forma prática.

O aspecto que mais chamou a atenção do público, objeto de inúmeras perguntas, foi que no programa 4) Assentamento dos agricultores, estava prevista a indução para que os assentados se organizassem em grupos de vizinhança, em torno de 10 famílias, o que foi denominada de Unidades Agrárias de Trabalho e Produção (UATP). Na UATP, cada membro assumiria um papel perante o grupo. Desta forma, todos teriam funções em benefício de todos. Assim, eram eleitos pelo grupo as seguintes funções: encarregado de Comunicação, cuja função era servir como vínculo de comunicações entre a UATP e a administração do Projeto, ao mesmo tempo era responsável pelas reuniões do grupo e veiculador de avisos e informações; encarregado de Agricultura, responsável pelo acompanhamento dos planos agrícolas dos membros da UATP e, ao mesmo tempo, pelo levantamento das necessidades de insumos para as atividades, comunicação à administração do projeto, por meio do encarregado de Comunicação, das necessidades de assistência técnica, bem como da estimativa de produção a ser obtida etc.; encarregado de Infraestrutura, responsável pelo acompanhamento da estrada de serventia aos lotes afetos à UATP, promoção de mutirões para sua conservação e solicitação de serviços da administração em caso de problemas mais sérios; encarregado de Saúde, responsável pelo monitoramento do estado de saúde do grupo e incentivo à utilização de práticas de boa alimentação e participação em campanhas de prevenção de doenças; encarregado de Educação, responsável pelo estímulo para a frequência escolar, promoção de mutirões para manutenção dos prédios escolares e incentivo para a instalação de hortas escolares; encarregado de Crédito, responsável pelo levantamento das necessidades de crédito e fiscalização da sua aplicação;

encarregado de Habitação, responsável pela organização de mutirões para construção de casas e complementos como hortas, pomares e criação de animais para suprir as necessidades alimentares dos assentados; encarregado de Cooperativa, responsável pela manutenção do funcionamento das UATP e representante da unidade junto à Cooperativa, principalmente nas épocas de comercialização da produção; encarregado de Ocupação, responsável pelo controle da ocupação dos lotes, de modo a evitar invasões e também desmatamentos indevidos.

Além destes encarregados, havia um representante eleito a cada 10 UATPs, para atuar no Conselho do Projeto. Este Conselho estava formado por representantes do Incra, da Prefeitura Municipal, de outras entidades e os representantes dos assentados eleitos pelas UATP. As funções do Conselho eram acompanhar a execução do assentamento, o planejamento das ações e orçamento para o ano civil vindouro até a consolidação e emancipação do projeto.

A organização social dos assentados, no caso do Projeto Iguatemi, onde se construiu a Metodologia, foi a atividade de suma importância, pois facilitou a implementação dele. Isso, tendo em vista a intensa participação dos assentados, da Prefeitura Municipal, dos diversos setores do governo estadual, dos responsáveis locais pela Comissão da Faixa de Fronteira e, claro, o engajamento dos servidores do Incra lotados para a implantação e desenvolvimento do Projeto.

Durante muitos anos, recebi correspondências de técnicos da FAO, solicitando informações e esclarecimentos sobre a Metodologia, assim como visitas para entrevistas e depoimentos para mestrandos e doutorandos de vários estados brasileiros e de outros países como: Espanha, Itália, Equador, Paraguai e da África: Vinte anos depois, em setembro de 2000, já aposentado, fui convidado pela FAO para prestar uma consultoria junto ao governo de São Tomé e Príncipe, na África, para treinar, em serviço, 25 técnicos de diversas formações acadêmicas para aplicar a dita Metodologia, que o Incra havia deixado de usar a partir de 1985.

Esta Metodologia foi elaborada no decorrer dos anos 1968 a 1969, ainda no Ibra, e publicada em 1971, pelo Incra. Cópia do documento pode ser encontrada na Biblioteca do Incra, eu também possuo um exemplar. Equipe técnica interdisciplinar: Dryden Castro Arezzo (engenheiro agrônomo e economista), mentor e coordenador do processo de construção da Metodologia; Osmar Fávero (pedagogo), Bernardes Martins Lindoso (sociólogo); Julio Lizárraga Ramírez (engenheiro agrônomo), Bencion Tiomny (arquiteto); Mauro Fonseca Pinto Nogueira (advogado); Maria Pelegrini (técnica em Educação); Cleso Gomes de Oliveira (arquiteto); Hugo Garboggini (engenheiro cartógrafo). Contou, ainda, com a participação como revisores: Virgínia Santos Leporace (assistente social), Ingrid Moraes Neves (geógrafa) e Tânia Antunes do Valle (assistente social).

BATISMO NA LAGOA VAPABUÇU

ANTÔNIO CELSO ALVES DE FARIA

Minha primeira viagem pelo Incra aconteceu uma semana após minha posse como servidor no órgão, ocorrida em julho de 2005. Na primeira quinta-feira em que estava ali trabalhando, à tardinha, fui informado que faria parte de uma equipe técnica, para finalização de uma vistoria de avaliação de um imóvel, de nome Fazenda Cachoeira Grande, no município de Santa Maria do Suaçuí/MG, na região do Vale do Rio Doce, que aconteceria na semana seguinte. O serviço seria para complementar uma vistoria feita anteriormente, em virtude de que uma gleba da propriedade, matriculada em outro registro no cartório de registro de imóveis, não havia sido considerada no trabalho anterior.

Parti para missão com muito entusiasmo e uma certa apreensão também. Já sendo um homem maduro, com experiências em outras empresas e em consultorias agropecuárias e ambientais, e sendo pequeno produtor rural, como me comportaria como servidor público? Conseguiria transferir aos assentados da reforma agrária, um público reconhecidamente dos mais carentes e necessitados da população brasileira, conhecimentos e experiências acumulados ao longo de minha vida? Saberria me posicionar frente às demandas que me seriam apresentadas? Sabia que só o tempo traria respostas a esses questionamentos e firmei posição de que teria sempre um comportamento proativo para com minha nova atividade, até mesmo porque, quando me propus a prestar concurso público, tinha opções de vagas em vários órgãos e me defini pelo Incra, pela maior afinidade que sempre tive para com as ações desse órgão.

Saímos na segunda-feira, depois do almoço. A viagem não seria muito longa, para começarmos o serviço na terça, com previsão de que retornaríamos para casa na sexta-feira ou no sábado. Chegando à fazenda, fizemos um reconhecimento geral da área, dos limites da propriedade, do relevo, estradas internas, cursos d'água e partimos para o levantamento na área nova, motivo pelo qual estávamos ali. Fomos muito bem recebidos pelos funcionários da fazenda, que já sabiam previamente de nossa chegada.

Nosso trabalho seguiu tranquilo e me senti confortável no que tive de ver, entender, fazer e definir, tendo sido muito bem acolhido e orientado pelos demais membros da equipe técnica, que já possuíam experiência na atividade. Tendo concluído o levantamento da nova área, que estava sendo anexada à vistoria, partimos para algumas verificações na área que já havia sido levantada, quando nos deparamos com uma belíssima lagoa, de grande extensão, formada naturalmente em uma depressão do terreno.

A “Lagoa Vapabuçu”, de cerca de 120 hectares de lâmina d'água, cujo nome na língua tupi significa “lagoa grande”, fica logo atrás da casa sede, está totalmente inserida no território da Fazenda Cachoeira Grande e tem um componente histórico de muita relevância na região, no estado de Minas Gerais e no próprio país. Dizem os historiadores que, durante uma viagem para o Norte de Minas, para capturar índios para trabalhar na mineração de ouro e pedras preciosas, o bandeirante Fernão Dias Pais Leme pernitoou às margens dessa lagoa e ali teria achado esmeraldas. Também segundo historiadores, nas suas margens, Fernão Dias teria contraído uma febre e se deslumbrado com a Serra Resplandecente, hoje chamada Serra do Cruzeiro, que, ao entardecer, reflete os raios solares, promovendo um belo visual. Ainda de acordo com historiadores, Fernão Dias teria falecido lá mesmo.

Terminadas as análises pertinentes, fui à Fazenda Cachoeira Grande desapropriada e nela foram implantados dois projetos de assentamento, denominados PA Ira Aguiar e PA Padre Josino. Algumas semanas após o término de nosso serviço na Fazenda Cachoeira Grande, em uma visita a minha mãe, já de idade bem avançada, falei para uma turma de parentes e amigos, na qual minha mãe estava, que havia feito uma viagem a serviço e que conheci a Lagoa Vapabuçu. A velhinha levantou os olhos, meio espantada, e, com sua vozinha fraca, disse: “Nas margens dessa lagoa morreu o bandeirante Fernão Dias Pais Leme, quando procurava esmeraldas; dizem alguns que assassinado por um filho natural que ele tinha, meio índio; dizem outros que pela febre amarela”. Perguntei a ela: “Como a senhora sabe disso?”, ao que ela respondeu: “Estudei isso no grupo escolar, ainda criança, e já li reportagem que falava sobre isso”. Fiquei impressionado: como a memória de minha mãe, que teve apenas o ensino primário, depois de tantos anos, conseguia buscar uma passagem histórica, que eu nem sabia antes de ter contato com aquela lagoa?

Depois, a sós comigo, ela quis saber mais detalhes da lagoa, se era mesmo grande e bonita, se realmente teria esmeraldas na região. Respondi que era muito bonita a lagoa, bem grande, situada numa baixada por entre morros cônicos. Falei também que os moradores da região disseram que não seriam esmeraldas e sim, outra pedra semelhante, sem valor financeiro, que tem ainda hoje por lá. Na região existem muitos mineradores extraindo cristais, o que chega até a provocar certo impacto ambiental, pelos sulcos e buracos feitos no solo de relevo ondulado.

Minha primeira participação em atividades técnicas do Incra foi muito produtiva, proveitosa e adequada à minha iniciação no órgão, por me ter demonstrado grande parte das tarefas e rotinas que são aplicadas e desenvolvidas no Instituto e por ter sido realizada em um imóvel que acabou sendo incorporado ao Programa de Reforma Agrária. Ademais, a existência, no território desse imóvel, de uma bela lagoa natural, que possui uma referência histórica de relevância nacional, para mim foi um diferencial a mais, de cunho pessoal de grande valor, por, coincidentemente, essa lagoa fazer parte da iluminada memória de minha mãe, ainda que apenas em sua imaginação.

Assim se deu meu batismo nas atividades que passei a fazer pelo Incra: nas águas da Lagoa Vapabuçu, metaforicamente falando.



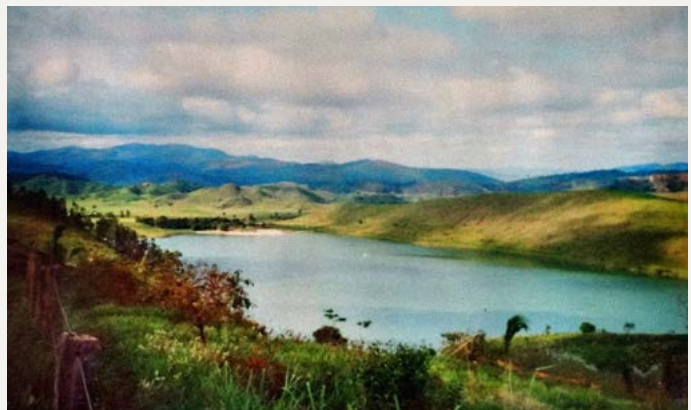
*Casa sede da Fazenda Cachoeira Grande, no município de Santa Maria do Suaçuí/MG.
Foto: arquivo pessoal do autor.*

*Vista da Lagoa Vapabuçu.
Foto: arquivo pessoal do autor.*



*Vista da Lagoa Vapabuçu.
Foto: arquivo pessoal do autor.*

*Detalhe da Lagoa Vapabuçu. Ao fundo, a sede da Fazenda Cachoeira Grande.
Foto: arquivo pessoal do autor.*



AH, COMO ERA A NOSSA BUROCRACIA!

JULIO LIZÁRRAGA RAMÍREZ

Neste texto, relataremos quatro fatos marcantes que evidenciam as dificuldades para conseguir atingir a realização de determinadas ações, tendo em vista o excesso de centralismo de decisões, por parte dos órgãos centrais do Incra, somado ao precário sistema de comunicações disponível no período em que eles ocorreram, o que permitia e favorecia a prática da burocracia.

Pintos de um dia

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Una – localizado no município de Una, no estado da Bahia –, em 1971 previu na sua Programação Operacional anual a atividade de produção de pintos de um dia. Esta atividade seria conduzida por um grupo de assentados no Projeto e a produção de pintos seria vendida após um dia de nascidos.

O administrador do Projeto Una, engenheiro agrônomo Marcelo Miranda, sabedor do processo burocrático dentro da instituição, oito dias antes da previsão do nascimento dos pintos, fez um telegrama dirigido ao coordenador do Incra em Salvador, Bahia, João Mendonça de Amorim, solicitando autorização para a venda dos pintos que iam nascer. O coordenador, ao receber o telegrama, mandou formalizar um processo e despachou para o coordenador adjunto. Este, ao receber o processo, encaminhou ao chefe da Divisão de Assentamento, que, por sua vez, encaminhou ao chefe da Seção de Projetos, e este encaminhou ao técnico responsável pelo acompanhamento das programações operacionais. Este técnico levou poucas horas para analisar o pedido e comparar com a Programação Operacional

(PO), após a qual concluiu que a solicitação procedia e que a atividade estava programada e, no parecer dele, o pedido deveria ser atendido com a devida chancela do coordenador.

O processo, com o parecer do técnico, voltou ao coordenador do Incra na Bahia, pelo mesmo caminho que percorreu até chegar ao técnico que analisou o pedido. O coordenador, ao receber o processo, verificou que ele não tinha competência para autorizar o pedido e o encaminhou ao Departamento de Projetos e Operações do Incra, para o engenheiro agrônomo Hélio Palma, no Rio de Janeiro, solicitando a devida autorização, com urgência, conforme solicitação do administrador do PIC UNA/BA e parecer favorável do técnico da DP/BA.

O diretor do Departamento encaminhou o processo para o assistente geral, que, por sua vez, o enviou ao chefe da Divisão de Promoção Agrária. Este despachou o processo para a Seção de Assistência Técnica, que, por sua vez, o distribuiu para o técnico responsável pelo assunto em tela. O veterinário lotado na Seção, ao analisar o processo, deu logo seu parecer em caráter de urgência, concordando com o pedido do administrador do PIC UNA/BA e sugerindo a imediata autorização da venda dos pintos de um dia.

O processo, que a estas alturas já estava volumoso com laudas contendo aos velhos e conhecidos “AO”, “AO”, “AO”, “AO”, voltou ao diretor do Departamento, pela mesma tramitação que teve até chegar ao técnico da Seção de Assistência Técnica, quem finalmente deu a autorização para venda dos pintos de um dia do projeto UNA/BA, conforme parecer do médico veterinário e os “de acordo” de todos os chefes, assistentes e assessores por onde passou o processo.

A respectiva autorização chegou à Coordenação do Incra/BA, via malote, e depois encaminhada ao projeto UNA. O administrador recebeu com muita festa, embora que não serviria mais, pois os pintos já haviam se transformado em belíssimos galos galantes e formosas galinhas, tendo em vista que a autorização para a venda dos pintos de um dia demorou nada menos que 6 meses.

O processo que tramitou 25 anos

Outro processo que tramitou dentro do Incra, mais precisamente no Departamento de Projetos e Operações, foi um que teve sua origem no Ministério da Agricultura e tramitava há 25 anos. O diretor do Departamento de Projetos e Operações do Incra, Hélio Palma de Arruda, era funcionário do Ministério da Agricultura e, como engenheiro agrônomo, havia participado de uma campanha para erradicação de cítricos no Paraná, em 1947, para combater a terrível doença que era o “cancro cítrico” e, por esta razão, foi encaminhado ao seu Departamento um processo que tratava sobre esse assunto, para análise e providências – embora o assunto não tivesse a menor relação com as atividades do Incra.

O processo, após fazer um longo percurso burocrático – passando de chefe para chefe, assistentes e assessores –, chegou até minhas mãos, em 1972, com o já conhecido jargão: “ao técnico Júlio Ramírez, para análise, parecer conclusivo e providências”. De posse do processo, que era composto de vários volumes, eu, com a ajuda dos outros técnicos da sala, em que estávamos “congelados”, fizemos uma ficha técnica de tudo. Para realizar esta tarefa, demoramos uma semana, porque as primeiras páginas do processo estavam ilegíveis, pelo tempo e pela tramitação por vários setores do Ministério da Agricultura e do estado do Paraná.



Foto ilustrativa de como eram os processos físicos utilizados por órgãos como o Inbra.
O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) atualmente utilizado só foi implantado no Inbra a partir de 2017.
Imagem: divulgação.

A ficha técnica do processo era a seguinte:

- 1 - Origem do processo: Delegacia da Agricultura/PR- 08/1947;
- 2 - Interessado: Sebastião Gomes de Figueiredo;
- 3 - Número do processo: DA/PR001 659/1947;
- 4 - Assunto: o interessado solicita a não erradicação de 16 pés de cítricos localizados no quintal da sua residência, localizada na Avenida 7 de Setembro, nº 234, na cidade de Maringá/PR;
- 5 - N° de páginas do processo: 18.341;
- 6 - N° de pareceres: 9.788;
- 7 - N° de despachos: 7.348;
- 8 - Quilômetros percorridos: 46.750 (somente Curitiba / Brasília foram 10 vezes, ida e volta por avião);
- 9 - Tempo de tramitação do processo: 25 anos, 4 meses e 9 dias;
- 10 - N° de volumes: 9.

Pela ficha, já deu para entender que Seu Sebastião, em 1947, fizera um pedido para não erradicarem os 16 pés de laranjeiras que havia plantado nos fundos da sua casa, pois ele argumentava que esses cítricos estavam muito bem cuidados e não havia o risco de contrair o Cancro Cítrico e representavam o sustento dele e sua família. Aliás, ele citava que um vizinho seu conseguira esse benefício.

Os pareceres apensos no processo eram verdadeiras teses sobre a doença, ao mesmo tempo em que os autores se digladiavam em verdadeiros duelos científicos. Não faltavam os pareceres de cunho e apelo social, que aumentava de maneira contundente a polêmica sobre o caso e a decisão de erradicar ou não os 16 pés de laranjeira.

Após muitos dias de leitura e deleite dos pareceres, nos ocorreu a providência de localizar o Seu Sebastião, no endereço constante do processo. Para isso, contamos com a participação da Unidade Municipal de Cadastro, que tinha muita ligação com o Departamento de Cadastro e Tributação do Incra/PR. A resposta do paradeiro do Seu Sebastião veio rápido. O telex com a resposta à pesquisa dizia o seguinte: “Em resposta à diligência solicitada por V.Sa. temos a informar que: no endereço indicado, não mora o sr. Sebastião Gomes de Figueiredo. No local existe um prédio de 13 andares, edificado há mais de 15 anos e não constatamos registro de proprietário de apartamento ou loja comercial em nome do cidadão acima citado. SDS, UCM/Maringá/PR”.

Diante dessa constatação e anexando o telex ao processo, opinamos pelo arquivamento do mesmo e, se possível, pela incineração do documento na Praça dos Três Poderes, em Brasília, em ato público, como sinal de “Queima da Burocracia”. O processo não foi incinerado, mas fiquei sabendo que este processo levou mais de 3 anos para ser microfilmado e arquivado.

Deus sempre esteve conosco

O secretário de Finanças do Incra, sr. José Américo Ventura, em 1973, devolveu um processo de prestação de contas do PIC Iguatemi/MS, referente à abertura de poços tubulares para abastecimento de água nas casas dos assentados. Condição ele a liberação de recursos para este fim, desde que se respondam os seguintes questionamentos: 1 - O que é empreitada?; 2 - Os poços têm seguro de vida?; 3 - Em caso de acidentes, qual o procedimento adotado ou a adotar pela Administração do Projeto?

Ao recebermos o processo, o responsável pelo Setor de Finanças do Projeto, o capitão Chuchu (era o nome dele), o engenheiro civil Laercio Nunes e eu redigimos as respostas sem muito discurso, da seguinte forma:

- 1 - Empreitada: É uma modalidade de contratação de serviços realizada por pessoa física e pago quando o contratado apresentar o produto previamente acordado. Por exemplo, se contrata uma pessoa para abrir um poço, esta pessoa (poceiro) recebe o pagamento quando o poço estiver aberto e com água em condições de ser utilizada;
- 2 - Seguro de vida para poceiros: Na região onde está localizado o projeto, não existem empresas ou seguradoras que possam fazer seguros de vida ou contra acidentes pessoais, mesmo porque aqui é o fim do Brasil, estamos na fronteira com o Paraguai;
- 3 - Em caso de acidentes, qual seria o nosso procedimento: Esta possibilidade não aconteceu, pois Deus sempre esteve conosco.

Diante das nossas explicações, o saudoso dr. José Américo Ventura nos enviou um radiograma, aceitando nossos esclarecimentos, parabenizando pelas respostas espirituosas e liberando os recursos para continuação dos trabalhos de abertura de poços.

Aposentado é estranho

Em 2004, fui contratado pelo Inkra, por meio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), para prestar uma consultoria junto ao Inkra, na SR/MS, para a elaboração de diagnóstico e plano de ação na Área Especial de Mato Grosso do Sul.

A metodologia proposta para o trabalho era semelhante a uma que eu havia elaborado em 1972 e este documento poderia estar na Biblioteca do Inkra – tendo em vista que o único exemplar que estava comigo, emprestei para algum colega e não me devolvera e eu também tinha me esquecido.

Fui até a Biblioteca do Inkra a procura do tal documento. Não levei muito tempo e achei a Metodologia. Levei-a para preencher a ficha de retirada junto à moça que tinha a função de controlar a saída e devolução dos documentos. A moça começou a preencher a ficha e depois de perguntar o nome, profissão, endereço residencial, telefone e lotação, eu respondi: “aposentado”. Aí ela me disse: “Aposentado não pode retirar livros da biblioteca”. Eu fiquei sem entender por que o aposentado não poderia retirar documentos ou livros. Imediatamente retruquei: “moça qual a razão dessa medida?”. E ela respondeu: “Segundo ordens superiores, somente podem retirar livros ou publicações os servidores ativos do Inkra. Portanto, você como aposentado, é pessoa estranha ao serviço. Se quiser retirar livros terá que deixar documento de identidade e assinar um termo de responsabilidade”. Eu ainda insisti: “Moça, eu sou o autor desse documento. Além disso, fui funcionário da casa por mais de 30 anos. Portanto, não sou estranho”. Ela respondeu: “Eu sei quem tu és. Te conheço muito, porque já fostes diretor do Inkra, fostes diretor da Fassincra e tudo mais; porém, perante as orientações superiores tu és um estranho”.

Como eu precisava do documento, avistei um atendente que me conhecia e estava entregando uma correspondência na sala ao lado e pedi que ele assinasse o pedido de retirada do documento. Não teve problema, pois ele era um servidor da ativa e podia retirar qualquer documento ou livro. Ele assinou o pedido, mas ficou sem entender nada do que estava acontecendo. Após tirar cópia do documento fui devolver e não tive problema, porque para devolução o aposentado não era estranho.

Nota: essas historinhas são apenas algumas das mais de trinta registradas por mim, dentro do tema “nossa burocracia”, ocorridas antes da implantação da informatização, modernização dos meios de comunicação e da descentralização parcial de decisões para os órgãos regionais do Inkra.

FORTALEZA DE SANT'ANNA

ANTÔNIO CELSO ALVES DE FARIA

Certa vez, no ano de 2014, designado pelo Inbra para fazer um trabalho na Zona da Mata Mineira, junto com um colega, parti para aquela região, que conhecia apenas de passagem. O trabalho a ser feito não era dos mais simples: tratava-se de parcelar uma grande fazenda, a Fortaleza de Sant'Anna, que o Inbra havia desapropriado, utilizando-se de todas as técnicas de engenharia possíveis e considerando os atributos e potencialidades do imóvel, as características regionais e a população a ser assentada, para que a propriedade fosse destinada a unidades de produção familiar economicamente viáveis, também chamadas de parcelas ou lotes. Inicialmente, a partir dos dados levantados quando da desapropriação, a previsão era de que a fazenda teria capacidade para instalar 100 famílias.

Nosso trabalho consistiria em fazer um levantamento pormenorizado do imóvel, coletando informações de solos, relevo, vegetação, hidrografia, erosões, aptidões de explorações agropecuárias, coordenadas geográficas de áreas de matas, de áreas de preservação permanente (APP) – de cursos d'água, brejos, nascentes, açudes e montanhas –, reserva legal, estradas, áreas cedidas aos municípios, e de tudo que considerássemos que fosse, de alguma forma, impactar ou influenciar no parcelamento a ser proposto. Também deveríamos fazer reuniões com técnicos regionais, autoridades, famílias das comunidades interessadas em serem assentadas e todo público que manifestasse algum interesse pelo trabalho em curso. Após tudo isso, deveríamos apresentar uma proposta de parcelamento, em mapas e memoriais descritivos, apontando todos os lotes, estradas, abastecimento d'água, rede de energia elétrica, atividades produtivas possíveis de serem implantadas etc.

A fazenda Fortaleza de Sant'Anna estava situada em quatro municípios – Goianá, Coronel Pacheco, Chácara e São João Nepomuceno –, tinha uma área de 4.213 hectares, possuía duas áreas distintas de produção: uma baixa e outra alta, que eram divididas por uma serra, a Serra da Babilônia, que fazia com que existisse uma diferença de altitude de 450 metros entre essas duas áreas produtivas. Outrora, entre o século XVII e a primeira metade do século XX, pertenceu a várias famílias da nobreza brasileira, barões do café. Em seu interior, passava um trecho da antiga ferrovia Leopoldina – Juiz de Fora, hoje desativada, cujo leito é visível, e ainda há marcos de pedras, que teriam sido divisas de sesmarias na região. Em seus tempos áureos de produção, chegou a ter mais de 200 famílias de agregados, que moravam em sítios esparramados por seu território e plantavam, na parte baixa, lavouras de milho, arroz e feijão e tiravam leite; na parte alta, plantavam lavouras de café. O café colhido era transportado em carros de boi até a beirada da Serra e daí descia por um sistema de aqueduto, de cerca de três quilômetros, cujas ruínas ainda podem ser vistas no local, e ia direto para o sistema de secagem e máquinas de limpeza, ainda de pé na sede.



Monumento arquitetônico da sede da Fortaleza de Sant'Anna.
Foto: arquivo pessoal do autor.

Na fazenda havia também um grande arcabouço histórico, composto de construções, materiais diversos e um cemitério de crianças, dos séculos XVIII e XIX. Também tinha um componente espeleológico e arqueológico, pelo fato de terem sido encontradas, no ano de 1871, em duas cavernas encravadas na Serra da Babilônia, múmias, urnas funerárias e objetos indígenas diversos. Três múmias foram doadas a Dom Pedro II, que havia visitado a fazenda em 1869, e posteriormente encaminhadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde faziam parte da exposição permanente de arqueologia – acervo infelizmente queimado no incêndio ocorrido no ano de 2018.

Por fim, quando começamos o trabalho, havia na Fortaleza um acampamento de sem-terra, com várias famílias, e uma população de cerca de cem moradores. Alguns trabalhadores ativos, outros aposentados, que os antigos proprietários permitiram que continuassem morando em casas da fazenda, e que aguardavam para serem assentados. Em resumo, deveríamos analisar, no contexto geral, uma situação complicadíssima, de diversas variáveis a serem consideradas, cada qual com uma importância maior que a outra.

Quando chegamos à Fortaleza, procuramos o antigo gerente da parte baixa, José das Graças Flauzino, o Seu Zé Arides, que ali nasceu, cresceu, trabalhou a vida toda, se aposentou e ainda lá morava. Sujeito de uns setenta anos, forte, moreno, alegre e bom de papo, tipo carioca, torcedor do Botafogo, conhecia a palmo toda a parte baixa da fazenda. Depois dos primeiros contatos, botamos ele na camionete e fomos fazer um tour. Percorremos facilmente alguns pontos de onde dava para se ter uma visão geral da parte baixa e também da Serra da Babilônia. No dia seguinte, fomos conhecer a parte alta: tivemos que dar a volta por Juiz de Fora, cerca de sessenta quilômetros, porque uma antiga estrada interna da fazenda, de uns cinco quilômetros, que sobe pela serra e interliga as partes baixa e alta, estava sem condições de tráfego, mesmo sendo a camionete em que estávamos de tração 4x4. Mas aproveitamos para contatar o antigo gerente da parte alta, que morava em um sítio vizinho à Fortaleza, no município de Chácara, Octaviano Falci de Menezes, o Seu Viana. Caboclo de meia idade, descendente de italianos, bom de prosa. Botamos ele na camionete e fomos conhecer a parte alta, por uma estrada que passava pelo meio da fazenda. Passamos por um curral, chamado de “curral dos carneiros”, e, em determinado ponto, paramos em uma capela, de Nossa Senhora de Fátima, perdida no meio da imensidão.

Em épocas de comemorações religiosas, essa capela é aberta, limpa, enfeitada e recebe gente de toda a região. Até chegarmos a esse ponto, fomos observando as características da propriedade, de relevo bem acidentado, vegetação de Mata Atlântica secundária bem desenvolvida e áreas abertas, produtivas, encapoeiradas e degradadas – o que indicou uma dificuldade bem superior à que achávamos que teríamos, para fazer todos os levantamentos que seriam necessários.

Nesse momento, de reconhecimento de terreno e de sermos chamados à realidade do local, deu-me uma certa apreensão, um certo desespero: como iria levar a contento o trabalho que me foi designado? Do alto de um barranco, olhando para uma longa baixada, encaixada entre dois picos, deu vontade de chorar. Fechei os olhos e pensei: “Meu Deus, o que é que eu estou fazendo aqui, nessa buraqueira? Como vou conseguir me safar dessa?” Aí, lembrei-me de algo que já ouvi dizer: “Cuidado com o que você pede a Deus, pode ser que Ele lhe conceda”. Em minhas meditações e orações, sempre pedi a Deus que me concedesse a possibilidade de colocar em prática minhas capacidades, o que aprendi em meus estudos e experiências de vida, na verdade, graças e dons por Ele concedidos, a serviço de pessoas mais necessitadas, de tal forma que eu pudesse contribuir com suas obras e, sendo minha contribuição proveitosa, pudesse eu ser merecedor das promessas de Cristo. Ao me lembrar do que sempre pedi, fui serenando a mente, entrando em uma espécie de calma e reconhecendo que me estava sendo concedido nada mais do que sempre havia pedido ao Pai. Assim, me acalmei e reconheci que nada mais havia a fazer senão arregaçar as mangas e partir para a grande briga que haveria de travar, com a realidade nada hospitaleira que estava à minha espera.

Começamos pela parte baixa. Todo o levantamento seria feito a cavalo, dadas as condições do terreno: relevo acidentado, vegetação fechada, córregos e brejos, estradas e pontes inexistentes. Arrumamos animais com os antigos colonos da fazenda e com a comunidade de sem-terra que estavam acampados na propriedade, com quem já havíamos feito reuniões, explicando o que e como faríamos. No primeiro dia, andamos todos juntos, para nivelar os procedimentos a serem seguidos. Vários sem-terra nos acompanharam para ajudar em alguma picada que tivesse que ser feita e para conhecerem a fundo os quatro cantos da fazenda. A partir do segundo dia, dividimo-nos, meu colega e eu, e cada um foi para um lado, para dar mais celeridade aos serviços. Meu guia foi o Seu Zé Arides, que a cada momento contava uma passagem ou dava detalhes de determinado lugar: “Aqui morou o fulano, plantava milho, mandioca, arroz; essa mina d’água aqui era muito boa e não secava de jeito nenhum; aqui tinha um velho que tinha uma manada de ‘fia’ bonita – eu mesmo gostava de dar umas voltas por aqui, quando novo”.



Capela de Nossa Senhora de Fátima.
Foto: arquivo pessoal do autor.



Em vários locais, parávamos em quintais antigos, onde havia jaqueiras, goiabeiras, laranjeiras, bananeiras e outros pés de frutas carregados. Aproveitávamos para saciar nossa sede e fome. O trabalho foi árduo. Trilhas, matos, buracos, marimbondos e abelhas a serem desviados. Graças a Deus, não vimos nenhuma cobra. No segundo dia, às 7:30h da manhã, estava eu montado em uma égua que os sem-terra arrumaram – animal pequeno, bom de sela, que deixou uma potrinha nova, ainda mamando, para trás –, para cumprir nossa tarefa de andar até por volta das 13h, que é o melhor período para os trabalhos de campo dessa natureza. Por volta de 13:30h, 14h, almoçávamos e, no período da tarde, às vezes até a noite, processávamos nossos levantamentos de campo. A eguinha era esperta, mas frágil e, pela metade da manhã, já começou a dar jeito de que iria afrouxar. Aí eu pensei: “Tô frito se essa égua não conseguir voltar comigo para a sede da fazenda”. Estávamos a uma distância considerável. Num momento, ela deu uns tropicões e, num outro, num trilho duma ladeira, no meio de um capim colônio muito alto, ela começou a focinhar no chão; quando vi que poderia rolar ladeira abaixo, soltei-me dos estribos e pulei para o lado de cima do terreno e segurei nas rédeas. A égua deu uma rodada e quase foi ao chão. Sei que fiquei esperto que nem um corrupio naquela hora, mas a valente eguinha conseguiu voltar comigo no lombo, quase se arrastando, para a sede.

Para o dia seguinte e os demais, Seu Zé Arides arrumou um potro dele para eu andar, de nome Tufão. Animal novo, bem domado, mas espirituoso e potrão, pelo pouco serviço que estava fazendo. O velho me avisou: “Rédea curta com ele, é mansinho, mas tá sem serviço há bem tempo”. Gostei do cavalo, tordilho, gordo, castrado, bom de sela. Levei ele na rédea curta e com calma, sem cutucá-lo demais, logo o animal já estava mais tranquilo e totalmente sob meu comando. Num dia em que estávamos subindo a estrada da Serra, Seu Zé disse que era capaz de nós acharmos “maracujina” madura – um maracujá pequenino, nativo da Mata Atlântica, que se come por inteiro. Depois de uma curva, ele entra com seu cavalo no mato e volta com o chapéu cheio das frutinhas, uma delícia só. Mais à frente, vimos mais pés e apanhamos bastante, para saborear na hora e colocar no embornal, para mais tarde comer. Levei alguns deles para casa de minha mãe e o povo que estava por lá se esbaldou. Tirei sementes para plantar na época das chuvas, mas elas desapareceram de onde as guardei e fiquei sem ter minhas próprias maracujinas.

O trabalho ia andando, mas com muitas dificuldades aparecendo. Certo dia, falando a respeito das várias agruras que estávamos enfrentando, eu fiz um comentário com o pessoal que estava nos acompanhando: “Tem um ditado popular que diz que todo ‘Antõe que num é doido é bobo’”. Um deles, sem mesmo se chamar Antônio, ficou brabo comigo e disse: “Se o senhor fosse doido ou bobo, não tava dando conta de tocar o serviço como tá tocando”. Noutro dia, enquanto estávamos indo todos por um mesmo caminho, antes de nos separarmos, meu colega disse: “Para fazer esse serviço aqui, o sujeito tem que ter sangue nos olhos”, numa alusão que o sujeito tem que ter preparo e raça para encarar situações tão adversas.

Com paciência e resignação, fomos ganhando terreno nos levantamentos e subindo a Serra, em direção à parte alta da fazenda. Depois de uma altitude mais íngreme, havia um platô intermediário, que também era aproveitável, para depois haver uma segunda subida, menor, atingindo-se o topo da propriedade. No platô e na parte mais alta, além do Seu Zé Arides, nos acompanhou também o Seu Viana, que conhecia tudo daquela região. Na parte alta restavam ainda dois moradores, antigos trabalhadores da Fortaleza, isolados de tudo. Em uma casinha, morava o Bastião, beato solteirão, meio bronco, cujas palavras eram difíceis de serem entendidas. Plantava roças em terras mais férteis, perto do “curral dos carneiros”, distantes de sua casa uns dois quilômetros. Em outra casinha, distante da do Bastião, cerca de um quilômetro, morava a Dona Lourdes, viúva, com uma filha e um filho solteirões, sendo que o rapaz ficava mais tempo fora de casa, prestando



*Trabalhos de levantamento de campo, a cavalo. Ao fundo, a Serra da Babilônia.
Foto: arquivo pessoal do autor.*



*Uma cachoeira encontrada durante o trabalho de levantamento de campo.
Foto: arquivo pessoal do autor.*

serviços para fazendeiros da região. Dona Lourdes, uma senhora de mais de 70 anos, plantava roças também longe de casa e, várias vezes, nos encontramos com ela, equilibrando sacos de adubos ou de colheitas na cabeça, à beira da estrada. Atrás dessas duas casas, a Mata Atlântica, de grande porte, fazia, com sua sombra, com que o dia terminasse mais cedo naquela região. Segundo esses moradores, “era anoitecer e os urros de onças começavam a acontecer”.

Foram cerca de dois anos, em que intercalamos os trabalhos de campo com os de escritório, para que os serviços fossem concluídos. Também outras atividades, que tinham alguma urgência, nos eram destinadas nesse tempo. Ao final, conseguimos apresentar uma proposta de parcelamento que previa a instalação de 137 unidades de produção familiar, sendo 116 em tamanhos normais para a região, com uma área média de 12,50 hectares, e 21 com área de 2,00 hectares cada, denominados lotes pararrurais – destinadas à população de idade avançada, moradora da fazenda, que não mais tinha força de trabalho para conduzir atividades em uma parcela maior.

Também foram previstas algumas áreas de exploração coletiva, devido à impossibilidade de se locar lotes individualizados nesses locais, e separada a área da sede da fazenda, que agregava a maior parte do conjunto arquitetônico, para que, após ouvidos os órgãos oficiais que cuidam do patrimônio histórico, tivesse uma melhor destinação. Além de atividades tradicionais de exploração agropecuária, mais comuns da região, propusemos para o imóvel a exploração do turismo rural e o extrativismo controlado, nas áreas de matas, que poderiam contribuir para agregar valor à produção e aumentar a renda das famílias a serem assentadas naquele projeto.

Considerando a previsão inicial, de que seriam instaladas 100 famílias, conseguimos um aumento de 37% na capacidade de instalação prevista. Considerando também que um trabalho dessa magnitude, nas condições em que o Incra consegue disponibilizar, normalmente não se conclui em um período inferior a cinco anos, nosso serviço na Fortaleza de Sant’Anna foi coberto de êxito. Nossa proposta foi prontamente aprovada pela comunidade que foi assentada na Fazenda, agora já denominada de Projeto de Assentamento Denis Gonçalves, bem como pelos gestores do Incra.

Considero essa a missão de melhor resultado que tive, nesses quinze anos de serviços prestados ao Incra.

UMA NOITE DE VERÃO NA FLORESTA

VERÔNICA VIANA DA FONSECA

Era 23 de dezembro de 2017, eu e os colegas da Unidade do Incra de Imperatriz Barros, Eulina e Josélia saímos em uma missão: fazer uma reunião no Projeto de Assentamento Osiel II, localizado no município de Itinga, no Maranhão. Barros no volante; até a cidade de Itinga tudo tranquilo, a estrada de asfalto, porém com uma chuvinha que já perdurava há alguns dias.

Já ao cair da tarde, partimos na estrada de chão rumo ao assentamento. Seriam mais 150 quilômetros. A partir dali, a estrada estava lisa, com muita lama e atoleiros; era uma verdadeira patinação. E o sol foi caindo devagarinho. Fomos nos distanciando dos povoados, das moradias e a floresta ia ficando mais densa e escura. E nada de chegarmos ao assentamento, mas, pela quilometragem, já estávamos bem próximos.

Bem no meio da floresta, já tudo bem escuro, em uma grotinha, a picape L200 atolou. Eu, Eulina e Jo elia empurramos a caminhonete e nada. Barrinho tentou de tudo até o motor fumaçar, os vidros abertos travaram e o carro não funcionou mais. Aí nos desesperamos a gritar, mas só ouvíamos de volta o eco dos nossos gritos na floresta. Foi ficando mais tarde e nós sem lanternas, com celulares descarregados, só ouvíamos o canto da coruja, da orquestra de sapos e outros tantos animais que só nos davam medo.

Então, com medo e sem socorro, tivemos uma ideia: só nos restava cantar, cantar para o tempo passar. E começamos a brincar. Cada um falava uma palavra para os demais cantarem uma música que continha aquela palavra na letra.



Servidores do Incra em missão no Projeto de Assentamento Osiel II, localizado no município de Itinga, no Maranhão. Foto: arquivo pessoal da autora.

Começamos com Amor: “Foi um sonho de verão, numa praia, quatro semanas de amor (...)”; seguimos pelas estrelas: “Você pra mim foi o sol, de uma noite sem fim (...) meu amor, nosso amor estava escrito nas estrelas, tava sim (...)”; e chegamos até o Sol: “Meu amor, olha só, hoje o sol não apareceu, é o fim da aventura humana na terra (...)”. E assim, de canção em canção, as longas horas, daquela noite sem fim foram passando.

E quando se fez a luz, logo aos primeiros raios de sol, apareceu um transeunte, que nos prestou ajuda e nos disse que logo no morro a vista já era o Português, nome também do assentamento. Ele, na sua motocicleta, foi buscar ajuda na vila. O que nos encheu de extrema felicidade foi o primeiro senhorzinho a aparecer: o sr. Farrapo já veio com uma garrafa de café quentinho, aquilo foi o melhor presente natalino que poderíamos receber.

Em seguida, Barrinho já conseguiu ligar o carro, mas não conseguimos chegar até a Vila, por conta da estrada estar muito lisa. Aí já era 24 de dezembro e precisávamos voltar para nossa confraternização da Unidade em Imperatriz, porque “(...) então é Natal, e o que você fez? O ano termina e começa outra vez”.



O Sr. Farrapo, trazendo uma garrafa de café, na manhã do dia 24 de dezembro de 2017, próximo ao no Projeto de Assentamento Osiel II, no Maranhão. Foto: arquivo pessoal da autora.

REVISTA EM CÁCERES

MARCELO GUEDES DUPIN

Não fossem alguns episódios e contratempos até aqui, eu diria que não aconteceu nada de excepcional nesta longa viagem. Pelo menos nada que se comparasse ao esplendor da natureza nestas paragens. Saímos de Belo Horizonte/MG, atravessamos o estado de Goiás e estávamos em Mato Grosso, nesta nossa peregrinação até a chegada ao destino, Rio Branco/AC, num primeiro momento e, posteriormente, até o local definitivo, o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Santa Luzia, em Cruzeiro do Sul.

E tínhamos que seguir nossa viagem, a empreitada é grande. O ano é 1983. Tínhamos que seguir nosso destino. Perseguir nosso objetivo. A tarde já demonstrava vontade de despedir-se. O crepúsculo, com todo o seu esplendor alaranjado, sua revoada de pássaros à procura de suas casas e seu mormaço mato-grossense, já nos envolvia por completo.

Depois de uma parada em Pedra Preta, para abastecimentos dos dois ônibus da caravana, ficamos por alguns momentos nos olhando e observando o tempo, meio sem ação, meio com preguiça, meio com ressaca de tudo o que tínhamos rodado até ali, meio que observando os sons, cheiros, cores e paisagens do lugar, até que alguém gritou: “Então, vamos pessoal?”. Acho que foi um dos motoristas que nos chamou indagando. Acordamos deste torpor e concordamos.

— Vamos!

Descobrimos que alguns, achando que a demora seria maior do que foi, acabaram retirando algumas coisas

do porta-malas. Isto nos deu um trabalho imenso para reorganizar. Quando terminamos, já era tarde e resolvemos, todos, gastar mais um tempo – já que estamos parados –, fazendo um lanche. Depois, juntamente com os membros daquelas dezesseis famílias de futuros colonos, entramos no ônibus, nos acomodamos e partimos.

Quando saímos de Pedra Preta, já era noite alta e logo depois que nos afastamos da cidade, ou seja, logo depois que deixamos para trás a área de influência das luzes – que não era muito grande, confesso –, nos chamou a atenção, mais uma vez, a beleza e a grandiosidade do céu estrelado. Era uma noite sem luar e as estrelas estavam fazendo a festa com todo o seu esplendor, sem que nenhum outro corpo celeste embaçasse tal fulgor.

Passamos por Cuiabá – capital do estado –, quando ainda era madrugada e, garanto, teve muita gente que nem viu por estar em sono profundo. A partir desse ponto, nos despedimos do asfalto, teríamos à nossa frente a BR-364 que, segundo as notícias, se divide em duas, “três-meia-areia” e “três-meia-buraco”, respectivamente aos estados de Mato Grosso e Rondônia.

As noites, felizmente, são frescas em contraposição aos dias escaldantes que nos acompanham. Eu, particularmente, procuro ficar a maior parte do tempo ligado na viagem, conversando com os motoristas para, na medida do possível, não perder nada de diferente e interessante. O problema é que tudo nesta viagem é diferente e interessante. Porém, há momentos em que o corpo não aguenta e os olhos – que além da nobre função da visão tem também a, não menos nobre, função de regular o nosso relógio biológico –, se fecham. Dormi.

Dormi mais uma vez em busca de uma visão, quem sabe, que viesse trazer conforto aos sonhos que todos nós temos em relação ao destino que estamos perseguindo e, de repente, ser invadido pela necessidade física de ver já tudo resolvido e as vidas em curso. Além de me certificar que, ao longo desses últimos dias inquietantes, não perdera em nada a capacidade de sonhar com um futuro, não só dessas dezesseis famílias, mas com um futuro como nação solidária e acolhedora dos filhos deste solo. Este futuro pode estar longe de acontecer, então era imperativo que se pensasse no aqui e agora, visto que estas famílias estavam aqui, ao meu lado.

Mal sabemos quem somos, muito menos quem não somos ou o que nos é reservado, por isso, devemos lutar pelo que acreditamos, como estão fazendo estas famílias. Se não têm tudo claro, pelo menos estão pensando, acredito, num futuro melhor para seus filhos.

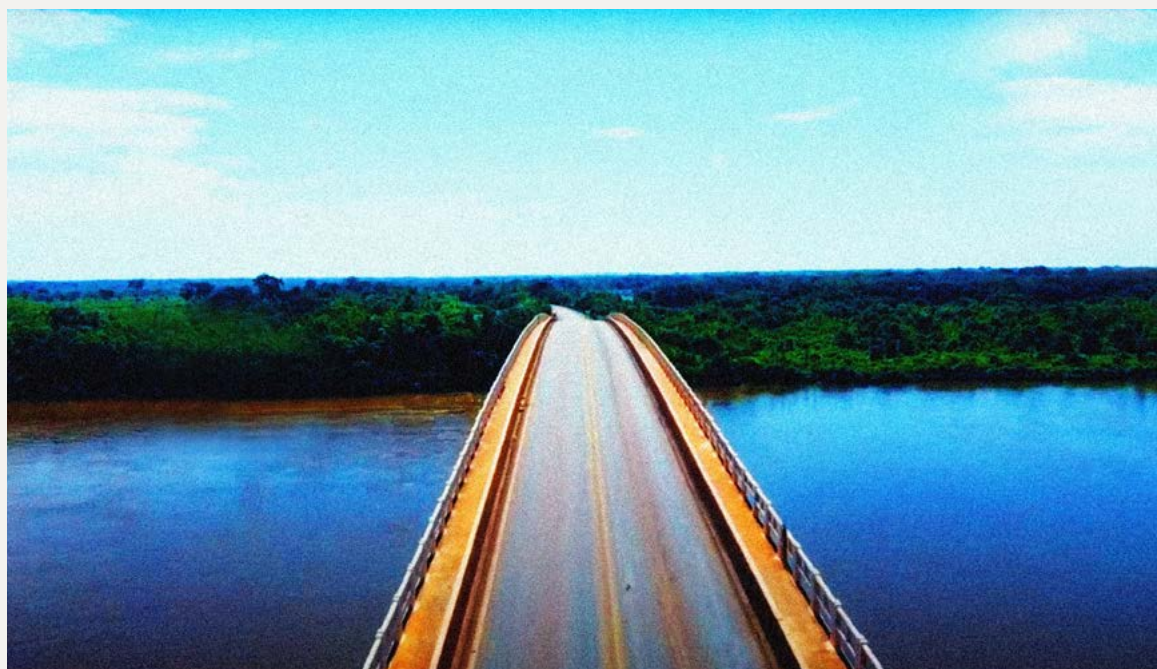
Fui acordado por um dos motoristas, de nome Vital. O sol já esquentava minha face e, nesta situação, ao abrir os olhos abruptamente, necessário se faz que se dê um tempo para que a “menina dos olhos” se contraia e a visão volte ao foco normal.

— Estamos parados numa “blitz” — disse Vital.

— Blitz? Que blitz?

Apesar destes raios de sol que me feriram as retinas quando abri os olhos, o céu não estava limpo, ao contrário, estava nublado e, pelos buracos das nuvens que estavam estacionadas, se espalhando ao longo da calha de um rio, estes raios de sol conseguiam chegar até nós. Desci do ônibus cobrindo os olhos com as mãos. Era um sol típico, filtrado pela umidade do ar, “sol branco, sol de chuva”, como se diz em minha terra. Sol este que, volta e meia, desaparecia atrás das nuvens e logo encontrava outro buraco para nos atingir.

Havíamos chegado a Cáceres, Mato Grosso, e todos estavam se movimentando para descer do ônibus, pois iria começar uma revista em ambos os carros. De onde estávamos parados, podíamos ver uma ponte em forma de arco que “saltava” sobre o tal rio. A ponte é a Marechal Rondon. O rio é nada mais, nada menos, que o Paraguai, irreconhecivelmente estreito naquele ponto.



Ponte Marechal Rondon, sobre o Rio Paraguai.
Imagem: divulgação/montagem.

O aparato policial era grande e estava fortemente armado. Parecia estar acontecendo alguma operação policial, ou talvez não. Talvez, rotineiramente, façam isso, dada a pequena distância da divisa com a Bolívia. Estavam, pelo que pude notar, principalmente preocupados quanto à existência de qualquer tipo de armamento na nossa bagagem.

Desci, me apresentei, exibindo minhas credenciais, e informei que não tínhamos armas. Que este grupo estava sendo conduzido ao estado do Acre para serem assentados num projeto de assentamento do Incra. Isso pouco adiantou ou talvez tenha aguçado mais ainda a desconfiança. Para muitos, reforma agrária ou colonização, que era o nosso caso, é vista como coisa de comunista. Fizemos com que descêssemos tudo que estava nos porta-malas – e não era pouca coisa.

Os ocupantes dos ônibus não estavam muito dispostos a enfrentar esta empreitada assim tão facilmente e tentaram todos os tipos de argumentos com os policiais. A demora em aceitar a revista, começou a atrair muitos curiosos. Tivemos que redobrar a atenção à pista e aumentar a preocupação com o tráfego da rodovia – esta ponte é na saída da cidade, para quem está indo na nossa mesma direção.

Como não houve nenhum acordo quanto a não retirada da bagagem – a ordem era fria e claramente irrevogável –, a coisa inverteu-se. Agora eram os passageiros que faziam questão de colocar tudo o que estava nos porta-malas para fora a ponto de começar a incomodar o trânsito. À medida que os volumes iam sendo retirados, ia-se juntando mais transeuntes e a aglomeração aumentando.

Uma outra ordem se fez cumprir, desta vez partindo dos próprios integrantes da caravana: nenhuma criança fora do ônibus, nenhuma pode descer, está muito perigoso aqui ao lado da rodovia. A retirada dos volumes avançava, na mesma proporção que a montanha crescia, aquela montanha que, com sua visão imaginária e ao mesmo tempo real, havia adquirido um significado tal para aquele grupamento militar, que as coisas, novamente, se inverteram. Agora eles – que há pouco tempo estavam senhores de si com expressões faciais de apenas mais um trabalho de rotina –, estavam demonstrando nervosismo e preocupação com a situação criada, até que perceberam que o tumulto estava maior que o imaginado.

Quando a pilha de bagagem começou a crescer e a plateia gostar do que estava acontecendo, alguém da corporação militar teve a ideia de falar que estava de bom tamanho e que não precisava tirar mais nada. Perceberam que os volumes, nada convencionais – sacos roupas, malas, sacos com vasilhame de cozinha, eletrodomésticos, aparelhos de som –, começavam a crescer para o alto e para os lados, se espalhando pelo acostamento da rodovia, começaram a ficar preocupados. Mas as pessoas que estavam fazendo o trabalho de retirada dos volumes nem ouviram e continuaram. Fazia parte de toda aquela cena.

Alguns policiais não gostaram e até começaram a se exaltar, inclusive apontando armas na direção dos colonos, dizendo:

— Vocês não ouviram? É ‘prá’ parar... ou todos querem ir até pra delegacia?

Foi quando o comandante se dirigiu a mim, que estava ali como responsável por aquela comitiva, e pediu que intervisse. Eu disse aos meus “comandados” que, apesar de ver que a exaltação era por parte dos PMs, assim que desse para ver o fundo do porta-malas, que voltassem com as coisas para dentro, pois precisávamos continuar com a nossa viagem.

Fui ouvido até um certo ponto, devo admitir, ou simplesmente fingiram que me atenderiam, pois fizeram questão de tirar tudo, sob os olhares indignados e nervosos dos policiais. A aglomeração que se formou, delirava.

Os encarregados da hercúlea empreitada de esvaziar os bagageiros, falavam em voz alta:

— Agora só mais um volume e chegaremos a ver o fundo do porta-malas...

Isso naturalmente para ludibriar a ansiedade dos policiais.

Depois de retirar tudo para fora e, desafortadamente, recomendar aos policiais que vistoriassem o bagageiro, começou o processo de recolocar os volumes dentro do espaço reservado às bagagens que, naturalmente, foi muito mais demorado. Era tanta coisa naquela monumental visão, que tínhamos até esquecido.

Veza por outra, alguns colonos se alteravam dizendo que sua bagagem não poderia ir debaixo de outras, pois havia coisas “de quebrar”. Mas não houve nenhum incidente. Depois de algumas horas, acompanhadas de alguns litros de suor, estava, de novo, tudo no lugar. Mas, sem estresse, as pessoas incorporaram o fato de que uma hora a mais ou uma hora a menos, não faria a menor diferença tendo em vista a magnitude de nossa empreitada.

Estando tudo em cima, ou melhor, estando tudo dentro do bagageiro, estávamos em condições de continuar nossa viagem.

Após todos se acomodarem dentro dos ônibus, em seus respectivos lugares, e ao ligar as máquinas para retomarmos nosso caminho, fomos ruidosamente ovacionados e aplaudidos pela pequena multidão que havia se formado às margens da rodovia na saída de Cáceres.

Partimos. Tínhamos que ir ao encontro do desconhecido, em direção ao futuro, a tudo que um sonho pode nos reservar, em direção a outro tipo de vida, a outra expectativa, em direção a um outro e novo mundo.

E fomos nós.

Chegando a Rio Branco, fomos informados que a última etapa dessa epopeia seria cumprida via Búfalo da Força Aérea Brasileira (FAB)... Quer saber por quê? Estado precário das estradas. Aí fico me lembrando das tantas vezes que escutamos durante nossa viagem: “esses ônibus de vocês não são preparados para as estradas daqui”.

A chegada ao Projeto, foi uma mistura de alívio com um puxão de responsabilidade. Alívio por ter, finalmente, chegado ao destino e responsabilidade porque, a partir de agora, é “pegar pelo chifre”. A maioria das famílias ainda estavam extasiadas com a viagem no Búfalo. Durante o percurso, muitos se comportaram como se estivessem num trem ou num ônibus, andando pelo interior da aeronave e ficavam com a cara colada na janela observando e comentando aquela imensidão verde lá embaixo.

Houve até um “Ah!”, de contrariedade, quando o avião pousou na pista em Cruzeiro do Sul. Queriam passear mais um pouco... Estavam, literalmente, nas nuvens. O encontro com a equipe do Incra, que os conduziria até o Assentamento, foi cordial e hospitaleiro, como sempre. Mas não tinham tempo a perder.

E foram ao encontro da nova vida, de um novo mundo.

ANDANÇAS PELOS SERTÕES DAS GERAIS

ANTÔNIO CELSO ALVES DE FARIA

Sempre andei pelo interior de Minas. Em família, com amigos ou a serviço, viajei a cidades turísticas, parques e cachoeiras, regiões históricas e de diferentes tipos de explorações agropecuárias, pelos quatro cantos do estado. Cada viagem teve seu momento, sua grandeza, sua necessidade, sua beleza particular.

Mais propriamente nos últimos quinze anos, tenho me interiorizado pelas desconhecidas entranhas das Minas Gerais, pelos seus remotos rincões, os quais carregam consigo uma vida muito ativa, de uma riqueza incomensurável, de uma imensidade de costumes e particularidades que, com certeza, fazem com que Minas sejam muitas.

De quinze anos para cá, em missões a serviço pelo órgão em que estou trabalhando, o Incra, tenho andado bastante: de Rio Pardo de Minas, ao Norte, quase Bahia, até Extrema, no extremo Sul do estado, divisa com São Paulo; de Santa Vitória, no pontal do Triângulo Mineiro, a Salto da Divisa, no Baixo Jequitinhonha, em outro ponto de divisa com a Bahia. Passando pelo Centro-Oeste, rumo ao Noroeste, cruzei várias vezes a planície Sanfranciscana e o próprio rio São Francisco, com a beleza de suas águas caldalantes, por pontes e balsas. Adentrei no cerrado e no carrasco das caatingas do Norte e Vale do Jequitinhonha, onde a variabilidade de espécies, animais e vegetais, é inigualável.

Nessas regiões, várias incursões me levaram a pequenos municípios e à região de Diamantina, terra natal do ilustre presidente Juscelino Kubitschek. Pelas bandas

do rio Doce, foi a vez de absorver o frescor do pouco que resta da Mata Atlântica, entremeada às pastagens degradadas dos “morros-pelados”. Na Zona da Mata Mineira tive a oportunidade de trabalhar em uma propriedade de alto valor histórico, que foi um baluarte do desenvolvimento do estado nos anos de interiorização do país, pela qual passaram vários barões do café e onde teria ocorrido uma divisa de sesmarias, nos tempos remotos. Ao Sul e Sudoeste do estado, ressaltou-me aos olhos a grandeza do mar de minas, formado pelas águas represadas do rio Grande. São muitos ambientes, ajuntados dentro de um perímetro que agrega uma área maior que vários países. Eta Minas Gerais bonita!

Diversas andanças tenho feito pelo Incra: para vistorias de grandes imóveis, cujos índices de produtividade aparentam não atingir o mínimo para serem considerados produtivos, possibilitando assim sua desapropriação; para, em imóveis já considerados improdutos ou ofertados à venda ao Incra, fazer vistoria para avaliação financeira; para, em outros, já incorporados à reforma agrária, apurar se estão sendo destinados ao que foram propostos. Tem ainda vistorias em projetos de assentamentos (PAs) para fins de implantação de obras de infraestrutura ou naqueles que foram atingidos por empreendimentos diversos, que interferem em sua logística ou atividades produtivas e que necessitam de acompanhamento. Ainda tem pesquisas de mercado de imóveis rurais, que necessitam de andanças. E as pendências judiciais, que não são poucas, que necessitam de um assistente técnico do órgão para o acompanhamento de perícias. Enfim, uma gama enorme de atividades que me impõe uma constante andança pelos Sertões das Gerais. Se for buscar na memória, surgirão inúmeras passagens que já tive, que, para serem resumidamente relatadas, necessitariam de um tempo considerável.



Ferrovia Norte Sul em construção, atingindo áreas de projetos de assentamento do Incra no Triângulo Mineiro. Foto: arquivo pessoal do autor.



*Projeto de Assentamento Guanabara, em Joáima/MG, durante locação de poço artesiano.
Foto: arquivo pessoal do autor.*



*Projeto de Assentamento Transval, em Jequitinhonha/MG, durante abertura de vala para tubulação de água.
Foto: arquivo pessoal do autor.*

Uma de minhas andanças pelas regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha foi acompanhando um geólogo, um senhor de idade já avançada, professor PhD aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), proprietário de uma empresa contratada para perfurar poços artesianos em PAs. Depois de uns quinze dias de peregrinação, passando por vários PAs, encaminhei-me a um projeto denominado Vargem Formosa, localizado nos municípios de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas, distante das cidades uns 40 quilômetros por estrada de terra. O território desse PA situa-se esparramado por diversos vales, encaixados em morros de grandes altitudes, com declividades bem acentuadas. Para se chegar ao principal setor do PA, só descendo por uma estradinha em caracol, circundando os morros, em região de clima seco, já em transição para o semiárido. Demos sorte de dar carona a um morador da região, na cidade de Jenipapo de Minas, que nos direcionou até o local, senão teríamos perdido o dia todo só no deslocamento.

Chegando ao PA, fui perguntando nas poucas casas, já que na estrada não se via viva alma, onde era a casa do presidente da associação dos assentados, para informar do que estávamos fazendo e solicitar que nos acompanhasse na tarefa, que seria relativamente rápida. Quando finalmente cheguei na casa que procurava, o homem não estava e uma mulher, na penumbra da salinha, chamou-nos para dentro, sem se levantar de sua cadeira. Entramos, o geólogo e eu. Aquele momento foi angustiante para mim. A senhora estava sentada numa cadeira e com uma perna esticada por sobre outra. Disse que tinha quebrado a perna, feito uma cirurgia e não podia ficar se movimentando. Na conversa com ela, descobri que havia fraturado os dois ossos da canela, tibia e perônio, feito uma cirurgia numa cidade da região, há apenas três dias e deveria estar de repouso. Ela disse que não podia ficar longe de casa, tinha as coisas para arrumar, então saiu do hospital e deu um jeito de voltar. Quando perguntamos pelo marido, disse que estava na serra, campeando gado apartado (sumido). Explicamos a ela o que fomos fazer e pedimos que repassasse ao marido, quando ele voltasse.

Fomos saindo da casinha e então ela se levantou para nos acompanhar, se desculpando de não nos ter oferecido um café, se quiséssemos, ela passaria um. Agradecemos e fomos saindo. Ela então, manquitolando-se em uma perna só, nos acompanhou até o terreiro. Meu coração gelou ao vê-la com uma perna pendurada, inchada, uma tira de pano encardido enrolada na canela, pulando entre porcos, galinhas, patos, cachorros e se desviando de um rego de esgoto a céu aberto. Pelejei para que ela fosse conosco para a cidade, para olhar melhor aquela perna, disse que esperaria o marido dela e conversaria com ele, mas ela foi irredutível. Então fomos ao nosso serviço e nunca mais tive notícias da mulher-da-perna-quebrada. Considero que se tive compaixão por alguém, alguma vez na vida, foi naquela ocasião.

Em todos os PAs por onde passamos nessa viagem, os quais tinham sérias dificuldades de abastecimento d'água, foram demarcados dois pontos para perfuração de poços artesianos. Caso o poço perfurado, no ponto mais provável de se obter água, não desse uma vazão satisfatória que justificasse sua equipagem, partiria a empresa contratada para perfurar outro poço, no segundo ponto locado. Todos os projetos de assentamentos que demarcamos, tiveram poços perfurados. A grande maioria desses PAs obteve sua emancipação quanto ao abastecimento d'água para as famílias assentadas. Em alguns poucos, a vazão foi relativamente pequena, possibilitando um abastecimento mais limitado, apenas para dessedentação humana, de pequenos animais e para produção de pequenas hortas e quintais.

Hoje, a maioria dos PAs localizados no semiárido mineiro tem um abastecimento d'água regular, resguardadas as particularidades e condicionantes próprias da região em que estão inseridos, que fornece o precioso líquido para dessedentação humana e utilização na exploração agropecuária.

As andanças que tenho empreendido pelo Inkra acabam tendo um atrativo a mais, que é a singularidade de cada sertão em que estão sendo feitas, que vão dando sobrevida às dificuldades e desafios surgidos cotidianamente em minhas atividades laborais. E assim vou conhecendo grande parte dos Sertões das Gerais.

“Oh Minas Gerais, Oh Minas Gerais...” Como diz o famoso hino das Minas Gerais, “(...) quem te conhece não te esquece jamais!”. Também se apaixonou pelos inúmeros atributos que tu possuis, belo estado de Minas Gerais!



Travessia do Rio São Francisco por balsa, em São Romão/MG.
Foto: arquivo pessoal do autor.

Símbolos e pessoas destes 50 anos

EU CANTAVA ÀS QUINTAS-FEIRAS, EM BUSCA DE NOSSAS VOZES

CRISTINA MIYUKI SATO MIZUMURA

Por dois anos, houve um coral no Incra em São Paulo. Esse acontecimento breve, mas precioso, aumentou minha confiança na arte e nas soluções coletivas. O Coral Vozes da Terra foi marcante: de setembro de 2017 a setembro de 2019 nós cantamos, cantamos bastante e dedicadamente. Havia detalhes e desafios a cada nova música: onde parar, aguardar, prestar atenção nas vozes masculinas, responder ou cantar junto. Ouvir-se e ouvir as outras vozes. Pulsar com o grupo... E obedecer prontamente ao maestro. Muita coisa para prestar atenção ao mesmo tempo!

O coral acontecia semanalmente, todas as quintas-feiras, às 13 horas, no auditório do oitavo andar do nosso prédio. Para mim, as quintas-feiras passaram a ser o Dia de Cantar, um dia com significado próprio. Revendo aquela experiência, percebo que os ensaios de coral me anteciparam novas formas de acolher o tempo, seu fluxo e ritmos. Cada frase musical era desbravada uma a uma e algumas canções eram tão longas para decorar: Roda Viva, por exemplo. E no meu caso, aprender na base da imitação, ouvindo, por não saber decifrar aqueles misteriosos sinais da partitura.

Não tinha sentido muitas saudades do coral, porque o Vozes da Terra se tornou algo meio irreal e longínquo. Mas, ano passado, encontrei num arquivo de nuvem algumas fotos das quais não me lembrava. São registros da primeira reunião do coral, com data de 15/9/2017. O colega Paulo Araújo está sentado sobre a grande mesa do auditório, com uma lista de nomes nas mãos, para a qual olha fixamente. Devia ter acabado de apresentar o maestro Eduardo Fernandes, que está de pé ao seu lado,

sério, encostado na mesa. Ele não devia ter contado que nossas apresentações seriam sem a famosa pastinha de partituras – ou seja, tínhamos que decorar todas as letras! Por outro lado, a vantagem era poder estar sempre olhando para o regente, em total prontidão para seus comandos.



Primeira reunião do Coral Vozes da Terra, composto por servidores do Incra em SP, no auditório do órgão, em 2017. Na frente estão Paulo Araújo, à direita, e o maestro Eduardo Fernandes, ao centro. Foto: arquivo pessoal da autora.

Consigo lembrar vividamente dessa primeira reunião: era Primavera, mas fazia muito calor. Já ouvira falar do maestro, e me sentia um pouco intimidada. Tinha imaginado que ele indicaria algum discípulo, não que o próprio fosse nos ensaiar. Em outra foto da mesma sequência, dá para ver os colegas sentados nas poltronas, bastante atentos. Na primeira fila estão Paula Covo, Renato Miranda, Murilo Zibetti, Mara Duarte e Sonia Rodrigues. Apenas Murilo está bem descontraído, postura que sempre me tranquiliza, seja em greves, seja num curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ainda bem que a seriedade das fotos foi bem momentânea, pois os ensaios eram definitivamente agradáveis: cantar nos deixava de bom humor.

Na segunda fileira estão Débora D’Arc, Cacilda Mandelli, Márcia Sakurai, Ildane Santos, Alecsandra Lopes, Valéria Jeanne e Miriã Sales. Nas fileiras de trás estão Helton Lucinda Ribeiro, Maria Lúcia Guedes, Valquiria Pessoa e Rodrigo Cortez. Esse último trabalhava no então Ministério do Desenvolvimento Agrário, assim como outro membro, Guilherme Fracarolli. Outros se juntaram para formar esse grupo inicial, como André Parisi, Paulo Micheletti, Saulo Silva e Wellinton Silva. Ao longo da existência do coral, em média havia 20 a 25 pessoas no grupo. As ausências nos ensaios eram inevitáveis, por conta de viagens, compromissos de trabalho, férias etc. mas a regularidade e assiduidade foi sendo mantida.

O grande idealizador do coral foi o já citado Paulão, que além de perito federal agrário é um artista (compositor, músico, escritor, cantor) cada vez mais multifacetado. É autor de diversos projetos musicais e literários – alguns bem inusitados. Suas habilidades e criatividade já foram utilizadas para trabalhos ligados à educação ambiental e sempre está a postos para contribuir com os eventos comemorativos do Incra ou das entidades da nossa categoria.

Naquela época de formação do coral Vozes da Terra, Paulão estava bastante engajado no canto coral, inclusive integrava o Coral da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), conhecido por seus emocionantes espetáculos de coral cênico. Muito motivado, ele pensou em proporcionar a mesma experiência para os colegas de trabalho, mesmo sem a perspectiva de ajuda institucional. O coral teria que ser financiado pelos próprios participantes.

Sempre me surpreendi com sua energia de propor algo diferente, como o memorável Concurso de Fotografias em 2014, que rendeu uma bonita exposição, sem falar na disputa acirrada pela premiação final. Da mesma forma, o coral começou com uma ideia e uma vontade. Assim ele chamou colega por colega, incluindo funcionários terceirizados, conveniados e estagiários. De mesa em mesa, com sua listinha, convidando e convencendo os interessados. Seu entusiasmo foi arrastando aqueles que, como eu, nunca tinham pensado em cantar, ou acendeu aquela fagulha em quem gostava de cantar e nunca teve a oportunidade de praticar de forma mais sistemática.

Cantar junto humaniza as relações

O regente, logo na primeira reunião, quis mostrar na prática o que faríamos, explicou elementos básicos do som da voz, fez uma dinâmica. Os ensaios começaram na semana seguinte. Em pouco tempo fomos nos firmando como grupo, ganhamos coesão e identidade. Experiente, o maestro Eduardo Fernandes fazia parecer que era fácil o que não era. Mudava o que não funcionava, descartava músicas, ajustava o que estava desarrumado. Nosso universo foi ampliado de diversas formas, conhecemos outros corais e ampliamos rapidamente o repertório. Trouxe assistentes incríveis: primeiro, o Luis Guilherme Anselmi; depois, Ricardo Barison – ambos músicos talentosos, que confirmam a importância da vocação e do profissionalismo. Assim como o maestro, os regentes assistentes foram dedicados e comprometidos, nos transformando num coral com personalidade. A gente cantava canções sobre a terra, essa terra que é motivação e objetivo fundamental de quem trabalha no Incra.

Os ensaios eram desafiantes na medida certa, equilibrando as dificuldades com a satisfação e conquistas gradativas. O maestro era exigente, mas creio que seu grande mérito foi o de conduzir bons processos, que acabaram sendo mais importantes que o cantar em si. Foi muito bom o sentimento de conviver sem tantos confrontos, que nos deixam frustrados com frequência no trabalho e na vida. Cantar era algo novo para quase todos e encaramos a atividade numa situação de igualdade e espírito de colaboração.

Resultados mais artísticos também vieram, apesar das nossas limitações. Com apenas três meses de ensaios, fizemos uma pequena apresentação de Natal, a convite da Assincra/SP, com oito músicas decoradas e até modesta coreografia. Houve imperfeições naturais, mas o esforço foi reconhecido, como demonstrou a animada acolhida dos colegas que assistiram e elogiaram. Muitos aposentados estavam presentes e todos incentivaram com entusiasmo e aplausos a cada música. O Coral Vozes da Terra passou a ser uma atração nas celebrações e eventos, como festas juninas e final de ano, sem falar em pequenas apresentações nos andares, para alegrar e divertir os colegas.

A convivência com colegas de outros setores, nos ensaios, permitiu uma visão mais humanizada deles. Referência a algum trabalho ou necessidade de faltar ao ensaio mostravam outras faces de sua dedicação e me fizeram valorizar ainda mais os excelentes profissionais que temos no Incra. Foi a atividade coletiva mais lúdica da qual participei e sou grata pela oportunidade de ter vivenciado algo tão especial. Só para exemplificar, cito as colegas Raquel Rizzi, Soraya Moura e Lucélia Mattos, de quem me aproximei graças aos ensaios do Coral e que tanto me ensinam, desde então, sobre diversos temas.

Os jovens Vinicius Sales e Ildane Santos eram nossos solistas inquestionáveis e me proporcionaram experiências valiosas fora do trabalho. As antigas amigadas se consolidaram com mais esse interesse em comum, ampliando nossas conversas.



Integrantes do Coral Vozes da Terra, composto por servidores do Incra em SP.
Foto: arquivo pessoal da autora.

Com a interdição judicial do prédio do Incra/SP, o ensaio marcado para aquela quinta-feira, dia 5 de setembro de 2019, não ocorreu. Essa interdição foi resultado de uma ação por falta de segurança no prédio, que se arrastava judicialmente desde 2016, sem contar longos anos de questionamento e tentativas administrativas. A interrupção foi abrupta. Depois veio a pandemia da Covid-19, agravando-se em março de 2020, e aquela convivência no Coral foi ficando distante e um pouco irreal para mim. O maestro e seu teclado, as partituras, os colegas coralistas... desapareceram junto com nossas salas, móveis e as rotinas arraigadas. Tanto a interdição quanto a pandemia foram se prolongando dolorosamente, mas em pequenos vídeos, fotos e dentro de nós, aquelas vozes continuam cantando o campo, sua gente e nosso trabalho.

O PRÉDIO

ANTONIO FERNANDO MATTZA

Meus caros colegas de jornada! Neste meio século de existência do Incra, não posso deixar de mencionar a sua memória concreta: o solar maravilhoso, no qual, em 1966, dei os passos iniciais de minha carreira como servidor público. Este imóvel foi construído em 1870 e, em seus três andares, gente poderosa transitava pelos luxuosos salões espelhados, em busca de negócios e diversões. O Barão do Rio Negro, numa área de 2.232.62m², marcava sua história pessoal que se desenvolveria até 1900, ano de sua morte.

Consta que seus herdeiros venderam o lindo casarão por cem contos de réis, à época considerada uma quantia respeitável. Quem o comprou foi o empresário italiano Paschoal Segreto, que fez em parte da edificação um grande teatro, lugar em que foi encenada a peça “Fausto”, de Charles Gounod. Algum tempo depois, devido à visão do empresário, o teatro se transformou em café-concerto e clube de entretenimento, com grandes bailes, inclusive carnavalescos, com concursos de máscaras e fantasias. Contudo, ali, no tempo do Rio antigo – capital da República – e naquele High Life Club, naquela construção que exaltava a Belle Epoque, boêmios, intelectuais, capitalistas, fazendeiros e comerciantes da elite, já se sentia o começo de um roteiro que alcançaria o ano de 1970, e redundaria na história inicial do Incra. E como isso se sucedeu? Ora! Cinco décadas depois, a propriedade foi alugada ao Serviço Social Rural (SSR), órgão criado em 1955 e extinto em 1962 com a criação da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), a qual, em 1964, foi dividida em dois, a saber: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra).



Frente do solar construído em 1870, que veio a se tornar a primeira sede do Incra, no Rio de Janeiro/RJ.
Foto: Januária Mello.

Os dois órgãos, em 1970, se fundiram e assim surgiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que acabou adquirindo o prédio, que, hoje, nestes 50 anos de existência da autarquia, representa o início de sua memória concreta.

Às vezes, algumas perguntas se inserem em minha mente: “Como é que um prédio como este, que ostenta enorme valor artístico e cultural, que abrigou o Incra nacional à época do Rio como capital federal, pôde ser desativado? Como é que este fabuloso imóvel, cujas paredes testemunharam mil planos para a reforma agrária e o ordenamento fundiário, encontra-se hoje em precárias condições?”

Situado na Rua Santo Amaro, 28, na Glória, o imóvel foi tombado provisoriamente em 17 de março de 1987, pelo então prefeito Roberto Saturnino Braga, e, por ser um imóvel histórico, de formas arquitetônicas preservadas em sua originalidade, que foi palco de grandes encontros festivos e sociais em seu tempo de deslumbramento na primeira metade do Século XX, e que, em seguida, serviu aos propósitos de algumas autarquias federais, não poderia ter sido objeto de restauração ou de permuta? Por que este prédio ferido, mas ainda hoje de pé, a despeito de, em 1983, a sede da Coordenadoria Regional do Leste Meridional ter se mudado para outro endereço por causa dos alarmes de desabamento, que nunca aconteceram, não recebeu melhor tratamento, principalmente por parte dos gestores públicos das esferas do poder? E tem mais: ainda em 1983, a coordenação do Incra nacional propôs permuta com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mas a burocracia engessou a intenção. O interessante é que, levando em consideração o ano de 1983, ano emblemático, também houve interesse da Fundação Nacional Pró-Memória, que queria trocar o prédio do Museu do Índio, situado na Avenida Maracanã, 552, pelo imóvel do Incra, situado na Rua Santo Amaro, 28, Glória, mas nada aconteceu.



Placa que faz memória ao passado boêmio a que serviu o prédio na cidade.
Foto: Miguel Alves Pedro Cardoso.

Transcorridos tantos anos, ou seja, desde o final do Século XIX, é claro que a estrutura original do prédio apresentaria necessidades de reparo, tanto que, no período de 1970 a 1983, reparos eram feitos regularmente nas partes elétricas e hidráulicas, no emboço e reboco, na cerâmica e no madeiramento do telhado do terceiro piso, posto que, em dias chuvosos, acontece de goteiras caírem sobre mesas, documentos e até mesmo sobre servidores. Mas, se a razão dos alarmes fosse apenas isso, em Ofício de 18 de janeiro de 1983, o Conselho Diretor do Clube de Engenharia, em sua 732ª Sessão Ordinária, realizada em 10 de janeiro daquele ano, aprovaria a proposta de que o prédio fosse demolido, pois um consórcio queria o local para erguer blocos de apartamentos.



*Lateral do prédio.
Foto: Miguel Alves Pedro Cardoso.*

Ah, meus caros! Eu me lembro quando, em 1985, salvo engano, a sede da autarquia foi ocupar um prédio no Largo de São Francisco, 34, no Centro da cidade. Naquela ocasião, muitas entidades se mobilizaram contra a possível (e proclamada) demolição do eclético prédio que um dia fez parte de um cenário lúdico. Sabe-se que a Fundação Roberto Marinho, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro da Glória, foram enfáticos ao lutarem contra a demolição do supracitado imóvel, que simboliza a memória de um passado cheio de glamour. O prédio foi adquirido em 1967 pela União, para ser a sede do Ibra, uma autarquia vinculada à Presidência da República, e posteriormente, em 1970, a sede do Incra nacional.

Hoje, o prédio está desativado, portanto, sujeito à depredação e à invasão de moradores de rua. Sabe-se que em qualquer residência antiga ou mesmo nova se exige manutenção constante e atenta, pois é isso que preserva e conserva, principalmente quando as instalações são bem estruturadas, como é o caso do imóvel em questão, o qual não poderia ser deixado à revelia. Seu estilo é digno de preservação, a começar pelo telhado do terceiro piso, com a troca de madeiras apodrecidas por madeiras novas e vigas de pinho de riga, e, assim, de cima para baixo, renovar o imóvel, nem que seja para que outras entidades o ocupem.

Em 1970, com o advento inicial do Incra nacional, tudo ali era vivo e cheio de vigor, com salas cheias de servidores atuantes tratando das premissas agrárias. Hoje, no espaço singular do casarão em silêncio, com seu concreto armado, o que me vem à tona são lembranças de amplas varandas, de belos jardins suspensos onde, num deles, dois leões decorativos urram de saudade do outrora maravilhoso lugar...

SACANAGEM

GERALDO FRANCISCO COELHO

Cedo, nos primórdios da idade adulta, Francisco Carlos desembarcou na capital federal, buscava estudo e trabalho, subir na vida. Os espaços geográfico e social da então cidade do sertão nordestino do país, não lhe permitiam muitas possibilidades de realizar seus sonhos. Durante muito tempo, hesitara em partir, certamente sentiria saudades dos amigos, das viagens com familiares às praias ensolaradas e desertas do litoral e até das missas que era obrigado a frequentar aos domingos na igreja matriz.

Dispunha de algumas habilidades naturais, era curioso, gostava de fazer contas, escrevia com facilidade, apesar de abusar no uso da vírgula. Ao chegar em Brasília, depois de alguns malabarismos na área do comércio, consegue um emprego no Incra, autarquia com representação nacional que apresentava forte inserção no meio rural brasileiro. O país estava submetido ao regime militar, quando foi implementado um forte programa de interiorização do homem na região Norte, via ações de colonização. Grandes contingentes de famílias de outras regiões foram incentivadas a povoar territórios da Floresta Amazônica.

Francisco costumava dizer, nas conversas sobre os rumos da existência, que “a vida é feita de escolhas”, sem saber ao certo o que aquilo significava, mas gostava dessa máxima, exageradamente repetida.

O trabalho em campo, com os trabalhadores rurais assentados, permitiu que ele observasse de perto os conflitos, sonhos e realizações que permeavam as vidas, na maior parte delas, das famílias miseráveis, oriundas de acampamentos rurais, calejadas na luta pela posse e

uso da terra. Sempre que possível, procurava entender o significado dos nomes dos projetos de assentamentos: Carro Quebrado, Sonho Realizado, Boa Esperança, Hugo Herédia, Che Guevara, Unidos Venceremos, entre outros.

Uma vez, ao fazer um balanço de suas conquistas na vida, foi envolvido por um raro sentimento de realização, tinha consciência do seu esforço em manter o casamento e de seu empenho no trabalho. Era reconhecido pelos colegas e pelos chefes, poucas vezes lhe faltava motivação para executar as tarefas. No mês de janeiro, costumava gozar das merecidas férias, quando voltava ao estado natal, para beber, conversar e comer com seus parentes na beira do mar, o mar que tanta falta lhe fazia no centro do Planalto Central.

Seu Carlinhos, como era chamado com carinho pelos companheiros de mesa de bar da Asa Norte, Asa Sul, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro e Ceilândia, para citar somente esses recantos, falava alto ao cumprimentar os que chegavam e, na mesma toada, reclamar dos que saíam dos botecos antes do sol raiar. Assegurado o salário fixo, embora baixo, o casamento precoce foi algo natural. No entanto, o cotidiano conjugal, as constantes cobranças da esposa fiel e recatada, contribuíram para a separação do casal.

Após criteriosa avaliação, ele saiu de casa e foi morar com um novo amor na cidade satélite de Sobradinho. Essa decisão custou-lhe algum dinheiro e o transtorno natural de um processo de separação conjugal. A alegria inicial, por conta da libertação do jugo familiar, se misturava com um estado de melancolia, sentia falta do ambiente de Brasília, fora das quadras e das grandes avenidas da cidade que, de algum modo, pensava ter conquistado.

Nesse período de turbulência, foi aconselhado por um amigo a ter contato com as ideias de Antero Tarquínio de Quental, pensador e poeta, nascido na ilha dos Açores, Portugal, que defendeu a plenitude da existência, a autonomia do homem diante do inevitável. A leitura dos sonetos de Antero não lhe agradava, tinha dificuldade em compreender o espírito do autor, que mesclava a aspiração da verdade com enormes dores, sentimentos de angústia e desassossego.

A biografia do poeta pareceu-lhe mais interessante do que os seus textos e sonetos. Nesse campo, reconhecia uma afinidade com as dificuldades emocionais e financeiras do poeta, as viagens e, sobretudo, algo que lhe fascinava, mas nunca declarara: o corajoso ato de suicídio do escritor no banco de um convento no interior de Portugal.

Do pouco que conseguira ler, possuía especial predileção pelo poema que lhe apresentara o palácio encantado da ventura:

O Palácio da Ventura

I

*Sonho que sou um cavaleiro andante.
Por desertos, por sóis noite escura,
Paladino do amor, busco anelante
O palácio encantado da ventura!*

II

*Mas já desmaio, exausto e vacilante,
Quebrada a espada já, rota a armadura...
E eis que súbito o avisto, fulgurante*

III

*Na sua pompa e aérea formosura!
Com grandes golpes bato à porta e brado:
Eu sou o Vagabundo, o Deserdado...
Abri-vos, portas de ouro, ante meus ais!*

IV

*Abrem-se as portas D'óuro com fragor...
Mas dentro encontro só, cheio de dor,
Silêncio e escuridão – e nada mais!*



Local do suicídio de Antero de Quental, junto ao Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, nos Açores. Imagem de 2013. Foto: Rodrigo Melo. Domínio público.

Não tinha muita consciência, mas nos momentos que permanecia meio solitário e sonolento, apegava-se aos poemas de conteúdos metafísicos que retratavam a angústia de quem busca um sentido para a vida. O certo é que, quando se arriscava a perambular no campo das ideias existenciais, sentia-se ameaçado nos frágeis pilares da fé que pensava ter em Deus e desconfiava da tal felicidade.

Um fato foi determinante em sua caminhada. Durante um conflito noturno com a nova amada, despencou do terceiro andar do prédio onde morava. Sobreviveu à queda, embora, naturalmente, com muitos traumatismos emocionais e físicos.

No inquérito policial decorrente desse acidente, manteve uma certa integridade na sua fala, isentou a companheira de qualquer participação no momento da movimentação de seu corpo no precipício e culpou o arquiteto responsável pela edificação por estabelecer um padrão muito baixo para o mural da varanda do imóvel.

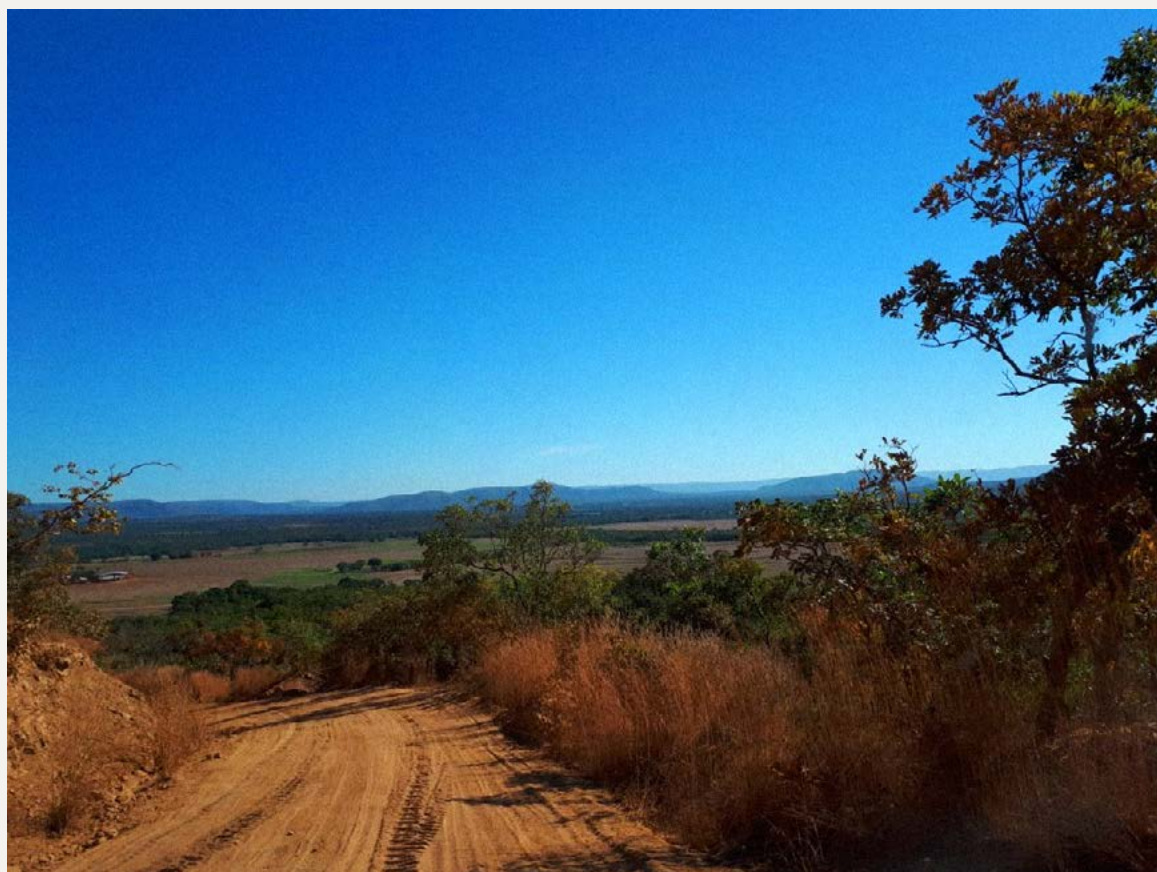
Não, definitivamente não, a vida não é feita somente de superação de desafios. Deus está no poder, tudo decorre de sua infinita bondade, sobretudo depois da cirurgia cardíaca emergencial a que teve de se submeter, logo após a recuperação do desabamento.

O êxito da intervenção cardiológica decorreu da persistência da manutenção de pagamentos anuais e consecutivos do plano de saúde e às reservas econômicas expressas no saldo da caderneta de poupança do Banco do Brasil, que lhe permitiu adquirir recentes medicamentos lançados no mercado.

Essa estratégia de sobrevivência contou com um intenso regime alimentar, inspirado em grande medida pela perniciosa vizinhança de alguns, agora amigos, militares, que incluía severas reduções na ingestão de comidas e bebidas, além de diárias caminhadas previamente estabelecidas no campo da gerontologia moderna.

Fé e disciplina, fé e disciplina, tudo ligado no modo automático. Após se separar do já não agora novo amor, voltou a viver no antigo bairro da Asa Sul, sua morada inicial, com a complacência e perdão da sua antiga e única esposa – a vida também é um espaço para retrocessos e recomeços.

Ontem, dia vinte e três de maio do ano de dois mil e vinte de nosso Senhor Jesus Cristo, seu Carlinhos morreu nos braços de sua primeira companheira, no mesmo e velho apartamento da Asa Sul de Brasília, em meio aos móveis e paisagens antigas do quarto de casal que há tempos abandonara. Sacanagem!



Estrada que dá acesso aos projetos de assentamento do Incra no município de Buritis/MG, área de atuação do homenageado, enquanto servidor. Foto: arquivo pessoal do autor.

ZÉ ALVES, O BAIANO

ANTONIO FERNANDO MATTZA

No final da década de 1960, de 66 a 68, Baiano era funcionário de uma empresa terceirizada, que atendia nas dependências do então Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra), como servente de limpeza. Ele era tímido, com linguajar típico nordestino, daí a razão do seu apelido. À época, a autarquia federal situada na Rua Santo Amaro, 28, Rio de Janeiro, contratara algumas empresas de serviços gerais, e Baiano fazia parte de uma delas. Embora simplório, era solícito, pois não se furtava a agradar e atender a quem lhe pedisse algum favor. Esperto, ele sabia que tinha que ganhar umas gorjetas para daí tratar de ter o que comer. À época, dois guardas da repartição, embora humildes, o ajudavam: Horácio tratava do almoço e Fernandes, da janta. Além disso, como mal sabia ler, foi incentivado por alguns servidores a estudar, coisa que ele tratou de providenciar num colégio à noite, depois do expediente.

À época, não era difícil entrar pela “janela”, como se dizia. Assim, alguém tratou de contratá-lo como servidor eventual. Daí ele foi transferido para uma unidade avançada, talvez para evitar perguntas maliciosas. Mas o ladino do Zé Alves sabia como se virar. Continuou estudando com afinco, indo à tardinha e de carona da Unidade Avançada de Marubai (ou às vezes de São José da Boa Morte) para o Centro do Rio, onde estudava. No dia seguinte, bem cedo e de carona, numa das viaturas oficiais com servidores designados para as lides agrárias da região de Papucaia e adjacências, ele regressava ao seu posto de trabalho na Unidade Avançada de Marubai e, eventualmente, de São José da Boa Morte.

Após completar os estudos básicos, e nesta época já interessado no Direito, voltou para a antiga sede e, como servidor, deslindou-se a trabalhar onde fosse convocado. Já com a criação do Incra, em 1970, e nessa altura ludicamente um guerreiro, passou por algumas provas internas e cursos de capacitação e, assim, assegurou sua carreira de servidor público, sempre voltada para a administração e finanças. Inteligente, ele exerceu vários cargos de chefia, chegando inclusive a desempenhar o cargo de superintendente substituto.



*José Alves Pereira, o Baiano, com o filho.
Foto: arquivo do autor.*

Após formar-se em Direito, e como a carreira de advogado dentro do serviço público já estava consolidada por procuradores, ele, ainda assim, não perdeu a humildade e o bom trânsito entre seus colegas, mas, ao apelido, Baiano, acrescentou-se a palavra “doutor”, que funcionava como um título lhe conferido por mérito. Assim é a história desse servidor que merece ser aludida pelo exemplo de ter estudado quando sua sina, aparentemente, era a de não sair do papel de servente de limpeza.

Portanto, aos 50 anos de Incra e na Superintendência Regional do Rio de Janeiro (SR-07), o Doutor Baiano é uma figura carismática, que merece dos seus colegas as homenagens que são apresentadas por sua carreira de servidor público federal ainda em atividade na SR-07.

É claro que José Alves Pereira hoje já não exhibe aquele ar necessitado dos tempos de aflição. Hoje, ele se cuida muito bem, conforme demonstra seu perfil atual, já que não dá para excluir de si uma proeminente e simpática barriga de causídico comilão.

Mas, a bem da verdade, Zé Alves – ou Baiano como costuma ser chamado –, nunca se esqueceu do bem que lhe fizeram, e sempre se prontificou (e sempre se prontifica) a prestar ajuda aos necessitados. Mais tarde, ainda jovem, ele se casou e, do casamento, nasceram dois filhos, uma menina e um menino, ambos já adultos. Ao longo desses anos de Incra, ele formou os dois, inclusive um deles em Direito.

A saga desse corajoso servidor é um exemplo de quem luta para vencer na vida, sendo certo, porém, que há outros servidores na SR-07 que merecem as homenagens deste escriba. Na verdade, os 50 anos do Incra representam um celeiro de grandes servidores em todas as regionais. Fato!

A CASA DE FARINHA

DEODATO DO NASCIMENTO AQUINO

Caro leitor, prepara-te os arrojados sentidos, e viaje conosco no universo mágico das farinhadas. Seja muito bem-vindo(a) à vivenda sagrada que verdadeiramente tem contribuído para a fixação e bem-aventurança de inumeráveis famílias em incontáveis projetos de assentamento, assistidos pelo Incra, país adentro. Revelarei, em breves letras mortas, a sublime e viva experiência, ora compartilhada no Projeto de Reforma Agrária da Serra das Moças e dos Caboclos. Na plenitude de suas bodas de prata, o território encontra-se incrustado no espinhaço do município de Parambu (rio Roncador), região limítrofe aos estados do Ceará e Piauí.

Faltam-me adjetivos e transbordam significados neste registro sonoro do cancionero de Djavan: A farinha tá no sangue do nordestino. Eu já sei desde menino o que ela pode dar. Antes da colheita, se faz importante revelar aos sentidos abstraídos e não menos aguçados, que a simbólica casa de farinha não se abrevia apenas a espaços de produção, labor e comercialização.

Trata-se de vivenda indissolúvel. Outrora cultuada como espaço sagrado pelos ancestrais dos povos remanescentes de quilombo, nativos indígenas e resilientes caboclos matutinos das praias, planícies, serras e sertões. Resistem, acanhadas e imponentes, aos sentidos subjetivos que se predispõem à devotada contemplação. Avultam desde as mais simples – em chão de terra batida, cobertas com palha do coco babaçu, ou agasalhada com a leveza da bagana da palmada carnaúba. Não apequena até as atuais e modernas mecanizadas.



Farinhada, no Projeto de Assentamento da Serra das Moças e dos Caboclos, município de Parambu/CE, em setembro de 2018. No trabalho estão João Pereira Rodrigues Filho e seu sogro, Manoel Cardoso de Oliveira. Foto: Deodato Aquino.



O alcinhado aviamento, como assim é celebrada nas cercanias setentrionais, desde antes dos tempos pretéritos da província do reino Brasil, avivam-se sobrepujando os remotos rincões como espaço de fortificação e salvaguarda às muitas gerações de nativos latino-americanas e afrodescendentes. Desde os primórdios, dedicam-lhes as mais diversas e variadas fontes energéticas primárias.

Da raiz da braba mandioca, é concebido para além da farinhada, a goma, o bobó de camarão, polvilho, pão de queijo, bolo, beiju e a famosa tapioca. Fico aqui para não me estender nos infundáveis derivados da mandioca mansa ou aipim. Inclusive, sobressaem-se as bravias nas regiões norte e nordeste como alternativa ao trigo subtropical. Já dizia, outrora, um desconhecido médico português: na terra não há pão, supre-se este defeito com o pó de pau, de nativa raiz da região.

Aproveito para invocar os espíritos ancestrais superiores que já experimentaram, para além dos sabores, a profundidade dos sentidos e significados da expressão que ora pelejo para exprimir em substanciadas e singelas orações: a casa de farinha, patrimônio da cultura alimentar nacional.

O imaginário da casa de farinha carrega, além dos elementos herdados das nações indígenas, a transmutação de espaços de resistência dos povos africanos, outrora escravizados. O aviamento ajudou, ainda, sem réstia de dúvidas, a fixação do valente caboclo nordestino e do aguerrido curiboca nas verdes selvas em terras ricas, áridas e úmidas. O espaço fixa canais de renovação, interação e integração. Une, aproxima e estreita laços tradicionais de proximidades. Um lugar de encontros e desencontros. De ajuntamento e separação.

Ali sobressaem a oralidade do universo dos contadores de estórias, revelados em épicas jornadas vivenciadas nos tempos de Trancoso. E no intervalo da farinhada, o tempo se alarga aos violeiros, cantadores, sanfoneiros e seresteiros, que, entre tragos e estragos da boa serrana etílica, cedem intervalo para o café com beiju, para alegria da criançada. Regressando em seguida à quentura da cadência das mãos trabalhadoras, fixadas no rodo e na roda que se arrastam pela noite adentro.



Farinhada no Projeto de Assentamento da Serra das Moças e dos Caboclos, no município de Parambu/CE. As mulheres e crianças cuidam da raspagem da raiz e da extração do amido ou polvilho. Foto: arquivo pessoal do autor.

Sob a luz de lampião ou na penumbra da lua cheia, vez por outra, as mãos que outrora abraçavam o acordeon e arrastavam a cabocla no terreiro, trocam lugar ao mesmo movimento de vai e vem das alpargatas, só que agora se rendendo ao rodo e à circularidade do forno quente em brasas.

Não muito demora, outra pausa para o beiju banhado no leite de coco ou na manteiga da terra, que, após cozido no plano lajedado, abre-se ao recheio da típica galinha caipira, sequestrada no poleiro do vizinho, que também se apresenta para a santa ceia democrática. E a prosa segue varando noite adentro. No chão de terra batida, a criançada imersa nas brincadeiras do tempo da cobra cega, livres da censura e distante das amarras das senhas tecnológicas.

Sem muita diferença de outros recantos de farinhadas Brasil afora, no Projeto de Assentamento da Serra das Moças e dos Caboclos, em terras alencarinas do município de Parambu, as tarefas são religiosamente compartilhadas: aos caboclos cabe a responsabilidade pela colheita e transporte do tubérculo da roça ao repouso no chão de terra batida. As senhoras, moças e criançadas tocam o desígnio da raspagem da raiz, e a extração do amido ou polvilho. E a ambos resta o prosseguimento da feliz incumbência.

Até o resíduo com veneno ácido que sobra da fermentação, tem um alto teor alcoólico e nutritivo. Nas florestas agigantadas do Norte, a manipueira ou tucupi, depois de ser submetida às forças da luminosidade, é empregada no preparo do tradicional pato no tucupi – culinária irresistível que leva ervas nativas da floresta – herança indígena, bastante apreciada nas cozinhas do Carimbó.

Aos espíritos mais comedidos orgânicos, em substituição ao agrotóxico, há também a alternativa da bondade da mesma “água brava”. Até a outrora ferina desidratada e patenteada em pó pelos cientistas da terra da luz, é garantia de sucesso, e não deixa a desejar na caçada implacável às pragas da plantação.



O próprio autor, Deodato Aquino, servidor do Incra, envolve-se no processo da farinhada no Projeto de Assentamento.
Foto: arquivo pessoal do autor.

Se o leitor é curioso e aprecia as sensações prazerosas de partilhar de uma farinhada nos rincões nordestinos, costas do Atlântico e/ou nas planícies amazônicas, então corre... que ainda dá tempo! A oportunidade única de regressar aos bons tempos que transcendem a infância; reviver momentos que não muito longínquo somente encontrarás em expostos museus contemporâneos, na oralidade ou nos almanaques voluntários da história modernizada. Incomensurável, o espírito de cooperação, harmonia, paz, felicidade e encantamento reinante em casa de farinha, algo que não tem como explicar em crônicas breves e passageiras, apenas sentir.



O servidor do Incra Deodato Aquino em meio aos assentados, no processo da farinhada, no Projeto de Assentamento da Serra das Moças e dos Caboclos, no município de Parambu/CE.
Foto: arquivo pessoal do autor.



Servidores do Incra, incluindo o autor, em trabalhos de campo nos projetos de assentamento do Ceará, na época da farinhada de mandioca. De camisa vermelha listrada é José Lino, um dos servidores com mais tempo de casa no Incra. Foto: arquivo pessoal do autor.

GLOSSÁRIO

- Abra** - Associação Brasileira de Reforma Agrária
Assincra - Associação dos Servidores do Incra
Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
Cnasi - Confederação Nacional das Associações de Servidores do Incra
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mirad - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
PA - Projeto de Assentamento
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Procera - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
Supra - Superintendência de Política Agrária
SSR - Serviço Social Rural
SR - Superintendência Regional
UA - Unidade Avançada
UATP - Unidades Agrárias de Trabalhos e Produção

Inkra 50 anos



O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) foi criado em 1970, fruto da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), então criados com a edição do Estatuto da Terra, em 1964. Desde então, a autarquia é responsável pelo ordenamento fundiário nacional e por colocar em prática ações que assegurem a oportunidade de acesso à propriedade de terra, condicionada à sua função social. A jornada do órgão se mistura com a história contemporânea do Brasil, com seus altos e baixos, intrinsecamente relacionados à conturbada ocupação do seu território. Sua missão envolve as belezas e glórias da promoção da justiça social e da democratização de um dos nossos maiores ativos, a terra, mas também os dissabores e dificuldades de um país que ainda não se reconciliou com seu passado. Apesar disso, o Inkra foi e é um órgão essencial ao país, com atividades que repercutem na integração nacional, na segurança jurídica no meio rural, na soberania do nosso território e na segurança alimentar da população. Neste livro, de iniciativa das entidades representativas dos servidores da autarquia, estão registrados alguns episódios dessa epopeia, em crônicas escritas por alguns de seus servidores, do passado e do presente. Os textos ilustram, por ocasião de seu cinquentenário, a importância do Inkra, os desafios da sua missão, a luta dos que o construíram e as marcas e contribuições que seu trabalho deixou na vida dos cidadãos e da sociedade.



ISBN: 978-65-80874-01-9



SindPFA

